

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

CLARISSA BETANHO INÁCIO

**ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
AS INICIATIVAS DA ESCOLA NORMAL DE UBERLÂNDIA (1970 - 1980)**

UBERLÂNDIA

2017

CLARISSA BETANHO INÁCIO

**ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
AS INICIATIVAS DA ESCOLA NORMAL DE UBERLÂNDIA (1970 - 1980)**

Dissertação Apresentada no programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do professor doutor Carlos Henrique de Carvalho.

Uberlândia

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

I37e
2017

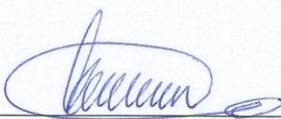
Inácio, Clarissa Betelho, 1985-
Estado militar e educação e a formação de professores : as iniciativas
da escola normal de Uberlândia (1970 - 1980) / Clarissa Betelho Inácio.
- 2017.
167 f. : il.

Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.5>
Inclui bibliografia.

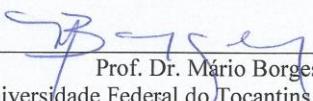
1. Educação - Teses. 2. Professores - Formação - Teses. 3. Educação
e Estado - Teses. 4. Escola Normal de Uberlândia - História - Teses. I.
Carvalho, Carlos Henrique de. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Mário Borges Netto
Universidade Federal do Tocantins – UFT



Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

À minha família, que sempre me apoiou. Ao meu filho Artur por me acompanhar durante os nove meses de sua gestação e um mês de seu nascimento, nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu orientador professor Doutor Carlos Henrique de Carvalho por me proporcionar nesses dois anos e meio de mestrado um aprendizado acadêmico e de vida. Obrigada por compartilhar comigo um pouco do ser humano que é, e principalmente por ouvir minhas angustias e meus anseios, tendo sempre uma saída para todos eles e por compreender meus limites.

Aos meus colegas de mestrado que me auxiliaram sempre durante essa jornada. À Márcia Cristina por me compreender e sempre ter palavras doces para os momentos difíceis do mestrado. À Márcia Tannús que esteve sempre presente nas aulas, na vida profissional e pessoal. À Laís Alice e à Roberta pelo companheirismo e pela amizade.

Aos meus pais Geraldo e Marilza pela formação que me ofertaram durante a vida e que me proporcionou chegar até aqui. Aos meus irmãos Gabriela, Emiliano e Fabrício por sempre torcerem e acreditarem em mim.

Aos dois maiores amores de minha vida: Luiz Sérgio, meu companheiro, e Artur, meu filho. Vocês contribuíram muito para que eu concluísse essa dissertação, com muito amor, paciência e compreensão, mesmo sem saberem.

RESUMO

Esta dissertação se propôs investigar as estratégias mobilizadas para a formação de professores, no âmbito do projeto educacional do Estado Militar, entre 1970 e 1980, por meio da análise de legislações educacionais; documento da *Escola Normal de Uberlândia*, como regimento interno e entrevistas com ex-professores; bem como estudo de um referencial teórico sobre o tema em tela. Todo esse escopo documental e referencial teórico tem por finalidade compreender a dinâmica que norteou o processo de organização da formação de professoras no município, tendo em vista as características sociais, econômicas, política e educacionais do referido período. Assim, a abertura da “caixa preta” da ditadura militar possibilita que avancemos em termos historiográficos, que saímos da fase da “denúncia” e passemos a explorar o que foi produzido, tecendo a crítica necessária. Projetos educacionais e instituições escolares merecem nossa atenção, sobretudo quando transformados em tema e objeto de estudos. Nesse horizonte e com base no referencial teórico e nos dados documentais, podemos afirmar que, a Escola Normal oscilou entre a necessidade de formação de professores, dado o crescimento exponencial da cidade à época, com as dificuldades de se instalar e consolidar enquanto instituição capaz de atender ao projeto educacional do Estado Militar. No entanto, o que podemos identificar foi ações marcadas pela incoerência entre a defesa de valores de uma sociedade moderna em um ambiente de rápida transformação, de uma sociedade agrário para urbana, ou seja, um contexto já caracterizado pela expansão e pela demanda de escolas e, por consequência, pelos agentes que nelas iriam atuar: os professores. Daí a importância e relevância de se pesquisar a *Escola Normal de Uberlândia*.

Palavras-chave: Educação, Estado Militar, Formação de Professores, Escola Normal, Uberlândia.

ABSTRACT

This dissertation proposed to investigate the strategies mobilized for the formation of teachers, within the scope of the educational project of the Military State, between 1970 and 1980, through the analysis of educational legislation; Document of the Normal School of Uberlândia, as internal regiment and interviews with former teachers; well study of broad theoretical reference on the subject on screen. All this documentary scope and theoretical reference is intended to understand the dynamics that guided the process of organization of teacher training in the municipality, considering the social, economic, political and educational characteristics of the period. Thus, the opening of the "black box" of the military dictatorship allows us to advance historiographically, to leave the denunciation phase and to explore what has been produced, providing the necessary criticism. Educational projects and school institutions deserve our attention, especially when they become the subject and object of study. In this context, and based on the theoretical reference and the documentary data, we can say that, in front of the Normal School, there was a need to train teachers, given the exponential growth of the city at the time, with the difficulties of establishing and consolidating as an institution capable of attending the educational project of the Military State. However, what we can identify was actions marked by the incoherence between the defense of values of a modern society in an environment of rapid transformation, from an agrarian to an urban society, that is, a context already characterized by the expansion and demand of schools and consequence, by the agents who would act on them: teachers. Hence the importance and relevance of researching the Normal School of Uberlândia.

Key-words: Education, Military State, Teacher Training, Normal School, Uberlândia.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS:

QUADRO 01: Triângulo Mineiro: taxas médias de crescimento populacional – 1940/1980.

QUADRO 02: Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000.

QUADRO 3: Alfabetização das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo grupos de idade – 1970 - (Brasil).

QUADRO 04: Microrregiões do Triângulo Mineiro: taxas médias de crescimento populacional – 1940/1980.

QUADRO 05: Municípios com mais de 100 mil habitantes – Crescimento Geométrico da População – Ano: 1980.

QUADRO 07: Número de matrículas de 1º e 2º grau (1972-1885).

QUADRO 08: Crescimento do Número de Escolas em Uberlândia (1931-1942).

QUADRO 09: Quantitativo de Escolas Públcas e Privadas Fundadas na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (1931-1942).

QUADRO 10: Fundação de Escolas Públcas nas cidades da 40ª SER, por décadas.

QUADRO 11: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia (1969).

QUADRO 12: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia (1970 a 1972).

QUADRO 13: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1973 (implementação da Lei 5.692/71).

QUADRO 14: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1974 (implementação da Lei 5.692/71).

QUADRO 15: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1975 (implementação da Lei 5.692/71).

QUADRO 16: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1976 (implementação da Lei 5.692/71).

GRÁFICO 01: Crescimento Populacional de Uberlândia (1950-1991).

LISTA DE FIGURAS:

FIGURA 1: mapa do estado de Minas Gerais

FIGURA 2: mapa da região do Triângulo Mineiro

QUADRO DE SIGLAS:

SRE - Secretaria Regional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UDN – União Democrática Nacional

PTB - Partido Trabalhista Brasileiros

STF – Supremo Tribunal Federal

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

AI - Atos Institucionais

ACIUB – Associação Comercial e Industrial de Uberlândia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Uberlândia e sua busca por desenvolvimento e projeção nacional	6
Capítulo 2: Estado Militar e Educação	29
2.1. Políticas Públicas para a formação de professores primários no Estado Militar..	44
2.2. Políticas Públicas Educacionais no estado de Minas Gerais (1960-1980).....	51
Capítulo 3: A formação de professores primários no curso normal	59
3.1. O Curso Normal da Escola Estadual Uberlândia	62
Conclusões	84
Referências	91
Anexos	
Roteiro das Entrevistas	94
Entrevista Adeniron	95
Entrevista Carmem	102
Entrevista Maristela	107
Entrevista Yolanda.....	111
Histórico da Escola Estadual Uberlândia elaborado pela ASES.....	116
Regimento Interno da Escola Estadual Uberlândia.....	123
Grade Curricular Habilitação em Magistério (1973)	160
Grade Curricular Habilitação em Magistério (1974)	161
Grade Curricular Habilitação em Magistério (1975)	162
Grade Curricular Habilitação em Magistério (1976)	163
Grade Curricular Habilitação em Magistério (1977)	164
Grade Curricular Habilitação em Magistério (1978)	165
Grade Curricular Habilitação em Magistério – apenas 1º e 2º ano (1979)	166

Grade Curricular Habilitação em Magistério – apenas 3º ano (1979) **167**

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade compreender o processo de construção a respeito da formação de professores na rede pública de ensino estadual do município de Uberlândia¹, entre os anos de 1970 e 1980, no que tange à formação no curso de magistério de 2º grau, o qual habilitaria para a função docente dos anos pré-escolar a 4ª série do 1º grau. O interesse pelo estudo da temática formação de professores veio da graduação, momento em que foi possível trabalhar durante a iniciação científica, entre os anos de 2008-2010, a formação e a atuação das professoras primárias² no município de Ituiutaba³ (Minas Gerais) nos anos de 1940 a 1950.

A partir dessa pesquisa de iniciação científica, concluiu-se que a carreira docente era quase que exclusivamente exercida pelas moças pertencentes à elite econômica da cidade de Ituiutaba, pois essas dispunham de condições financeiras para irem estudar em colégios de regime internato na capital do Estado, já que Ituiutaba não possuía ainda escolas para formar essas professoras. Os currículos eram voltados para a docência concomitantemente aos bons modos da dona de casa exemplar do ponto de vista da elite econômica da época.

De volta à sua cidade de origem, essas moças que concluíam seus estudos exerciam a profissão docente em condições precárias⁴. Os prédios das escolas eram em sua maioria casas alugadas e adaptadas, eram escassos os recursos financeiros para a manutenção dessas bem como para a aquisição de materiais necessários para se ministrar um ensino de qualidade, o que não as impediam de assumir e exercer essa profissão no município de Ituiutaba.

Desse primeiro estudo, foram surgindo outros questionamentos, como: Em que momento histórico essas professoras primárias lutariam por melhores condições de trabalho e

¹ Situado no estado de Minas Gerais na Região do Triângulo Mineiro, à 550km da capital mineira Belo Horizonte, 980 km do Rio de Janeiro, 590 km de São Paulo e 430 km da capital brasileira, Brasília. Dados retirados do site http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=703

² De acordo com a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entende-se por professores que lecionam no ensino de primeiro grau, que de acordo com seu artigo de número 52, deveriam ser formados no ensino normal, este: “teria pôr fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância”.

³ Situada no estado de Minas Gerais, na Região do Triângulo Mineiro, à 685 km da capital Mineira Belo Horizonte, 1165 km do Rio de Janeiro, 735 km de São Paulo e 567 km da capital brasileira Brasília. Dados retirados do site: http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=343

⁴ Essas condições precárias perpassavam desde condições de trabalho como materiais, alimento, estrutura física, como de salários, que inviabilizavam uma educação efetivamente de qualidade.

por salários dignos? Quando é que essas professoras lutariam pela profissionalização de sua carreira docente? Já que era perceptível o descaso político no que tange a educação tanto nacionalmente como no município de Ituiutaba e principalmente com o ensino elementar, o ensino primário.

Tais perguntas foram norteadoras do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o título “O Processo de Profissionalização da Professora Primária em Ituiutaba (1940-1960)”, cuja pesquisa concluiu que o processo de profissionalização docente das professoras primárias do município de Ituiutaba se iniciou por volta dos anos de 1980, o que não culminou na valorização desses profissionais docentes, principalmente no que se refere aos professores que lecionavam nos anos iniciais de escolarização, hoje denominado ensino fundamental I.

A partir daí surgiram as indagações que levaram a elaboração do projeto de pesquisa para o processo seletivo do ano de 2014 do Mestrado da Universidade Federal de Uberlândia, com ingresso no ano de 2015. A pergunta central para essa dissertação foi: Após a Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada a 20 de novembro de 1961, como ficou a formação das professoras primárias? Como ocorreu essa formação no município de Uberlândia (Minas Gerais)? O objetivo então seria o de detectar se a oferta da formação docente permaneceu sendo responsabilidade do ensino de 2º grau por meio da habilitação profissional e o que esse ensino priorizava.

A princípio, para a elaboração do projeto de pesquisa, pensou-se em trabalhar com a formação e a prática docente daqueles que cursaram o magistério, entre os anos de 1960 e 1980, tendo como metodologia o estudo bibliográfico, a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com as pessoas que estudaram no curso normal e que deram aulas no ensino de 1º grau da cidade de Uberlândia.

Após ingresso no mestrado, e análise do projeto junto ao orientador, o projeto foi reestruturado adotando como metodologias apenas o estudo bibliográfico e a pesquisa documental. A primeira voltou-se para a leitura do referencial bibliográfico para elaboração da escrita textual favorecendo assim a compreensão de alguns elementos referentes ao período de recorte (anos de 1970 a 1980), tanto do município de Uberlândia quanto da região do Triângulo Mineiro, do estado de Minas Gerais e do Brasil, tendo como foco os aspectos políticos, econômicos e educacionais. A segunda voltou-se para a coleta de dados junto a Secretaria Regional de Ensino de Uberlândia, a Escola Estadual de Uberlândia, o site da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)

de Uberlândia, bem como no site desta instituição. Esses dados contribuiriam para a análise mais sucinta do período e da temática em questão.

O primeiro momento da pesquisa voltou-se para o levantamento das escolas estaduais que ofereciam o curso normal, ou seja, as instituições escolares de 2º grau com habilitação em Magistério de 1º grau, o qual capacitaria para o exercício da profissão docente entre o pré-escolar e a 4ª série, entre os anos de 1970 e 1980. Essa pesquisa foi realizada na Secretaria Regional de Educação (SRE) do município de Uberlândia, sendo possível detectar que a primeira instituição pública a ser criada e a oferecer o curso de magistério no referido município foi o Colégio Normal Oficial anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia⁵, por meio da Lei nº 3.282, de 14 de dezembro de 1964⁶.

O segundo momento da pesquisa deteve-se no contato com a direção da instituição de ensino Escola Estadual Uberlândia, que ainda exerce suas atividades, com intuito de recolher dados sobre a escola e o ensino normal ali ministrado. Esse momento foi um tanto quanto conturbado, pois houve resistência por parte da direção em liberar o espaço escolar para a pesquisa. Primeiramente foi liberado o acesso aos diários escolares após muita persistência. Em seguida houve uma outra resistência, quanto a liberação ao acesso à documentação do curso normal dos anos de 1970 a 1980 da referida instituição. O acesso, porém, à essa documentação foi restrito, o que não contribuiu para a análise documental mais profunda da instituição no que se refere ao curso normal. Assim, foi necessário repensar a metodologia adotada, tendo que retomar a ideia das entrevistas semi-estruturadas, para complementar as fontes de pesquisa para a estruturação do texto final.

⁵ Em 1912, começou a funcionar o Ginásio de Uberabinha, como instituição particular sob a direção do Sr. Antonio Luiz da Silveira. O nome do ginásio foi escolhido para homenagear a cidade que estava em constante expansão. Funcionou durante mais de uma década em espaço precário, até que foi construído um prédio adequado e capaz de abrigar milhares de estudantes, durante várias gerações. O prédio da escola foi construído em uma região central da cidade e possui estilo neoclássico. Em 1918, por meio da união e financiamento de personagens como: Arlindo Teixeira e seu filho, Tito Teixeira; José Nonato Ribeiro; Antônio Rezende; Custódio Pereira; Carmo Gifoni e Clarimundo Carneiro, teve início a construção do prédio e, em 1921, a obra estava concluída. De 1921 a 1929, o ginásio funcionou como instituição privada, no sistema de internato, semi-internato e externato. Em 1930 começou a funcionar como instituição pública com o nome de Ginásio Mineiro de Uberabinha. (Gatti e Inácio Filho, 2002, p.56). Em Borges (2002), obtivemos os seguintes dados: Pelo decreto nº 8.958 de 8 de janeiro de 1929, foi criado o Colégio Estadual de Uberlândia. A Portaria nº 385, de 26 de outubro de 1968 dá ao Colégio Estadual de Uberlândia a denominação de Escola Estadual de Uberlândia. A Portaria nº 445 de 23 de julho de 1982 reconhece na Escola Estadual de Uberlândia, o ensino de 2º Grau com as habilitações profissionais de Auxiliar de Laboratório, de Análises Químicas e de Magistério de 1º Grau (Professor de 1ª a 4ª série).

⁶ A Lei nº 3.282 de 14/12/1964 criou o Colégio Normal Oficial anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia, tendo em seu Art. 3º a seguinte observação: “O Colégio Normal criado por esta lei só será instalado após provada a existência do corpo docente legalmente habilitado”, ou seja, legalmente o colégio normal foi criado, mas ainda faltava a sua implementação, que seria futura, por volta de 1965.

Foram realizadas também, a coleta de dados no IBGE de Uberlândia e no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do qual foi possível recolher dados estatísticos e a criação de leis e decretos educacionais, dados esses que contribuíram para a compreensão do contexto do período de recorte deste trabalho como para a escrita da dissertação.

Complementarmente foi necessário compreender além do contexto educacional do município de Uberlândia entre os anos de 1970 e 1980, o seu contexto social, econômico e político, bem como os aspectos regionais, estaduais e nacionais, já que a educação está envolta desses processos sociais e não se desvincula deles.

A presente pesquisa contou por tanto, com os seguintes aportes metodológicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa histórico-documental (fontes pesquisadas) e a história oral. A primeira constituída por materiais já elaborados como livros e artigos científicos que orientaram a compreensão do contexto histórico do período de recorte da presente dissertação, tanto no aspecto nacional como regional e local.

A segunda contou com a análise dos documentos da instituição escolar como diários de classe e o regimento interno da Escola Estadual Uberlândia entre os anos de 1970 e 1980, bem como de dados do IBGE e do site da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais.

A terceira colaborou para uma maior análise do curso normal ofertado pela Escola Estadual Uberlândia, momento esse em que foram realizadas entrevistas com três professoras e um professor que lecionaram nesse ensino e nessa instituição entre os anos de 1970 e 1980, como complemento da ausência de documentação para a escrita dessa dissertação.

Assim, seu primeiro capítulo tem o propósito de compreender os aspectos sociais, econômicos, políticos e educacionais do município de Uberlândia bem como o desenvolvimento apresentado por essa região entre os anos de 1970 a 1980, tendo como referências as autoras Machado (1990), Soares (1995) e Lopes (2002), que em seus trabalhos dissertaram sobre o desenvolvimento dessa cidade, bem como a influência de sua elite em fazer desta uma cidade próspera aos moldes da “ordem e do progresso” tão almejados e disseminado entre os anos de 1950 e 1980 nacionalmente.

O segundo capítulo parte para a análise das leis, decretos e portarias educacionais implementadas no período recortado, no estado de Minas Gerais e no município de Uberlândia, com intuito de compreender seus reflexos e suas aplicabilidades na formação de professores. Essas foram pesquisadas em sites da Assembleia Legislativa de Minas Gerais permitindo a

compreensão das medidas legais no campo educacional. Em ambos os capítulos foi necessário relacionar o contexto local ao regional e nacional, compreendendo as relações que permeiam essas três esferas e a dependência que a primeira possui das outras, já que o município e o estado se respaldam em leis maiores da esfera federal e deste dependem para implementação de suas políticas econômicas e sociais.

O terceiro capítulo tem o intuito de analisar e descrever a documentação do curso normal da Escola Estadual de Uberlândia, como o regimento interno, políticas adotadas pelo Estado e acatadas pela instituição no que se refere ao ensino de 2º grau com habilitação em Magistério de 1º grau, compreendendo como o processo de implementação de leis, decretos e portarias nesse nível de ensino no município em questão refletiu em sua população e quais foram os propulsores que levaram a implementação desse ensino em Uberlândia, e quais as vertentes que nortearam esse ensino durante o período da Ditadura Militar. Nesse capítulo também foi realizada a análise das entrevistas feitas com um professor e três professoras que lecionaram no curso normal da Escola Estadual Uberlândia, complementando a pouca documentação que a presente pesquisa pode ter acesso.

Desse modo, foi possível compreender a implementação do curso normal oferecido por uma instituição de ensino pública e seus impactos para a sociedade überlandense, considerando o contexto histórico, social e econômico do período de recorte sob a influência de um regime ditatorial implementado no Brasil.

1. UBERLÂNDIA E SUA BUSCA POR DESENVOLVIMENTO E PROJEÇÃO NACIONAL

O presente capítulo visa apresentar os aspectos de desenvolvimento social, econômico, político e educacional do município de Uberlândia, localizado na Região do Triângulo Mineiro no Estado de Minas Gerais, situado entre os estados de Goiás e São Paulo como mostra a figura 1. Essa região como se pode perceber, está localizada na porção central do país, um pouco afastada dos polos econômicos como São Paulo e Rio de Janeiro, cujo acesso se daria apenas por terra, pela utilização dos meios de transporte rodoviário ou ferroviária.

Optou-se para o recorte temporal os anos de 1970 a 1980, período esse que ocorreram diversas transformações no país tanto no âmbito econômico como político e educacional, como veremos no decorrer dessa dissertação, e que teve como referência educacional, a implementação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1961 e seu complemento pelo Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, que determinou a formação de professores à nível de 2º grau, o foco do presente trabalho.

A partir desse recorte temporal é nossa intenção focar no campo educacional, do município de Uberlândia, dando ênfase à formação de professores, ou seja, à escola normal que formava os/as futuros/as professores que iriam lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental (pré-escolar a 4ª série), como era denominado, hoje chamado de Anos Iniciais do Ensino Fundamental ou Ensino Fundamental I.



Mapa do estado de Minas Gerais, com destaque para o município de Uberlândia. Imagem retirada: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=675360>

Essas mudanças se intensificaram após a implementação do Estado Militar (1964 – 1985), período esse em que houve grandes mudanças em todas as modalidades educacionais com a modificação principalmente do ensino de 1º e 2º graus através da reformulação da LDB de 1961 por meio da Lei n. 5.692 de 1971, auxiliadas também pelo processo de desenvolvimento das cidades e incentivado principalmente pela migração do homem do campo para as áreas urbanizadas.

Esse processo de urbanização foi favorecido pelo Governo Militar que incentivou o processo de industrialização nacional, tendo em vista o desenvolvimento do país. Esse teve influências na região do Triângulo Mineiro, que de acordo com o quadro 1, originou o processo de migração do homem do campo para o meio urbano, gerando um crescimento populacional neste e um declínio populacional no campo. O que se pretendia era um crescimento econômico que tornasse o Brasil um destaque mundial, e com a população predominantemente rural, isso seria quase inviável.

QUADRO 1: Triângulo Mineiro: taxas médias de crescimento populacional – 1940/1980

MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA	RURAL
Uberlândia	4.45%	6.05%	- 1.89%
Uberaba	2.09%	4.04%	- 1.26%
Ituiutaba	2.54%	7.22%	- 2.23%
Araxá	3.28%	4.16%	- 1.97%
Araguari	2.18%	3.78%	- 1.70%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1940/80.

Ao mesmo tempo que havia o crescimento populacional urbano entre os anos de 1940 e 1980, é importante ressaltar que nesse mesmo período as taxas de pessoas com 15 anos ou

mais analfabetas diminuía, apesar dos números absolutos crescerem consideravelmente, como mostra o quadro 2 a seguir:

QUADRO 02 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total¹	Analfabeta¹	Taxa de analfabetismo
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) em milhares.

Contudo, é necessário a redução das taxas de analfabetismos assim como é emergente também a redução do número absoluto de analfabetos em uma faixa etária em que não deveria ter pessoas que não soubessem ler e nem escrever, o que não fez retroceder o progresso e crescimento econômico tão almejado pela elite política nacional.

Apesar do notório crescimento da população urbana advindo da industrialização desse espaço em âmbito nacional, este tinha o intuito de fazer o Brasil progredir, porém, no que tange ao campo educacional pouco e até mesmo em nada se observou em termos de avanços, o que pode ser elucidado pelo quadro abaixo:

QUADRO 03: Alfabetização das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo grupos de idade – 1970 - (Brasil)

SABEM LER E ESCREVER						
Grupos de Idade	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres

5 a 9 anos	1.709.203	863.141	846.062	461.923	226.052	235.871
10 a 14 anos	1.559.370	782.849	776.521	1.132.721	554.771	577.950
15 a 19 anos	1.330.662	651.146	679.516	1.017.233	489.483	527.750

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1970.

A população do país crescia, em predominância a população urbana, porém os números de pessoas que não sabiam ler e escrever eram alarmantes. No ano de 1970 como mostra o quadro 2, existiam ainda no Brasil 1.247.280 pessoas entre 5 e 9 anos que não sabiam ler e escrever. Esse número se reduzia para a idade entre 10 e 14 anos de idade, chegando à 426.649, e entre os 15 e 19 anos de idade esse número chegava à 841.179. Esses dados somados dariam uma estimativa de 2.515.108 pessoas em idade escolar que não sabiam ler nem escrever, ou seja, pessoas entre 5 e 19 anos de idade tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais do país sem o mínimo de instrução escolar.

Com o crescimento da população urbana e com a nascente preocupação em tornar o Brasil um país desenvolvido economicamente começa a surgir efetiva preocupação com o campo educacional, voltado para à oferta e acesso de sua população à educação elementar, ou seja, à alfabetização. Esse fato pode ser explicado por Ferraro e Kreidlow, em um estudo sobre analfabetismo no Brasil, da seguinte forma:

Em síntese, no Brasil, o latifúndio sempre foi e continua sendo o maior obstáculo ao cultivo das letras. No final do século XIX, numa inversão malabarista de causa e efeito, fez-se do analfabetismo, em vez do latifúndio, a grande vergonha nacional. E, para lavar a honra nacional, tirou-se do analfabeto o direito ao voto por mais de um século. De forma semelhante, desde a época do “milagre brasileiro” na ditadura militar, vem-se insistindo em que a melhor forma de redistribuir a renda seria investir na educação do povo. É claro, afirmar que a redistribuição da renda seria a melhor forma de aprimorar a educação do povo, colocaria na berlinda os fatores concentradores de renda, entre os quais o latifúndio rural. Não seria teoricamente mais bem fundamentada e politicamente mais esclarecida a posição dos movimentos sociais que hoje lutam, a um só tempo, por terra e escola? Por outro lado, a longa história da constituição e do agravamento das desigualdades regionais no campo da educação evidencia que, deixadas à mercê da lei implacável do mercado, essas

desigualdades só tenderão a aprofundar-se ainda mais. (Ferraro e Kreidlow, 2004, p.191).

A partir do momento em que as atenções dos governantes passam do campo para as cidades, do latifúndio à indústria, muda também as prioridades e assim o foco desenvolvimentista do país. Anteriormente com as atenções voltadas para o campo, a educação ficava excluída, pois em nada contribuiria para a manutenção das relações de poder entre o latifundiário e seus trabalhadores rurais. A partir do momento que os interesses políticos e econômicos se voltam para as áreas urbanas e consequentemente para o processo de industrialização, a educação passa a ter papel importante, pois a indústria necessitava de trabalhadores qualificadas, o que seria viabilizado pelo processo educacional. Era preciso agora um trabalhador instruído para trabalhar na indústria, para além daquele trabalhador braçal do campo que não necessitava de uma instrução escolar.

Para compreender esse processo transitório é preciso entender os aspectos que norteavam o país, a região e o município no período de recorte desta pesquisa, o que significa entender um modo distinto ou comum de se viver, de valores, ideias e costumes disseminados e reproduzidos pelos sujeitos que ali estão cotidianamente convivendo⁷. Por outro lado, é importante compreender também interesses políticos e religiosos em disputa de poder que influenciam todas as esferas de uma sociedade e consequentemente o seu desenvolvimento. Assim, torna-se necessário compreender não somente a formação docente, mas como ela se situa no âmbito nacional, regional e municipal, bem como os aspectos particulares daqueles que habitavam a cidade de Uberlândia, no período de 1970 a 1980.

Sobre o desenvolvimento das cidades, Soares (1995) diz que *A cidade é um todo complexo, composto de atores, formas, lugares, identidades, objetos de anseios que se sobrepõem aos interesses e determinações de planejadores, burocratas e elites políticas e econômicas corporativas, que querem moldá-la segundo seus princípios*, ou seja, não sendo viável a separação das relações que ocorrem dentro do meio social, principalmente dos interesses da elite dirigente, nem sempre ligados às questões sociais, mas que deixam marcas sobre o uso, valores, desejos e hábitos sociais. A autora ainda afirma:

⁷Significa compreender a identidade ali estabelecida, ou seja, “A formação de identidades baseia-se em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos que compõem a cultura de um determinado grupo de pessoas”. (Lima, Marinho e Brand, 2007, p.371.). Elementos esses que permitem compreender um determinado período da história.

A funcionalidade de uma cidade e de sua imagem está intimamente ligada ao seu planejamento, à orientação de seu usuário, à apreensão da cidade como comunicação. Nesse ponto de vista, os planejadores, os governantes da cidade, tidos como manipuladores do ambiente físico, organizam-na segundo seus interesses e de alguns grupos minoritários, ordenando-a conforme modelos, práticos e simbólicos. Práticos, enquanto orientação, pontos de referência na cidade. Simbólicos, enquanto referenciais que atraem, marcam e identificam a cidade para seus usuários. (Soares, 1995 p.41).

Desse modo, a vida social possui um caráter simbólico que pode ser interpretado a partir do olhar de cada indivíduo e do modo como este percebe o espaço que vive. Aos poucos o capitalismo e a sociedade de consumo em massa, fazem dos espaços públicos uma minoria em detrimento dos espaços privados, tornando o social algo simbólico, de modo a separar o núcleo central das cidades de sua periferia, ou seja, as partes que enfeitam a cidade daquelas que a *enfeiam*, mesmo sem conseguir de fato realizar essa separação e camuflar o que não combina com o progresso da cidade que também está relacionado à ordem (Soares, 1995).

Os espaços da cidade, nessa perspectiva, começam a ser divididos de modo que os sujeitos pertencentes às classes sociais distintas não se misturem, criando espaços de progresso associado ao belo e espaços precários associados à desordem. Isso não significa dizer que os sujeitos que habitam o lado do progresso não transitem no lado da desordem, e vice-versa, mesmo que na teoria isso necessariamente não se aplique.

Neste sentido, dois movimentos simultâneos se apresentam: Enquanto constrói-se o território urbano, impõe-se um ritmo de vida aos habitantes que vão sendo “adestrados” na forma de como utiliza-lo, ao mesmo tempo em que esses consumidores do espaço vão apropriando-se de forma diferenciada da pretendida, impondo em contrapartida, uma nova utilização ou remodelação dos lugares que, por se apresentarem como *expressão visual dos valores de uma classe social*, podem ser vislumbrados na forma como é utilizado pelas pessoas como *centro simbólico da sua crítica*. (Lopes, 2002, p.67-68).

Para Lopes (2002), a urbanização além de aglomerar pessoas também se constitui em um contrato social que, com regras de comportamento e convívio, pretende disciplinarizar os sujeitos ao mesmo tempo em que legitima as resoluções e o discurso das elites, porém cada um se apropria dela e a utilizam à sua maneira.

O desenvolvimento das cidades e seu respectivo progresso, não perpassaram apenas pelos aspectos positivos, pelo contrário. Para Machado (1990), as classes dominantes política e

econômica de Uberlândia⁸, se preocupavam com a disciplinarização do espaço urbano, sendo essa uma das metas para se combater a pobreza e a mendicância, já que a vadiagem e o ócio eram contrários ao progresso. Com a cidade crescendo, ocorreu um desordenamento populacional na medida em que as pessoas foram se deslocando para esses espaços em busca de melhores condições de vida que nem sempre foram alcançados.

Soares (1995) refere-se ao desenvolvimento de Uberlândia, após 1930, elencando os seguintes fatores:

Podemos afirmar que Uberlândia cresceu e desenvolveu-se sob o signo das estradas de rodagem. E, nesse processo, é preciso destacar o papel exercido pelos comerciantes locais, pelos motoristas de caminhão, conhecidos, então, como *chauffeurs*, e pelas transportadoras de cargas, que diversificaram a atividade comercial da cidade, a partir dos anos 30, devido à intensificação das relações entre os Estados de Mato Grosso e Goiás, fundamentalmente. (Soares, 1995, p.70).

Como o município de Uberlândia não possuía indústrias e dependia dos grandes centros como São Paulo, era necessário distribuir e comercializar mercadorias que chegavam via estrada ferroviária. Essa distribuição se deu por caminhões que tiveram grande sucesso e crescimento, o que perdurou até os anos de 1950, quando os comerciantes da cidade começaram a ter seus próprios viajantes. De acordo com Soares (1995) foram sendo criadas empresas comerciais que se expandiam e ganhavam cada vez mais espaços, possibilitando assim a criação de um comércio no município capaz de atender sua população local.

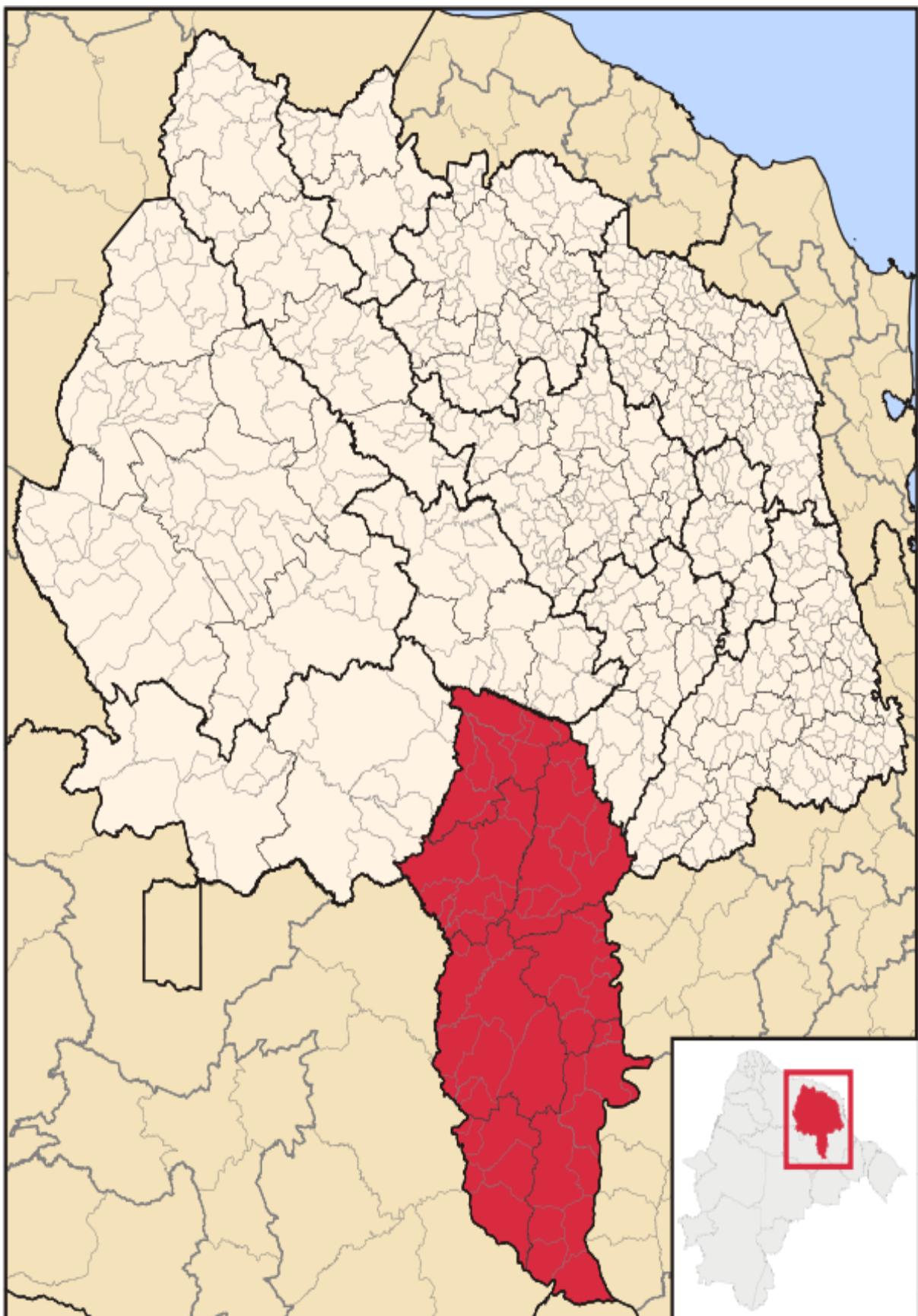
Depois dos anos de 1945, o Brasil passava por transformações econômicas, demográficas e sociais que contribuíram para seu desenvolvimento:

Transformações estruturais ocorreram no Brasil entre 1945 e 1980, quando foram registradas altas taxas de crescimento econômico e as mudanças na composição demográfica e social elevaram as taxas de urbanização e industrialização, fazendo com que a sociedade deixasse de ser eminentemente agrícola, para se transformar em uma sociedade urbano industrial. (Soares, 1995, p.76).

O processo de desenvolvimento da indústria e do meio urbano ocorreu em todo país, tendo seus reflexos também na região do Triângulo Mineiro, o que não significou o abandono das atividades comerciais e pecuaristas já existentes ali. O que ocorreu foi o favorecimento da

⁸ As classes dominantes política e econômica de Uberlândia, são os sujeitos portadores de poderes e pertencentes à classe política do município e os detentores de capitais financeiros, formando uma minoria elitista.

especialização em produzir e comercializar alimentos fortalecendo o posicionamento comercial de Uberlândia com seus estados vizinhos, principalmente Goiás e São Paulo.



Mapa da Região do Triângulo Mineiro. Imagem retirada de:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Meso_TrianguloMineiroAltoParaiba.svg

A região do Triângulo Mineiro⁹ como podemos observar na figura 2, no entanto, não poderia como afirma Lopes (2002) ser considerado um ponto privilegiado do país, porém os esforços da elite local überlandense em tornar esse município um destaque, a partir dos fins do século XIX, pode assim ser justificado:

Conforme já nos posicionamos, acreditamos que o advento da ferrovia impulsionou as primeiras transformações nas dimensões urbanas deste município. Naquele momento, quando as elites políticas e econômica conseguiram modificar o traçado da estrada de ferro delineado pela Mogiana, fazendo com que ela passasse por Uberabinha, estavam somente dando os seus primeiros passos no sentido de se “perpetuar” como um ponto politicamente estratégico que, no passado, em função de uma dada situação histórica, fez-se necessário romper com as barreiras geográficas da região. (Lopes, 2002, p.61).

Assim, a construção da estrada de ferro Mogiana¹⁰ a princípio não tinha como rota o município de Uberlândia (antes denominado de Uberabinha), sendo inserida no trajeto desta após intervenção de sua elite política e econômica. Mesmo com essa mudança, a autora afirma que esse município somente conseguiu um desenvolvimento regional após a formação do tripé ferrovia – rodovia – ponte.

Esse tripé citado por Lopes (2002), é representado pela construção da Ponte Afonso Pena, na divisa de Minas Gerais com o estado de Goiás, pela abertura da estrada¹¹ da Companhia Mineira de Auto-Viação Intermunicipal ligando Uberabinha a Goiás e Mato Grosso e pela presença da ferrovia, criando as condições necessárias e ideais para o deslocamento desse município até a Capital Federal e todo o litoral.

Outro ponto que favoreceu Uberlândia e que a tornou destaque, foi a construção da capital do Brasil em Brasília¹² nos anos de 1950, pois passou a ser ponto estratégico já que

⁹ Triângulo Mineiro é composto por 35 municípios, a maioria no Sudeste de Minas Gerais e é uma das dez regiões desse estado. É dividido em sete microrregiões: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. Ao menos 1,2 milhão de habitantes vivem nas cidades do Triângulo Mineiro. A região recebeu este nome justamente porque tem a forma de um triângulo. Está situado entre os rios Grande e Paranaíba, fazendo divisa com os estados e São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul. (<https://www.todamateria.com.br/triangulo-mineiro/>).

¹⁰ Sobre a estação Mogiana, Gatti e Inácio Filho dizem: “No processo de desenvolvimento da cidade de Uberabinha, a inauguração da Estação de Estrada de Ferro Mogiana, em 21 de dezembro de 1895, é fato extremamente importante, pois contribuía para que a cidade pudesse tornar-se eixo de circulação no futuro próximo.”. (p.5-6).

¹¹ De acordo com Lopes (2002), as estradas implementadas apesar de serem noticiadas pela imprensa a todo momento, não era mais que vias de acesso rápido muito precárias.

¹² A construção de Brasília foi um grande símbolo do governo Kubitschek, pois representava o progresso tão disseminado por esse governo. Chegou a mobilizar, nos dizeres de Skidmore (1982) pessoas de todas as classes

estava entre àquela e a casa do domínio econômico, a grande São Paulo, tornando-se um entreposto comercial entre esses dois importantes polos político e econômico.

É importante destacar sobre essas mudanças e avanços desenvolvimentistas do município de Uberlândia, que estas não ocorreram pelo fato de este ser um ponto estratégico, mas sim pelo grande esforço político de sua elite local em conseguir com que rodovias e ferrovias se desviassem e por ali passassem, favorecendo o seu intercâmbio comercial e financeiro, tornando essa cidade o centro polarizador das atividades comerciais da região (Lopes, 2002).

Para Teixeira (2015), o intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil acabou por alterar as relações de poder historicamente instituídas, o que acentuou os conflitos de classes entre os anos de 1945 a 1964. Para o autor, *a concepção de uma sociedade participativa esbarrava nos preceitos oligárquicos e elitistas refratários à transformação do arcabouço político, cultural, social e econômico da nação*, ou seja, a democracia estava longe de se instaurar, o que é explícito no município de Uberlândia quando nota-se que os avanços e o processo de urbanização desta cidade se dão principalmente, por meio de manobras e interesses de sua elite política e econômica, que visavam o controle dos espaços da cidade.

Esses fatores foram acompanhados do forte interesse político, econômico e social de alguns grupos que se uniam e reivindicavam a identidade do município de Uberlândia e de sua região. Esses tinham o interesse de manter seus privilégios e suas riquezas (população economicamente ativa e detentora do capital econômico), ou mesmo de manter a natureza eleitoreira que ali dispunham (formada pelos políticos da região). Quanto mais independência e reconhecimento essa parte territorial possuiria, mais privilégios esses grupos também adquiriam e por mais tempo mantinham-se no poder.

O Triângulo Mineiro durante os anos de 1950, procurou se adequar às mudanças ocorridas nacionalmente, se aproveitando dos recursos governamentais para modernizar principalmente o seu setor agrícola, transformando-se em um complexo agroindustrial produtor, processador e distribuidor de produtos agropecuários, chegando a atingir novas formas de integração e cooperação, o que gerou alianças políticas e arranjos sócio-espaciais

para o interior do Brasil até então abandonado. Esse símbolo serviu para desviar as atenções dos problemas que acometiam o país, como a reforma agrária e das universidades.

diversificados, favorecendo a implementação de projetos modernizadores tanto no campo como na cidade (Soares, 1995).

No ano de 1951 Getúlio Vargas retoma o comando por meio de eleições diretas sob aspecto democrático. Nesse momento de acordo com Teixeira (2015), crescia o número de pessoas da classe média e operária dos centros urbanos, que politicamente surgiam de modo indefinido, sendo difíceis de serem guiadas. Essa classe média também crescia na cidade de Uberlândia, e via no desenvolvimento a base para sua ascensão.

O município de Uberlândia assumiu um histórico desenvolvimentista e urbano populacional crescente, adentrando essa região mineira o espírito de progresso atrelado à ordem e reforçando o controle e a manutenção do poder governamental e de sua elite, como o que ocorria na administração do Governo Federal. Essa cidade de acordo com Soares (1995), buscava por meio de sua elite desde os anos de 1950 um foco tanto no seu crescimento quanto no seu reconhecimento nacional, já que se trata de uma região interiorana. No entanto, sem se desvincular do desenvolvimento nacional e sem perder as características próprias da região:

A região do Triângulo Mineiro possui uma formação histórica específica, na qual sua sociedade, com determinado modo de produzir e com uma intensa representatividade política, sem se contrapor ao processo de desenvolvimento do país, criou e preservou uma identidade social e econômica, que se encontra materializada em diversas partes de seu território, reforçada por uma intensa prática regionalista. (Soares, 1995, p.55).

Uberlândia passa, então, a ocupar um posicionamento econômico importante, ligando regiões de destaque do Brasil que contribuíram ainda mais para seu desenvolvimento e crescimento urbano e populacional. Quanto ao primeiro, Soares (1995) diz que esse processo de urbanização no Brasil passou por diversas modificações, tanto do consumo como da terceirização de serviços e de migrantes vindos do campo, fazendo surgir uma divisão interurbana das cidades no que tange a produção de bens, possibilitando que metrópoles e cidades intermediárias crescessem na mesma medida, gerando nessas uma vida econômica e social mais ativa, sem se descharacterizar de suas raízes regionais.

O processo de migração populacional das regiões rurais para as urbanas se intensificou muito nesse período de 1950, pois almejava-se a criação de indústrias e a ampliação destas no país para que este deixasse de ofertar apenas produtos primários de base agrícola. Esse movimento se espalhou pelo território nacional abrangendo também a região do Triângulo Mineiro e também o município de Uberlândia. Nessa região além do processo de migração do

homem do campo para a cidade, ocorreu no campo como diz Soares (1995), um intenso processo de modernização, por meio do uso de novas tecnologias desenvolvidas e aplicadas no meio rural. Ao mesmo tempo em que a região se modernizava ela não deixaria para trás suas tradições e culturas.

Esse processo de êxodo rural, desencadeado desde os anos de 1950, foi um processo anterior ao governo militar, porém foi incrementado por ele sem as devidas políticas sociais adequadas. Napolitano (2004), refere-se a esse movimento durante o período militar, como atenuante dos baixos salários e das dificuldades vividas pelos migrantes, devido o emprego dos tempos de milagre e do controle da inflação, que influenciaram de modo drástico e sobretudo nos itens básicos de subsistência, expressando um dos mais drásticos e súbitos casos de êxodo rural de toda a história. Para esse autor, as cidades brasileiras pagam o preço desse déficit social até os dias atuais, marcados pela precariedade das moradias dos mais pobres, pela violência em bairros populares, pelo aumento da criminalidade, pela carência de equipamentos, transporte e de saneamento básico.

O quadro 4 exemplifica essas taxas de crescimento populacional da microrregião do Triângulo Mineiro e esse movimento de migração do homem, do espaço rural para o meio urbano. Nota-se que a população urbana apresenta um crescimento enquanto a população rural decai na maioria das microrregiões, entre os anos de 1940 e de 1980.

QUADRO 04: Microrregiões do Triângulo Mineiro: taxas médias de crescimento populacional – 1940/1980

Microrregiões	TOTAL	URBANA	RURAL
Micro - Uberlândia	3,17%	5,59%	- 0,91%
Micro - Pontal T. Mineiro	3,63%	6,47%	2,14%
Micro - Uberaba	2,38%	4,27%	- 1,34%
Micro - A. Paranaíba	1,05%	3,89%	- 0,90%

Micro – Planalto Araxá	1,36%	3,71%	- 1,09%	
Macro IV	2,47%	4,67%	- 0,44%	
Minas Gerais	1,73%	4,26%	0,34%	

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1940/1980.

O estado de Minas Gerais, bem como a região do município de Uberlândia vivenciaram esse processo de êxodo rural onde sua população se desloca das regiões rurais para as regiões urbanas em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Machado (1990) afirma, que essa cidade acompanhou o ritmo das transformações urbanísticas ocorridas no Brasil entre as décadas de 50 e de 60, incentivado principalmente pela sua elite econômica. Essa, ao mesmo tempo que tinha interesse pelo crescimento urbano não media esforços para a implementação de um Distrito Industrial em Uberlândia¹³, e para tal contava com o apoio da classe empresarial da cidade e da elite econômica rural, que impulsionaram a execução desse projeto.

Uma das grandes idealizadoras do projeto do Distrito Industrial da cidade de Uberlândia, foi a Associação Comercial de Uberlândia (ACIUB), pensando na concretização desse projeto, de acordo com Machado (1990), contatou o Ginásio Industrial Américo Renée Gianetti para que este voltasse o seu currículo para a formação de mão-de-obra especializada capacitada para trabalhar nas indústrias a serem implantadas na cidade, já que o município não dispunha de trabalhadores qualificados para atender a essa demanda.

À medida em que a população se deslocava das áreas rurais para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, inseriam-se também em um novo tipo de trabalho, o industrial, que necessitava de mão-de-obra qualificada, especializada e alfabetizada, o que seria realizado via educação. E para isso era necessário a implementação de escolas primárias e de

¹³ Machado (1990), sobre a criação do Distrito Industrial de Uberlândia, diz que desde 1957 a classe empresarial da cidade iniciou a discussão para tal, e em 1959 possibilitou a criação da “Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia”, que defendeu o projeto às lideranças políticas do Estado de Minas Gerais e influenciou a opinião pública a favor do mesmo por meio dos meios de comunicação. Em 1965 esse Distrito é inaugurado com infra-estrutura básica para o acolhimento de empresas de porte pesado, contando com estímulos e incentivos fiscais atraentes cedidos pela prefeitura e pelo Estado. Porém, esse distrito não abrigou de fato indústrias como era esperado pelo seu projeto, mas apenas empresas como a Coca-Cola, Guaraná Mineiro e a Aiwa.

segundo grau, principalmente de cunho profissionalizante além é claro, de pensar na formação docente para essas instituições.

Para Teixeira (2015), tal conjectura colaborou para o contexto da educação, momento este em que se discutia a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), essa iniciada nos anos de 1948, sendo aprovada somente no ano de 1961 (Lei nº 4.024/61). A extensa duração entre o projeto e a aprovação decorreu dos debates em torno dos defensores da escola pública e da escola privada, que acabou por travar o andamento das discussões. A educação servia então para amenizar eventuais tensões, principalmente em uma sociedade que se redefinia e que fazia surgir uma população politicamente indefinida.

Ao longo dos anos de 1956 e 1961 o Brasil apresentou um crescimento econômico real, sob a política instaurada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, que se voltava para o desenvolvimentismo nacional, baseada em uma economia mista incentivada pela expansão dos setores públicos e privados. Esse governo, no entanto, priorizou demasiadamente o crescimento da indústria de base ignorando setores como a agricultura e a educação, diminuindo drasticamente os investimentos e verbas nesses setores. Acreditava-se que os males do país seriam todos sanados pelo processo de industrialização, daí toda a política de JK volta-se para essa área. (Skidmore, 1982).

Nos anos de 1956 as elites econômicas de Uberlândia juntamente com os políticos locais, iniciam a discussão sobre a criação de uma Cidade Universitária no município, que de acordo com Machado (1990), tinha como principal objetivo a instalação de uma Faculdade Federal na cidade. Desse projeto, é implementada no ano de 1958 a Faculdade de Engenharia, que no ano de 1969 pela junção de várias escolas superiores, passou a ser denominada de Universidade de Uberlândia:

Como resultado de influentes negociações, realizadas por políticos da cidade que ocupavam altos cargos no governo militar, em 1978 foi conseguida a federalização desta universidade. Assim, é que Uberlândia, de centro econômico da região, passa também a centro irradiador da cultura, por possuir a única universidade federal da região. (Machado, 1990, p.46).

Ao mesmo tempo, em se pretendia estruturar uma sociedade urbana, industrial, progressista e economicamente estabilizada, a preocupação voltou-se também para o campo educacional, contribuindo para o crescimento deste na esfera Estadual com a criação de escolas de ensino de 1º grau e ginásiais e mais tarde com a criação e efetivação da Universidade de

Uberlândia, que acabou se federalizando e trazendo um desenvolvimento ainda maior para o município. Com o desenvolvimento das cidades exigia-se a qualificação da mão de obra trabalhadora, o que incluía o ingresso desses trabalhadores em instituições escolares que iniciaria no ensino de 1º grau e principalmente em instituições de 2º grau com habilitações voltadas para a formação de mão-de-obra qualificada, até então escassa no município de Uberlândia.

Em relação aos aspectos educacionais do município de Uberlândia, criou nos fins dos anos de 1960 a primeira instituição de escola normal de caráter público, que formaria professores que dariam aulas no ensino de 1º grau. É importante destacar, que a criação da Escola Normal se deu após a implementação da Faculdade de Engenharia, o que nos leva a concluir que, assim como nas demais regiões brasileiras, o município de Uberlândia por intermédio de sua elite econômica e política, se preocupou inicialmente com a institucionalização do ensino superior, anteriormente à oferta da formação de professores para o ensino de primeiras letras, e como em muitas outras regiões anteriormente à oferta do ensino de 1º grau.

Mesmo com tamanha preocupação em se instalar uma Universidade Federal no município, percebemos que houve a partir dos anos de 1960 em Uberlândia um esforço da esfera estadual em criar leis, decretos, resoluções e instituições escolares nessa cidade, demonstra que esse local não ficou negado no que se refere ao aspecto educacional, o que também não significa dizer que obteve nesse período avanços significativos e concretos nessa área.

Diante desse contexto desenvolvimentista, Uberlândia chegou nos anos de 1970 e de 1980 como uma cidade de médio porte que adquiriu um crescimento geométrico e demográfico, sendo o 3º município de maior arrecadação tributária de Minas Gerais, ocupando 12ª posição nacionalmente e se tornando a maior capacidade estatística de armazenamento de grãos do país (930 mil toneladas), o que permitiu a instalação de um centro de comercialização de cereais tornando-se um complexo de grãos integrado à agroindústria, tendo um diferenciado e independente processo de industrialização. (Machado, 1990).

QUADRO 05: Municípios com mais de 100 mil habitantes – crescimento geométrico da população – ano: 1980

ORDEM	MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO	CRESC. GEOM.
1	Contagem	Região Metropolitana de B. Horiz.	9,69%
2	Guarulhos	Região Metropolitana de São Paulo	8,45%
3	Brasília	Capital	8,13%
4	Cuiabá	Capital	7,76%
5	São Bernardo do Campo	Região Metropolitana de São Paulo	7,76%
6	Campo Grande	Capital	7,36%
7	Manaus	Capital	7,36%
8	Mauá	Região Metropolitana de São Paulo	7,30%
9	São José dos Campos	Ligada à Região metropolitana de São Paulo	6,82%
10	Uberlândia	BH 550 km Brasília 405 km	6,80%

Fonte: Machado (1990).

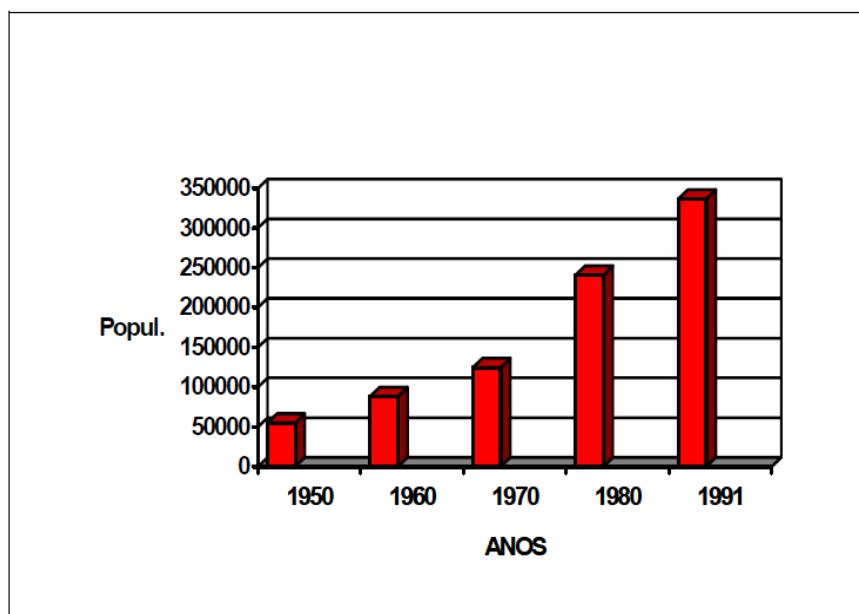
Como apresentado no quadro 5, Uberlândia se encontra como o décimo município brasileiro com mais de 100 mil habitantes e com crescimento geométrico populacional de 6,80% durante os anos de 1980. Percebe-se pelo quadro que o desenvolvimento do município

de Uberlândia se pautou no das grandes metrópoles brasileiras, ou seja, seu crescimento econômico se voltou nos esforços e interesses de sua elite econômica local e de seus políticos, tendo considerado índice de crescimento, próximos a de algumas capitais como Manaus e Campo Grande.

Detecta-se um forte crescimento urbano, em decorrência da migração do campo para as zonas urbanas. Porém, algumas regiões ainda mantiveram uma considerável população nas zonas rurais, devido as atividades agropecuárias que permaneceram fortes. Esse fator de crescimento urbano aliado aos interesses da elite política e econômica local, viabilizou a implantação de escolas de primeiro e segundo graus, ginásiais e até mesmo de uma Universidade que se tornou mais tarde a primeira Instituição de Ensino Superior Federal da região.

No que se refere ao município de Uberlândia, esse sofreu o mesmo processo migratório, tendo sua população entre os anos de 1950 e 1991 atingido um acréscimo considerável como mostrado no quadro abaixo:

Gráfico 01: Crescimento Populacional de Uberlândia (1950-1991)



Fonte: Beatriz (1995).

Com o grande e acelerado crescimento urbano de Uberlândia mostrado no gráfico 6, era necessário que sua estrutura social e econômica também crescesse na mesma proporção, viabilizando um desenvolvimento saudável e estrutural, o que não ocorreu. O inchaço

populacional outros problemas foram sendo agravados, como moradia, escolarização, saúde e lazer.

O discurso do *progresso e da ordem* em Uberlândia, foi assim como em outras regiões do território nacional, exaustivamente divulgado, tendo os jornais e as revistas da cidade, reproduzido esse ideal juntamente com os grupos dominantes, que tinham o sonho de tornar Uberlândia uma *metrópole regional*, sob seu controle, mantendo a ordem burguesa e a disciplina social. (Soares, 1995).

Por volta de 1952/1954, o trânsito da cidade de Uberlândia foi urbanisticamente projetado pela sua elite econômica para atravessar como diz Lopes (2002), justamente a parte ocupada pela estação da Mogiana, sendo necessário retirá-la de onde se encontrava. A prefeitura assim tratou de tomar todas as providências para que a nova estação fosse implementada, já que a atual localizada no centro da cidade iria impedir o trânsito dos veículos que futuramente iriam ali transitar, ou seja, tornou-se um empecilho ao desenvolvimento:

Este complexo de estação, oficina, casas, depósitos, armazéns, cooperativa, era considerado um aleijão para as elites locais, não só porque obstruía a circulação, mas, especialmente, porque diferia da imagem idealizada para Uberlândia. Um “quisto medieval” encravado no meio do caminho da modernização, com autonomia na sua cartografia, no seu formato, nas trilhas e caminhos que davam acesso à sequência indefinida de “ruas” e casas. (Lopes, 2002, p.125).

Assim, a estação Mogiana instalada no centro da cidade de Uberlândia já não mais fazia parte para a sua elite econômica e política do desenvolvimento e do progresso sempre almejado. O papel desta já teria sido ali cumprido e seria emergente sua mudança para a instalação de um novo progresso e de uma nova paisagem urbanística. Seria construída ali em seu lugar uma praça, a Sergio Pacheco, que representava os anseios de sua elite economia e política.

Entre os anos de 1960 e 1970, Uberlândia provou da modernidade, sua população aumentava consideravelmente, e de forma acelerada. A sua paisagem urbana era marcada por edifícios conhecidos como *arranha-céus*, supermercados, pela chegada da televisão, por avenidas asfaltadas, pelo lucro e pela ordem, que representavam a modernidade (Soares, 1995):

Não fugindo dessa lógica, os discursos da “ordem e do progresso”, construídos no seio da sociedade überlandense, podem ser traduzidos, na prática, tanto nos grandes projetos políticos – identificados nas lutas por estrada, pela viabilização do distrito industrial, por uma Universidade Federal, pela sede do 36º Batalhão de Infantaria, por

sediar grandes centros armazenadores de grãos, por uma arquitetura faustosa de cimento armado, expressa no estádio de futebol, o shopping center e outros – como podem ser identificados nos projetos políticos que objetivaram a disciplinarização dos espaços urbanos, seja através de medidas policiais, seja pelas leis de ordenação do espaço urbano – código de postura, planta cadastral da cidade, a lei de uso do solo urbano – que, além de intervenções no saneamento e higiene pública, cuidam da moral e das regras que garantem a ordem pública, ou ainda através de instituições assistencialistas ou órgãos especiais do governo que têm por fim afastar a mendicância das ruas, coibir o processo migratório, regulamentar o trabalho, prevenir o desemprego, a ociosidade e a vagabundagem. (Machado, 1990, p.35-36).

Esse discurso da elite econômica local überlandense, de acordo com Machado (1990), aparece em revistas e jornais locais e até mesmo nas atas do poder público e da Associação comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB)¹⁴. Apesar dos problemas sociais vivenciados pela cidade, sua elite permanece disseminando o ideal de “ordem e progresso”, como se na cidade existisse apenas um único projeto político (o da elite econômica e política), inexistindo conflitos de ordem social, econômica e até mesmo política nesse município.

Para além da modernidade e do desenvolvimento que tanto era disseminado pela elite econômica local, esse município contou também com algumas escassezes no que tange ao acesso de toda a sua população aos serviços básicos como saúde, de saneamento, água, energia elétrica, educação e habitação.

Apesar do crescimento urbano supostamente planejado, o município não conseguiu na mesma proporção se organizar e prosperar no que tange ao seu crescimento populacional advindo do processo migratório. Esse fez surgir e crescer as favelas, formada por uma parcela de pessoas que não possuíam lugar para se instalar e se alojava aonde era possível -uns até conseguir alcançar uma vida melhor e outros permaneciam ali por longos anos. Essas pessoas não eram naturais de Uberlândia e se instalaram nela em busca de melhores condições de vida, e trabalhavam de vendedores, domésticas, porteiros e até mesmo no mercado formal, com

¹⁴ A ACIUB, desde a sua formação, deixa muito claro a que veio. Esta Associação passa a interferir e definir as soluções dos problemas da cidade, tanto no que diz respeito ao comércio e indústria, como em todas as questões educacionais, sociais, de trânsito e policiamento que estavam relacionadas à produção e circulação de riquezas. Dessa forma, os problemas públicos eram discutidos no âmbito privado da ACIUB. As elites que compunham esta associação, também dispunham ou estavam presentes nos diversos espaços que direcionavam a vida política e econômica do município, sendo comum simbiose de projetos, nos quais, as questões sociais eram apropriadas pelas discussões cujos interesses estavam identificados com as classes dominantes das esferas municipal, estadual e federal. (Lopes, 2002, p. 137).

carteira assinada e previdência social. Muitos não tinham a escolarização e seus filhos não frequentavam as escolas da cidade. (Machado, 1990).

Em relação as favelas, Machado (1990) diz que essas foram o resultado do progresso aliada a crescente pauperização da sociedade brasileira, vinculado a um projeto político-militar cujo objetivo era rearticular a economia nacional ao capital internacional, aumentando ainda mais a concentração de renda e consequentemente o empobrecimento de grande parte da população, incluindo a rural e a urbana. Dessa forma a autora diz que em Uberlândia as favelas significaram uma forma de sobrevivência, mesmo que ilegal, daqueles que vivenciam a deterioração de seus salários.

A busca desenfreada por parte dos governantes da cidade de Uberlândia pela organização dos espaços centrais contribuiu para o crescimento das áreas periféricas de modo desordenado, já que se encontravam despreparados em relação as consequências negativas do novo quadro social que se instaurou com o progresso:

A despeito disso, a forma como o espaço urbano de Uberlândia foi sendo estruturado reflete as diretrizes do Plano de Urbanização¹⁵ elaborado em 1954. No entanto, aquilo que foi intocado, os conflitos e problemas sociais, porque não eram inexistentes, afloram a parti da década de 70, e termos de problemas urbanos relevantes para a administração pública, sob a forma de favelas, bairros periféricos sem a mínima infra-estrutura, transporte coletivo precário e insuficiente, necessidade de creches, postos de saúde, áreas de lazer e outros. (Machado, 1990, p.59).

Uberlândia conseguiu promover o seu desenvolvimento, porém não se deteve a questões sociais, tais como habitação, infra-estrutura, transporte coletivo, saúde e educação, correndo o risco de viver o caos, pois desses serviços a maioria da população necessitava para viver dignamente. Aos poucos, na medida em que a ausência desses serviços foram ficando latentes, por volta dos anos de 1970, foram sendo criados projetos políticos moralizadores da ordem burguesa (Machado, 1990), com intuito de conter as classes menos favorecidas da sociedade

¹⁵ O chamado Plano de Urbanização da cidade de Uberlândia, elaborado no ano de 1954 pela equipe do engenheiro Otávio Roscoe (chefe de Divisão do departamento Geográfico do DER de Minas Gerais). Nele foram traçadas todas as diretrizes de desenvolvimento do município, contendo a maior parte das transformações que este iria passar no decorrer das três décadas seguintes. Esse plano voltou-se apenas para o progresso almejado pela elite econômica e política local, que preocupadas e voltadas para o desenvolvimento, em nada se detiveram e se atentaram às questões sociais que este poderia ocasionar, e que futuramente alarmariam, gerando alguns conflitos e desordens no meio social. (Machado, 1990).

überlandense, mantendo a ordem e o controle por intermédio mais uma vez da elite econômica local.

Percebemos que os grandes avanços ocorridos na cidade de Uberlândia, sofreram grande influência e esforços por parte da elite econômica deste município. Esta, a principal parte interessada no desenvolvimento da região baseada na ordem e no progresso, por meio do ordenamento do espaço urbano sempre vinculado a discursos morais e disseminados através dos meios de comunicação para o restante da população local, procurou interferir nos serviços básicos como a educação, principalmente no que diz respeito a educação profissional que garantiria uma educação voltada para o mercado de trabalho dos cidadãos überlandenses, pois seu objetivo principal era a economia municipal girar, o que lhe propiciaria maiores lucros.

Esse contexto regional e local voltados para o desenvolvimento e influenciados pelos anseios políticos e econômicos disseminados pelo governo federal, fez surgir a remodelação da sociedade e do espaço urbano da cidade de Uberlândia. Essas acompanhadas dos interesses das elites econômicas e políticas do município, que mais tarde acabou por refletir no campo educacional desse espaço, principalmente após a instalação do governo militar, que reestruturou todo o sistema de ensino do país por intermédio de leis e decretos, como veremos no próximo capítulo.

2. ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO

No Estado Militar (de 1964 a 1985), tendo as Forças Armadas assumido o controle e comando do país, sob um regime autoritário e, por vezes violento, detendo o controle econômico, social, político e até mesmo da educação por inúmeras reformas, leis e decretos que acabaram por desresponsabilizar o Estado de suas obrigações básicas com a sociedade, principalmente com as classes sociais mais baixas.

O período anterior ao Estado Militar contou com as eleições de 1960, quando a UDN vê a oportunidade em fazer um presidente e tendo escolhido para tal Jânio Quadros, um ex-professor de São Paulo que foi eleito prefeito deste município e posteriormente governador do estado.

Jânio assumiu a presidência no ano de 1961 tendo os militares depositado em sua pessoa grande prestígio, pois tinha a promessa de limpar o Planalto, eliminando políticos desonestos e burocratas ociosos (Skidmore, 1988).

No entanto, esse momento de esperança não demorou muito a desabar, pois a aproximação do atual presidente com o governo de Cuba, levou Carlos Lacerda, líder da UDN a insultar o chefe de governo que:

[...] não quis travar combate verbal com o grande opositor. Ao contrário, para surpresa geral, enviou uma carta ao Congresso em agosto de 1961, renunciando à presidência. Seu gesto caiu como uma bomba sobre a nação. Os milhões de brasileiros que lhe deram o voto ficaram perplexos vendo frustrados suas melhores esperanças. Embora possa ter pensado que o Congresso o chamaria de volta dando-lhe poderes para governar ao estilo de um De Gaulle (o que aparentemente desejava), Jânio abandonou Brasília no mesmo dia e se foi incógnito. (Skidmore, 1988, p.29).

Embora o desejo de Jânio ao apresentar sua carta de renúncia à presidência fosse que o Congresso o chamasse de volta, isso não veio a acontecer. Aceitaram sua renúncia de imediato colocando o vice-presidente e sucessor legal João Goulart no poder, que no momento fazia uma visita à República Popular da China, o que significou a brecha certa para que o ministro da Guerra, marechal Odílio Denys anunciasse que o vice-presidente não assumiria o poder, por ter ligações com comunistas, e o que não possuía nenhum fundamento (Skidmore, 1988).

O partido PTB criou assim, o movimento pela “legalidade”, levando os ministros a negociarem a posse de Goulart, que assumiu com reduzidos poderes, transformando o Brasil em uma República Parlamentar. Esse acordo durou até janeiro de 1963, quando Goulart consegue por meio de plebiscito retomar o sistema presidencial (Skidmore, 1988).

João Goulart iria então assumiu o cargo de presidente, à sombra do governo de Juscelino que embora prometesse o desenvolvimento do país não o cumpriu de forma uniforme em todas as regiões. O novo presidente teria que enfrentar problemas de grandes proporções, que iriam desde infra-estutura básica (energia elétrica e água) à sobrecarga do sistema ferroviário até o sistema educacional e de saúde (Skidmore, 1988).

Em meio ao projeto desenvolvimentista de JK, diversas eram as precariedades que o país enfrentava, que iam desde a faltava energia e água para atender os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, regiões essas que concentravam grande parte das indústrias do país. Além disso, não havia muitas estradas pavimentadas e as estradas ferroviárias possuíam bitolas de diferentes espessuras nas diversas regiões do país, o que acabava por dificultava esse meio de transporte e o deslocamento de mercadorias e matérias-primas pelo país.

Uberlândia também não fugiu à regra quanto a precariedade que se tornou empecilho ao desenvolvimento. Esse município também contou com contradições que envolveram a expansão dos subúrbios, densificação do núcleo central e problemas de tráfego e transporte, que exigiram da administração municipal a elaboração de um plano urbanístico, em que fossem encontradas alternativas para tais problemas. (Soares, 1995).

No que se refere ao campo educacional, o que se tinha de problemas e escassez nas regiões centrais também podia ser encontrado as demais regiões do país:

O sistema educacional era um pouco melhor. A instrução primária e secundária era atribuição dos municípios e dos estados, mas menos de 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluíam o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiam ir até o fim do curso. As causas incluíam recursos inadequados para contratar professores e construir escolas, indiferença dos pais, falta de dinheiro para pagar uniformes escolares, pressão dos pais para que os filhos trabalhassem, e muitas outras. Na maior parte das cidades as melhores escolas secundárias eram particulares e atendiam aos filhos dos ricos que levavam enorme vantagem nos exames de admissão às Universidade Federais gratuitas. (Skidmore, 1988, p.31-32).

Se o governo e o sistema de ensino não contribuíam para a escolarização dos cidadãos brasileiros, tão pouco as famílias incentivavam ou viam nesse um meio de se alcançar melhores condições de vida. O que elas queriam mesmo, se tratando de famílias de baixas renda e instrução, eram que os seus mais que de imediato se ingressassem no mercado de trabalho, adquirindo assim uma profissão e ao mesmo tempo um meio para se sustentarem.

A educação voltava-se cada vez mais para o tecnicismo na tentativa de se adequar as exigências do mercado. Porém a escola não atendia as exigências mínimas para funcionarem, se tratando de instalação predial e materiais pedagógicos, além de gerarem grandes números de evasões e até mesmo abandono escolar, tanto no nível primário como no secundário.

Esses fatores contribuíam para que apenas uma pequena parcela da sociedade (a elite econômica detentora de capital), conseguisse ingressar nas universidades públicas, custeadas pelo governo, que aplicava mais da metade de toda a verba destinada à educação no ensino superior. Esse fato demonstra que o governo apenas mantinha alarmantemente as diferenças sociais e de acesso à educação de qualidade, sendo agente financiador de minoria de sua população.

O sistema educacional não somente deixava de cumprir as metas mínimas de alfabetização para o povo em geral, mas também não procurava preparar a força de trabalho qualificada que a industrialização reclamava. O Brasil dependia quase totalmente da tecnologia importada possuída por empresas como Brown Boveri (geradores), Bayer (medicamentos), Bosch (equipamentos elétricos), Coca-Cola (refrigerantes) e Volkswagen (veículo). O governo brasileiro sequer imprimia a sua própria moeda (exceto cédulas de um cruzeiro que rapidamente desapareciam). Este trabalho era feito pela American Bank Note Company ou por Thomas Larue, Ltd. (inglesa), dependendo da que colocasse lobistas mais eficientes junto às autoridades brasileiras. (Skidmore, 1998, p. 32).

Era emergente que o país se tornasse mais independente em relação à materiais e equipamentos de serviços, que se equipasse e que voltasse suas atenções ao campo educacional, já que sua população em sua maioria era analfabeta, e esse fator não seria nada favorável ao desenvolvimento de sua indústria, que necessitaria de mão-de-obra minimamente qualificada, o que significava pessoas que sabiam ao menos ler e escrever.

A partir do ano de 1963 o governo de Goulart passou a defender uma “reforma de base”, que de acordo com Skidmore (1998) incluía uma reforma agrária, educacional, de impostos e habitação, na tentativa de amenizar a alta inflação pela qual o país passava. Essas medidas levaram a UDN e os militares a acusarem o atual governo de tentar polarizar a opinião pública e de instalar no país o nacionalismo radical, subvertendo assim, a ordem constitucional de dentro para fora. Acreditavam que o governo não tinha a menor intenção de executar tais reformas. Cria-se um clima de tensão política rumo ao *impeachment* de João Goulart. Para que isso ocorresse seria necessária maioria no congresso e a UDN não o tinha no atual momento, o que se tornou grande empecilho, já que não dispunha de meios legais para tirar o atual presidente de seu cargo.

O governo de Jango contou assim como o de Getúlio com diversas políticas populares democráticas, o que o tornava um presidente reformista e indesejado aos olhos da direita conservadora e elitista. Para esta, ele se tornou um presidente reformista e indesejado:

[...] para situar o governo Jango e o golpe que o derrubou, seria importante refletir sobre fatores conjunturais e históricos, no meio de um tempo histórico estendido para além dos trinta meses do seu governo. Ao que parece, a virtude principal do governo Jango, ao menos se quisermos manter uma perspectiva progressista, foi revisar a agenda da política brasileira na direção de uma democratização da cidadania e da propriedade. Reiteramos, trata-se mais de uma *agenda* do que, propriamente, de um *projeto* político de inclusão social, nacionalismo econômico e democratização política. Entretanto, em um ambiente político profundamente conservador e excludente, marcado pela tradição liberal-oligárquica e pelo autoritarismo pragmático, ambos elitistas e avesso à participação das massas na política, esta mudança da agenda serviu para fazer convergir contra o governo Jango tanto o golpismo histórico, que vinha do começo dos anos de 1950, alimentado pelo medo do comunismo nos marcos da Guerra Fria, como eventual engrossamento no calor da crise política conjuntural do seu governo (Napolitano, p.17, 2014).

Ao desagradar a base direita conservadora e ao dar expectativas à esquerda, aquela sentindo-se ameaçada reagiu, o que culminou no Movimento de 31 de março de 1964 que trazia como objetivo livrar o país da corrupção e do comunismo, restaurando a democracia que não veio a se efetivar de fato antes e tão pouco após o Regime Militar.

Porém, o que ocorreu foi um golpe civil-militar das direitas contra as “reformas de base” propostas por Jango, que incluíam reforma agrária, bancária, eleitoral e tributária, afirmando

um modelo político e ideológico de uma democracia plebiscitária, tutelada pelos militares em nome da ordem. (Napolitano, 2014).

Foi esse movimento que derrubou o governo Goulart, e que depois assumiu caráter repressivo por meio dos Atos Institucionais (AI) que mudariam as instituições de todo o país, justificados pelo argumento de que o exercício do poder é inerente a todas as revoluções (Fausto, 2008).

O golpe foi mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos estavam juntos contra o comunismo que para eles Jango queria instituir no país. (Napolitano, 2014).

O STF em 1963 tomou a decisão de que os sargentos eleitos a vários cargos no legislativo no ano anterior, não ocupariam seus cargos. Esses se rebelaram tomando Brasília no dia 12 de setembro de 1963. Esse movimento foi derrotado no mesmo dia, no fim da tarde pelas tropas legalistas. (Napolitano, 2014).

Os ânimos já vinham alterados desde a posse de Jango à presidência, e toda e qualquer decisão por parte do governo contribuiria para que o golpe civil-militar acontecesse, tendo nos jornais o apoio necessário para que a direita conservadora se unisse e disseminasse suas ideias contra o governo.

Os Estados Unidos estavam de olho no Brasil, na medida em que o ideário comunista era mais e mais falado nessas terras. O país anteriormente foi contra duas medidas que os Estados Unidos queriam tomar: a primeira era a defesa da autonomia de Cuba em 1962, a segunda refere-se a invasão da ilha no contexto da crise dos misseis (Napolitano, 2014).

Não era apenas a direita conservadora brasileira e seus novos aliados que temia o comunismo, era também a grande potência internacional que temia esse “mal” em terras tropicais. Essa começa a apoiar o golpe por meio de sua “legalidade”, dando apoio logístico e diplomático para o golpe. (Napolitano, 2014).

Napolitano (2014) diz que na noite de 2 de abril, em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender, as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a “vacância” da presidência da República, sem discussão no plenário. O presidente da Câmara assume provisoriamente a presidência. Iniciam as discussões sobre quem ocuparia o cargo de

presidente do país. Surge o nome do general que apoiou o golpe, Humberto Castelo Branco para ocupar o cargo. Este, eleito por eleições indiretas pelo Congresso Nacional. O novo presidente da República teria mandato até 31 de janeiro de 1966, cujo objetivo era instituir uma “democracia restringida”, controlando a situação caótica econômico-financeira e contendo a massa trabalhadora do campo e da cidade, reformando o aparelho do Estado:

O golpe de 1964 não foi apenas contra o governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago. Muitos que defenderam a queda de Goulart talvez não tivessem a plena consciência desse significado histórico. Mas em relação ao núcleo que comandou o golpe, nas Forças Armadas, na Escola Superior de Guerra e no Ipes, já não podemos dizer o mesmo. Há algum tempo, o novo país estava esboçado por eles. O que não quer dizer que o quadro final tenha seguido completamente as diretrizes do esboço. (Napolitano, 2014, p. 66-67).

Umas das primeiras medidas tomadas pelo novo governo, foi o de sanear a política do país, por meio da cassação de políticos, retomando as políticas exclucentes e controlando os movimentos que tomaram forças no governo anterior a favor da reforma de base. Tudo que era contrário à ordem conservadora deveria ser disseminado da nova sociedade.

O Estado procurou manter as desigualdades sociais e acumular capital, utilizando de autoritarismo e de violência, reforçando o que até então lutava por manter, as desigualdades sociais e de acesso à educação de qualidade.

Essas discrepâncias aumentavam quando se consideravam a população da cidade e a do campo. Essa última tinha acessos ainda muito escassos no que tange à educação e à saúde. Essas faltas no campo geraram a população migrante, daqueles que deixavam o campo rumo às cidades em busca de melhores condições de vida (Skidmore, 1988).

A concepção utilizada na educação do Período Militar, voltava-se para a Teoria do capital humano¹⁶, permitindo a introdução de modificações econômicas sem efetuar transformações estruturais concretas. O interesse dos governantes assim, voltava-se apenas para o desenvolvimento do capitalismo sob a perspectiva de exploração e de dominação do capital sobre o trabalhador (Germano, 2005).

¹⁶ Essa teoria “Trata-se de uma tentativa de estabelecer uma relação direta entre sistema educacional e sistema ocupacional, de subordinar a educação à produção. Desse modo a educação só teria sentido se habilitasse ou qualificasse para o mercado de trabalho”. (Germano, 2005, p. 176).

Para Germano (2005), o que estaria em jogo *realmente*, na política educacional, é a manutenção da estrutura da desigualdade social, na medida em que procura estabelecer uma relação direta e imediata com a produção capitalista. Trata-se então de subordinar diretamente o sistema educacional ao sistema ocupacional. Segundo o autor a política educacional é uma das facetas da política social, que poderia amenizar tensões e conflitos ao mesmo tempo em que poderia atenuar a necessidade das classes subalternas.

Assim, a política educacional passou a adotar como modelo exclusivo o ensino profissional, priorizando a relação entre ensino e trabalho sendo que o ensino de 2^a grau deveria adquirir um caráter terminal, ou seja, os jovens sairiam mais cedo das escolas para irem para o mercado de trabalho, contendo o fluxo desses alunos à universidade e encurtando a escolarização dos mais pobres, transferindo-os para o mercado de trabalho.

O governo castelita no ano de 1966 tentou por meio da elaboração de um novo texto Constitucional proteger o país de excessos tanto da direita quanto da esquerda, diferindo da Carta Constitucional de 1946 nos seguintes pontos: viabilizou a eleição indireta para presidente, aumentando o controle dos gastos públicos por parte do governo federal e permitiu amplos poderes ao governo federal para apurar infrações penais contra a segurança nacional, tornando uma síntese dos três Atos Institucionais até então instituídos (Skidmore, 1998).

Os Atos Institucionais (AI) entre o ano de 1964 e 1977 somaram um total de 17 atos principais e 104 atos complementares. Eles reforçavam os poderes do Executivo e da Presidência da República, servindo de normas autoritárias e garantindo decisões autocráticas para a sociedade e para o sistema político sob a tutela do Estado (Napolitano, 2014), daí sua importância e seu grande número durante o período de vigência do Estado Militar.

O primeiro Ato Institucional (AI-1) publicado à 9 de abril de 1964, aumentou os poderes do Executivo com a justificativa de reconstruir o país econômica, financeira, política e moralmente, ou seja, o presidente passaria a ter mais poderes.

Esse governo foi marcado pela reorientação da economia e pela institucionalização do regime autoritário. Assim, o governo de Castelo resolveu modernizar a economia buscando investidores estrangeiros e empresas nacionais e internacionais. O intuito era fazer com que a economia crescesse e para isso foi necessário controlar os gastos públicos e os salários (Napolitano, 2014). A economia por sua vez chegou a crescer, porém como era previsto, ela

não seria distribuída de forma igualitária, fazendo acirrar ainda mais as diferenças entre as classes sociais (pobres e ricos).

Durante o governo de Castelo Branco (1964-1967), agências financiadoras como o Banco Mundial e o Eximbank mais tiraram dinheiro do país que investiram nele, tendo outros investidores que o salvaram:

Felizmente, outros credores salvaram a situação. Um deles foi o BIRD, que contribuiu com US\$172 milhões de capital líquido entre 1964 e 1967. Mas o grande salvador mesmo foi o governo dos Estados Unidos, especialmente a USAID¹⁷, o principal instrumento daquele governo para a execução da Aliança para o Progresso. Em 1965 a USAID aplicou no Brasil US\$147 milhões, e de 1964 a 1967 o total foi de US\$488 milhões. (Skidmore, 1988, p.87).

A economia do Brasil já não ia muito bem devido à sua instabilidade e isso começou a desacreditar alguns dos seus investidores que começaram a diminuir seus investimentos no país. Ao mesmo tempo em que esses investimentos diminuíam, surgia uma nova aliança que estreitava os laços entre Brasil e Estados Unidos. Porém, os recursos adquiridos por meio dessa união serviram mais para o pagamento de dívidas com credores estrangeiros do que propriamente para investimentos no país.

Surgem assim uma grande e rápida proliferação de contratos firmados entre o Brasil e a USAID (Estados Unidos da América) nos campos da educação agrícola, da reforma agrária, produção pesqueira, erradicação da malária, produção de livros didáticos, treinamento de líderes trabalhistas e expansão de mercados de capital (Skidmore, 1988).

Às vésperas das eleições presenciais as quais extinguiria o governo Castelo Branco e que deveriam ocorrer em novembro de 1965, sob a pressão dos militares linha dura que temiam a perda de poder, é em outubro deste mesmo ano instituído o AI-2:

O documento dava ao governo poderes para abolir os partidos existentes e transforma em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governador. O novo

¹⁷ A United States Agency for International Development (Usaid) surgiu em 1961 para dar continuidade, em escala ampliada, ao trabalho da ICA (International Cooperation Administration), que desde 1954 vinha financiando projetos de interesse do governo norte-americano em várias áreas do mundo, sempre com a justificativa de ajudar os países pobres. No Brasil, as ações da ICA ficaram conhecidas como os programas do Ponto IV e, mesmo após o surgimento da Usaid, o antigo termo continuou a ser utilizado. Na década de 1950 a ICA custeou, principalmente, atividades de treinamento para produtores rurais, ensino técnico e formação de professores do nível elementar.⁵ A partir de 1961 a Usaid assumiu os programas mantidos pela ICA, entretanto os recursos disponíveis tornaram-se maiores e os objetivos mais ambiciosos, respondendo às ansiedades crescentes de Washington em relação à América Latina e, em particular, ao Brasil. (Motta, 2010, p.238-239).

Ato era um compromisso entre as exigências dos linhas-duras e dos moderadores. Era também o reconhecimento pelo governo de que a busca de base política o forçava a manipular os atores políticos mais plenamente do que os moderados haviam previsto. (Skidmore, 1988, p.87-88).

Esse AI-2 privava os eleitores de escolherem seus representantes, vindo mostrar uma das facetas do regime militar ditatorial e repressor, que estava apenas começando e que duraria por mais alguns longos anos, camuflado pelo ideal democrático que segundo seus defensores seria instalado aos poucos. O maior objetivo deste Ato foi o de impedir qualquer vitória opositora tanto para os cargos de presidente e vice-presidente quanto para o cargo de governador dos estados.

Em fevereiro de 1966 é lançado o novo AI-3, que pretendia mais uma vez proteger o governo nas próximas eleições. Este previa que os prefeitos das capitais dos estados e de outras cidades consideradas de “segurança nacional” seriam, nos termos do novo Ato, nomeados pelos governadores (agora eleitos pelas assembleias legislativas), além de adiar o cronograma para a nova implementação do sistema partidário. (Skidmore, 1988). Se o AI-2 previa favorecer os linhas-duras e os moderados, o AI-3 ao contrário, previa neutralizar a linha dura, mostrando resultados o mais breve possível.

Embora Castelo Branco durante seu governo tenha tido a intenção de modificar a política brasileira, ele acabou por gerar na população do país um sentimento anti-governo, culminando em protestos, marchas e manifestações. Embora seu objetivo como presidente não tivesse sido alcançado, durante seu governo tratou de sancionar algumas medidas arbitrárias na tentativa de moderar os ânimos e disputas dentro do governo. Na tentativa de limitar a liberdade de ação do governo posterior, conseguiu que o Senado aprovasse a nova Constituição em 24 de janeiro de 1967, que substituiria a de 1946.

A Constituição de 1967 quando determina a escolaridade obrigatória e sua ampliação tomada a partir da iniciativa do Estado demonstra em meio a uma concentração de renda, uma tentativa por parte do governo de gerar uma igualdade de oportunidade e de melhorar as condições de vida das grandes massas, principalmente no que tange ao ensino de 1º e de 2º graus. Na prática essa proposta foi inviável, pois apresentou equidade em um momento em que se aguçavam as desigualdades sociais, o que favorecia a dominação já existente e predominante em toda a ditadura militar, revelando o descomprometimento do Estado com o financiamento público e incentivando a privatização do ensino, o que é mantido pela Emenda Constitucional

nº 01 de 1969, assinada pela Junta Militar e que alterou a Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, (Germano, 2005).

Outro ponto destacado por Germano (2005), sobre a Constituição de 1967, refere-se ao percentual de investimentos mínimos a serem aplicados na educação pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios, ficando esse último com a responsabilidade pela obrigatoriedade do ensino primário. E em seu artigo 178, determina que esse nível de ensino deveria ser também de responsabilidade das empresas comerciais, industriais e agrícolas, que deveriam ofertar ou pagar bolsas para seus funcionários e os filhos destes (entre 7 e 14 anos de idade), podendo oferecer também um auxílio (o salário-educação). Continua assim, os baixos investimentos e baixos recursos destinada à educação, bem como se manteve a manutenção inadequada da estrutura de todos os níveis de ensino do país.

No ano de 1968 crescem os movimentos de oposição ao governo atual brasileiro. Esse clima teve efeitos visíveis no plano da cultura em geral da arte, especialmente da música popular, dando impulso à mobilização popular (Fausto, 2008).

Essas manifestações a cada dia mais foram sendo contidas com o aumento da violência por parte do governo, o que gerou mortes e assim mais revoltas dos setores estudantis, da igreja e da classe média da população, surgindo no Rio de Janeiro em 25 de junho deste ano a passeata dos 100 mil. Inicia-se nesse mesmo ano de 1968 o movimento das lutas armadas.

Os estudantes brasileiros lutavam por melhorias na educação que a cada dia ficava sem benefícios. O crescimento econômico que o país passava não refletia na melhoria da educação, deixando-a aquém dos países em desenvolvimento (Skidmore, 1998). Para esse autor essa preocupação se alastrava no meio principalmente, da classe média do país, que percebia que os exames vestibulares se tornavam cada vez mais difíceis, selecionando ainda mais os candidatos concorrentes a uma vaga em universidades públicas e o número de candidatos aumentavam consideravelmente. A população em geral não possuía acesso a uma educação básica pública de qualidade, e assim, eram poucos os que conseguiam ingressar nas universidades, principalmente nas públicas.

Já os protestos e greves dos trabalhadores reivindicava melhores salários contra a queda do mesmo. Esses movimentos eclodiram em Contagem (Minas Gerais) e em Osasco (São Paulo). A primeira de acordo com Skidmore (1998), resultou em fracasso, tanto por parte da repressão do governo quanto pela inexperiência da organização dos trabalhadores. O segundo

de cunho mais político contou com o sindicato dos metalúrgicos sendo seu presidente também dessa classe trabalhadora e estudante universitário ativista católico. Vários trabalhadores foram presos e torturados, acabando assim o compromisso “humanizador” do governo e dos revolucionários.

Inicia-se então de acordo com Fausto (2008), as oposições armadas no Brasil contra o governo e o regime instaurado, com maior consenso e legitimação social apoiados também pela igreja, que se vê exausta de tantas barbaridades cometidas pelo atual governo.

Em meio a tantas lutas o Brasil consegue um êxito em sua política econômica como obtendo o título de “Brasil-potência”, chegando seu PIB a atingir 11%, continuando a inflação em 25%, de acordo com Skidmore (1998).

Ocorre uma desqualificação da escola pública de 1º e 2º graus ao mesmo tempo em que o Estado se desresponsabilizava de financiar esses dois níveis de ensino, passando a financiar instituições privadas, o que acarreta no agravamento das diferenças sociais já existentes e da exclusão das massas populacionais, que se viam cada vez mais menosprezada e excluídas. Nesse contexto, além da educação, os serviços de saúde pública também se agravavam para essa população, já que ao invés de se investir em saúde preventiva se optou por investir em na cura das doenças que afligiam a população.

O modelo de acúmulo de capital instituído pelo governo como meio para se sair da crise financeira que o país estava acometido veio apenas para desenfrear as desigualdades sociais já existentes. Percebemos que foi investido grandes quantias de capital em instituições particulares, destinadas a atender uma pequena parte da população, deixando de lado as instituições públicas que poderiam atender a uma maior parcela da sociedade.

Em 13/12/1968 o governo militar institui o AI-5, que garantiu plenos poderes ao presidente. O Estado atingiu, por tanto, o mais elevado grau e autonomia, permitindo, inclusive, prisões arbitrárias, torturas e assassinato de presos políticos. Também instituiu censura à imprensa e passou a controlar universidades e instituições educativas (Zotti, 2006).

No início do ano de 1969, por meio de um decreto-lei, o governo:

[...] criou compulsoriamente o curso de Ensino de Educação Moral e Cívica que os estudantes deveriam fazer anualmente – com instrutor e material didático devidamente aprovados. Destinada a apoiar a versão brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, a idéia do curso partia de um grupo de trabalho da Escola

Superior de Guerra como resposta à necessidade de se reformular a mentalidade das vindouras gerações em conformidade com as novas realidades da Revolução de 1964. (Skidmore, 1998, p.168).

O governo então se preocupava com a manutenção de seu poder, usando para tal o processo educacional, controlando universidades e instituições educativas por meio da disseminação de seus ideais político-ideológico. Porém, o sistema de ensino brasileiro, estava passando por um total fracasso. A educação básica por exemplo, se consolidava com a manutenção dos altos índice de analfabetos ainda existentes no país, que Germano (2005) constata ter chegado em 1985 a alta taxa de 20,7%. Esses altos índices levaram o governo a efetivar no ano de 1970 o MOBRAL – movimento brasileiro de alfabetização, que atendia a jovens e adultos que não foram alfabetizados entre os 7 e 14 anos de idade, ou seja, em idade adequada estipulada segundo as leis educacionais do país.

A partir do início do ano de 1971, o governo passou a exigir de todo aluno matriculado do 1º grau à pós-graduação, que fizessem o curso de Ensino de Educação Moral e Cívica. O objetivo central era controlar a população e instaura a obediência a lei, a valorização do trabalho e a harmonia social.

Germano (2005) nos traz que entre os anos de 1973 a 1983 o Brasil atingiu altos níveis de repetência no ensino da 1ª série, passando de 27,2% para 34,2%, o que afirma que a universalização do ensino de 7 a 14 anos proposta pelo governo e pelas leis da educação do Brasil até então criadas, estava longe de ser atingida.

No ano de 1971 ocorre a implementação da Lei 5.692/71, que reformulou os ensinos de 1º e 2º graus, garantiu ensino religioso nesses dois níveis de ensino tanto em escolas públicas como em escolas privadas dando o aval para que verbas públicas financiassem as escolas privadas; institui a escolaridade obrigatória do ensino de 1º grau: apenas para as três primeiras séries. Essas mudanças não garantiram e nem viabilizaram às camadas populares receberem uma educação de qualidade, pelo contrário, agravaram ainda mais a situação dessas quanto ao acesso à educação de qualidade, já que o governo priorizava investimento em escolas particulares por meio de verbas e de bolsas de estudos. Essa lei reforça ainda mais as relações capital-trabalho, principalmente com o ensino técnico do 2º grau, destruindo para Germano (2005) a ficção de igualdade de oportunidades educacionais e sociais, uma vez que os mecanismos que geram a desigualdade permanecem intocáveis e contam com o respaldo do

próprio Estado, que se desresponsabiliza pelo financiamento do ensino público e também pela manutenção do mesmo.

O fracasso do ensino profissionalizante se deu por seis motivos simples, são eles (Germano, 2005):

- 1- pela falta de investimentos por parte do estado nesse ensino, já que tinha um alto custo por aluno;
- 2- pela básica qualificação nesse ensino que voltava-se para o ler, escrever, operações matemáticas fundamentais, qualificação linguística e conhecimentos básicos sobre tecnologia e instituições;
- 3- pela discrepância entre o sistema educacional e o sistema ocupacional, onde os currículos escolares não eram compatíveis à realidade das empresas;
- 4- a proposta de profissionalização desagradou as classes baixas, pois voltava-se para o trabalho braçal;
- 5- esse processo de profissionalização não foi implementado em todas escolas públicas devido ao seu alto custo e por esse motivo foi descartada na rede pública de ensino;
- 6- sua obrigatoriedade instituída na Lei 5.692/71 de obrigatoriedade passa a ser substituída pelo parecer CFE 45/72 que introduz as “habilidades básicas” que seria completada na empresas.

Todos esses fatores juntos levaram o ensino profissionalizante de 2º grau a um fracasso incontestável, pois em sua essência ele deveria se destinava claramente às classes baixas que não queriam mais um ensino voltado para o mercado de trabalho, já que almejavam alcançar o ensino superior que o governo tanto aclamou apenas para a sua elite. Por outro lado, os investimentos em escolas públicas eram quase ausentes além do currículo não se relacionar com o trabalho realizado nas empresas e a formação exigida por elas de seus trabalhadores.

Assim, a declaração de um ensino obrigatório ofertado pelo Estado não passou das formalidades burocráticas legais, se considerarmos que essas afirmavam uma escola para todos, mas que na prática não se investia nessa educação, não por falta de recursos, mas pelo interesse político estar voltado para a dominação dos sujeitos e pela manutenção do poder.

O governo militar durante sua vigência obteve um desenvolvimento educacional inquestionável no que tange ao número de matriculados, ou seja, de pessoas tendo acesso ao

ensino, se comparado às décadas e governos anteriores, incentivado também pela expansão do capitalismo no país. Porém, poucos cidadãos brasileiros tiveram acesso a esse desenvolvimento, já que foram acentuadas as desigualdades sociais e econômicas no país como um todo.

Quadro 07: Número de matrículas de 1º e 2º grau (1973-1985)

	Nº matrículas finais ¹⁸ do 1º grau	Nº matrículas finais do 2º grau
1973	15.132.904	1.330.251 (1972)
1985	20.946.657	3.165.577

Dados retirados de Germano (2005).

De acordo com o quadro acima, entre os anos de 1972 e 1985 as matrículas no ensino de 2º grau mais que duplicaram. Esse índice ainda permaneceu baixo se comparado ao ensino de 1º grau que apresentava cerca de 20.946.657 alunos matriculados (representando apenas um aumento de 40% de matrículas). O que significa dizer, que a procura pelo ensino de 2º grau não atingiu grandes metas como a procura pelo ensino de 1º grau, ou seja, o ensino profissionalizante proposto pelo governo, não conseguiu angariar grande números de alunos.

Além desses índices de matrículas, é importante salientar que ainda eram enormes as distorções idade-série, ou seja, eram altos os índices de pessoas em idade escolar fora da escola ou que frequentavam a escola com idade avançadas para a série que estava, assim como também eram enormes os índices de evasão escolar.

No que se refere aos estabelecimentos de ensino, Germano (2005) traz que no ano de 1982 existiam 198 mil estabelecimentos de ensino de 1º grau, enquanto que de 2º grau haviam apenas 8 mil. No ensino de 1º grau: 87% das matrículas eram da rede pública como 95% das unidades de ensino; 2º grau 50 % dos estabelecimentos eram públicos. Em Minas Gerais e em São Paulo as instituições privadas tinham mais alunos que as públicas. Apesar do número de instituições públicas crescerem, ainda permanecia o maior número de alunos nas instituições particulares.

Os índices de evasão nos anos de 1973 foram de 10% enquanto que os de reprovação atingiram 11,8%. No ano de 1983 esses índices aumentaram para 16,9% e 20%, representando o que Germano (2005) chama de aumento das desigualdades regionais e sociais. Constatou-se

¹⁸ De acordo com Germano (2005), os dados do quadro referem-se as matrículas finais, sendo que as matrículas iniciais são: para o ensino de 1º grau: no ano de 1973 foram 18.573.193 e no ano de 1985 foram 25.587.815.

também a diminuição das matrículas de pessoas em idade escolar pertencentes a famílias de baixa renda no ensino de 2º grau, bem como um aumento das matrículas nesse ensino de pessoas em idade escola pertencentes a famílias de rendas médias e de rendas mais elevadas.

Essa discrepância pode ser justificada, na medida em que a reforma educacional do 2º grau foi perversa ao utilizar esse ensino como forma de acesso as universidades públicas do país, já que quem frequentava esse ensino em sua maioria eram as classes mais altas que estudam em escolas particulares ou em escolas técnicas federais que possibilitavam maiores condições aos alunos de ingressarem nas universidades.

Germano (2005) também traz como sendo um outro processo que contribuiu para a privatização do ensino, a instalação de cursos preparatórios para ingresso nas universidades – os chamados cursinhos, oferecidos pela rede particular. Sobre essa iniciativa privada na educação vêm sendo incentivada desde a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 4.024 de 1961, que prevê ajuda financeira às escolas da rede privada de forma indiscriminada, dando aos interesses privatistas importantes vitórias. Para o mesmo autor, essas empresas educacionais a partir de 1964 alcançaram notável expansão:

Isso ocorre na medida em que o Estado criou mecanismos de ordem legal, muito expressivos. – Como a Constituição –, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como negócio lucrativo. Com efeito, os governos militares tentaram não somente se desincumbir de financiar a educação pública e gratuita, mas também cuidaram de estabelecer as condições legais que permitissem a transferência de recursos públicos para a rede particular. (Germano, 2005, p.196).

Ocorre cada vez mais o processo de incentivo do Governo para que a iniciativa privada assuma a área educacional do país, havendo assim um declínio nos investimentos deste com a educação e o aumento de investimentos nas instituições particulares, mesmo em uma época em que se consta o “milagre” econômico brasileiro. O Governo aproveita que o ensino pode ser livre à iniciativa popular e passa a oferecer bolsas de estudos, se responsabilizando da oferta de qualquer nível de ensino.

Cresce assim o número de instituições particulares de ensino em uma sociedade carente de ensino público elementar de qualidade, reforçando a exclusão da imensa maioria da sociedade quanto aos direitos sociais. A educação passa a ser mercado lucrativo para a rede de ensino particular, gerando assim impérios, como é o caso do Colégio Piedade no Rio de Janeiro e do Centro Educacional Objetivo, explicitados por Germano (2005) como instituições que

expandiram seus negócios para a área agropecuária e de meios de comunicação. Um negócio lucrativo e oneroso, já que o Governo apenas repassava as verbas, o que gerou abusos e corrupção.

Esse processo todo de valorização das instituições educacionais particulares contribuiu ainda mais para a desqualificação do ensino público de 1º e 2º graus respectivamente, e em consequência ampliou ainda mais o distanciamento entre as classes sociais e agravando a situação das classes mais baixas.

O governo militar durante seu regime, possibilitou o aumento de inúmeras políticas públicas voltadas para a educação em seus diversos níveis de ensino (primário, secundário e superior), porém, deixou a desejar quanto aos investimentos financeiros dessas instituições, principalmente dos dois primeiros níveis, permitindo a participação particular na oferta desses, o que continuou a reforçar e a manter a ideia de que o acesso à educação se daria para poucos, ou seja, para a elite econômica do país.

Nessa perspectiva a formação dos profissionais do magistério também foi assim reduzida, transformando-se em ensino técnico de baixo nível e de pouco desempenho a partir do momento em que se configurou como mera habilitação.

Partindo dessa problemática de esmagamento da escola pública de 1º e 2º graus e da valorização do ensino superior de acesso a uma parcela mínima da população, discorreremos no próximo capítulo sobre a formação de professores do pré-escolar a 4ª série, que passou a ser oferecida como Habilitação do ensino de 2º grau durante o regime militar. Tentaremos assim compreender o que essa formação significou em um momento de tantos conflitos e autoritarismo em nosso país.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESTADO MILITAR

A formação de professores destinados a lecionarem no ensino primário como era denominado – hoje intitulado ensino fundamental I, perpassou por distintas modalidades até se chegar ao ensino superior, com o curso de graduação em pedagogia que temos nos dias atuais.

Por esse motivo, torna-se necessário fazer um resgate dessa formação no que diz respeito ao seu processo histórico, permeado por políticas diversas e por um processo digamos que tardio, na medida em que o ensino primário ficou relegado bem como a formação dos profissionais que atuariam nesse ensino por muitos anos no Brasil. Por isso, é necessário e importante o presente tópico deste trabalho.

É importante compreender o processo histórico da formação de professores primários para que se torne viável a análise sobre o ensino normal ministrado no município de Uberlândia, que com certeza sofreu influências dessas diversas transformações legais ocorridas nacionalmente tanto no ensino primário como na formação docente.

A formação de professores primários no Brasil caminhou desde o ano de 1890 até o ano de 1930 com uma progressiva implementação das escolas normais, bem como a progressiva implementação das escolas primárias graduadas no país. A primeira Constituição Republicana definiu o ensino como laico, abolindo o ensino religioso dos currículos escolares. Porém, nos anos de 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, uma de suas primeiras medidas tomadas no campo educacional foi o reestabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas (Saviani, 2004).

Para o autor, a Constituição Federal de 1934 foi a primeira carta magna a fixar como competência privativa da União a responsabilidade em “traçar as diretrizes da educação nacional” (art. 5º, inciso XIV) e que se manteve no texto da Constituição do Estado Novo promulgada em 10 de novembro de 1937 no art. 15, inciso IX, onde estabelece como competência privativa da União “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. É a partir desse momento que fica claro e explícito a necessidade de se organizar o ensino educacional no âmbito nacional a as diretrizes a serem seguidas em todo o território brasileiro em todos os níveis de ensino: primário, secundário e superior.

Após os anos de 1931 até os anos de 1961 a formação de professores perpassou o nível nacional pelas escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando o ideário pedagógico

renovado, através da reforma Francisco Campos¹⁹, aprofundada pela Reforma Capanema²⁰ que culminou na promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4.024/61 (Saviani, 2004).

A Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo o seu Capítulo IV voltado para a Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á:

a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica;

b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial.

Art. 54. As escolas normais, de grau ginásial expedirão o diploma de regente de ensino primário, e, as de grau colegial, o de professor primário.

Art. 55. Os institutos de educação além dos cursos de grau médio referidos no artigo 53, ministrarão cursos de especialização, de administradores escolares e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escolas normais de grau colegial.

¹⁹ Em abril de 1931 o ministro da Educação e Saúde Pública, baixou um conjunto de seis decretos, conhecidos como reforma Francisco Campos. Os referidos decretos foram os seguintes: Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regimento universitário; Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (Saviani, 2004, p.31-32).

²⁰ A Reforma Capanema 1946 representou a Lei Orgânica do Ensino normal, primário e agrícola, determinando as modalidades de ada um deles. O ensino primário se dividiu em dois: fundamental e supletivo. O primeiro para alunos de 7 a 12 anos com duas modalidades: ensino primário elementar de 4 anos e o ensino primário complementar com duração de 1 ano; e o ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado a adolescentes e adultos que não haviam tido oportunidade de frequentar a escola na idade adequada. O ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos: o ginásial e o colegial. O primeiro com duração de quatro anos, e o segundo com duração de três anos, dividido horizontalmente entre secundário e técnico profissional (industrial, comercial e agrícola, além do normal que matinha interface com o secundário. (Saviani, 2004, p.37-38).

Art. 56. Os sistemas de ensino estabelecerão os limites dentro dos quais os regentes poderão exercer o magistério primário.

Art. 57. A formação de professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio.

Art. 58. Vetado.

Art. 59. A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica. Parágrafo único. Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras.

Art. 60. O provimento efetivo em cargo de professor nos estabelecimentos oficiais de ensino médio será feito por meio de concurso de títulos e provas vetado.

Art. 61. O magistério nos estabelecimentos ... vetado ... de ensino médio só poderá ser exercido por professores registrados no órgão competente. (Brasil. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

A formação dos profissionais que lecionariam nas escolas de primeiro grau poderia se dar em três formatos: em escolas normais ginasiais (com no mínimo quatro séries anuais), em escolas normais colegiais (com três séries anuais) e nos institutos de educação, que além de oferecer o curso de grau médio, também se encarregariam por ofertar cursos de especialização voltados para administração escolar e aperfeiçoamento de professores, àqueles que já tivessem sido formados nas escolas normais de grau colegial.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 possibilitou a oferta da formação de professores primários nacionalmente, porém em três formatos, e dava autonomia às instituições que a ofertassem de estabelecer os limites de atuação dos profissionais formados em regência para o magistério primário.

A Constituição Federal de 1934 já legava intenções sobre a criação de um plano nacional de educação, retomados com a Constituição do Estado Novo de 1937. Mas os trâmites para tal somente se iniciaram com a Constituição de 1946, que determinava à União a responsabilidade de fixar as diretrizes e bases da educação nacional (Saviani, 2004). Essa, porém, foi reformulada no ano de 1947 por um projeto que originou a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional²¹, que foi promulgada a 20 de novembro de 1961, e complementada nos anos de 1968 e de 1971, dando posteriormente origem à 20 de dezembro de 1996 à LDB vigente até os dias atuais.

Assim, a formação de professores no Brasil foi transitando de progressos a retrocessos ao longo dos anos, principalmente no que tange aos anos iniciais do ensino fundamental, aos currículos e nomenclaturas, sendo sempre um espaço conflituoso e de mudanças.

Essas modificações ocorridas ao longo do século XX, foram sem dúvida a chave para a organização nacional do ensino, na tentativa de aproximar o ensino ministrado nacionalmente, diminuindo o distanciamento existente entre as regiões do país, o que vinha sendo solicitado a anos pelos intelectuais, mesmo que em muitos momentos não terem significado de fato reais avanços.

Os anos de 1960 para Saviani (2004) foram de intensa experimentação educativa, pois além dos colégios de aplicação, que se consolidaram nesse período, surgiram os ginásios vocacionais, deu-se grande impulso à renovação do ensino de matemática e de ciências, colocando em ebulição o campo da pedagogia. Por outro lado, o fim dessa década representou um esgotamento do modelo renovador implantado, o que se representou inviável com a vigência do regime militar em 1964 que reorientou o ensino no país em todas as suas modalidades.

Começaram a surgir então, investimentos privados no setor educacional do país, o que foi marcado pela assinatura do acordo MEC-USAID, o qual o Ministério da Educação do Brasil estabelecia mecanismos de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional com o compromisso de reformular aspectos específicos do ensino brasileiro. (Saviani, p.41). Surge assim, a necessidade de adequar a legislação educacional ao novo processo político que se instalava, o golpe militar.

De acordo com Zotti (2006), a presença de consultores norte-americanos que se instalaram no país como agentes de desenvolvimento e modernização, interferiram diretamente

²¹ O então ministro da educação, Clemente Mariani, a partir do trabalho preliminar de uma comissão constituída por educadores de diferentes tendências, encaminhou ao presidente da República para ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, um projeto que, após uma longa e tumultuada tramitação, se converteu na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1961, mantendo a organização do ensino de acordo com a Reforma Capanema, apenas flexibilizando-a. (Saviani, 2004, p.38).

no campo educacional por meio do acordo MEC-USAID, que resultou na reforma Universitária (Lei 5.540/68) e na Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/71).

O governo militar então, instaurou a Lei n. 5.540/68 aprovada em 28 de novembro de 1968, que reformulou o ensino superior e a Lei n. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971 alterou os ensinos primários e médios, modificando suas denominações para ensino de primeiro e de segundo grau. Assim, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.4.024/61) no que se refere ao ensino primário, secundário e superior, foram revogados e substituídos pelas duas novas leis (Saviani, 2004).

A Lei nº5.540/68 reformulou o ensino superior, tendo como principal objetivo conter as revoltas e protestos de estudantes e professores que iam adquirindo seguidores da sociedade civil contra o Regime Militar. Para Germano (2005), ela representou a autonomia fictícia das Universidades, juntamente com o controle avassalador do Exército Militar sobre o ensino.

Com a Lei n. 5.692/71, o ensino de segundo grau ganhou caráter de profissionalização universal e compulsória, que só foi revogada pela Lei n. 7.044/82, onde perdeu seu caráter universal, porém ainda permaneceu vigente o ensino profissionalizante.

A Lei n. 5.692/71 fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, trazendo em seu Capítulo V referencias quanto aos profissionais da educação (professores e especialistas):

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) No ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) No ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração.
- c) Em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

§ 1º Os professores que se refere a letra a poderão lecionar na 5ª e 6ª séries do ensino de 1º grau se a sua habilitação houver sido obtida em quatro séries ou quando em três mediante estudos adicionais correspondentes a um ano letivo que incluirão, quando fôr o caso, formação pedagógica.

§ 2º Os professores a que se refere a letra b poderão alcançar, no exercício do magistério, a 2ª série do ensino de 2º grau mediante estudos adicionais correspondentes no mínimo a um ano letivo.

§ 3º Os estudos adicionais referidos nos parágrafos anteriores poderão ser objeto de aproveitamento em cursos ulteriores.

Art. 31. As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais referidos no § 2º do artigo anterior serão ministrados nas universidades e demais instituições que mantenham cursos de duração plena.

Parágrafo único. As licenciaturas de 1º grau e os estudos adicionais, de preferência nas comunidades menores, poderão também ser ministradas em faculdades, centros, escolas, institutos e outros tipos de estabelecimentos criados ou adaptados para esse fim, com autorização e reconhecimento na forma da Lei.

Para os professores que iriam ministrar aulas apenas no ensino de 1º grau (1ª à 4ª série), bastaria a formação em 2º grau. Já para os demais níveis de ensino (5ª à 8ª série e para o 2º grau) a formação mínima exigida seria graduação ou curso com carga horária equivalente comprovada. O Estado organiza a formação docente de 1º e de 2º graus em dois níveis distintos, elegendo para o primeiro uma formação mínima e ao mesmo tempo rápida.

A Lei n. 5.692/71 fixou as leis e diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus (os antigos ensinos primário e médio), do qual:

[...] instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. (Saviani, 2009, p.147).

Essa modificação valeu para todo o território nacional com intuito de garantir uma formação geral e uma mais específica. O curso normal cedeu lugar para a habilitação de 2º grau, enquanto a formação para o antigo ensino primário foi reduzida. De um lado obteve-se melhorias enquanto que por outro houve um encurtamento preocupante.

As reformas instauradas na educação pelo governo militar em todas as suas modalidades representaram a “racionalidade e produtividade”, tendo como principal objetivo a busca pelo máximo de resultados possíveis com o mínimo de gasto, ou seja, preconizou o sistema de ensino do país.

O que mais se destaca nesse período é o valor econômico da educação, esse é o ponto central para o desenvolvimento econômico e de produção, e a educação é inserida nesse processo. O intuito na verdade era formar em curto prazo de tempo o pessoal para trabalhar e produzir, o que resultaria no crescimento econômico que o país necessitava no momento:

[...] na década de 1970, sob a influência da tendência crítico-reprodutivista, surge a tentativa de empreender a crítica da teoria do capital humano. Buscou-se, então, evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico significava torná-la funcional ao sistema capitalista, isto é, coloca-la a serviço dos interesses da classe dominante, uma vez que, qualificando a força de trabalho, o processo educativo concorria para o incremento da produção da mais-valia, reforçando, em consequência, as relações de exploração. (Saviani, 2004, p.48).

Surge então nos anos de 1980 a tendência crítico-reprodutivista, uma tentativa de superar o que até então foi implementado no sistema educacional do país pelo governo militar, onde a educação está subordinada ao desenvolvimento econômico. Nasce nesse período a necessidade de compreender a relação entre escola e desenvolvimento econômico. Era preciso como Saviani (2004) diz, pensar a qualidade social da educação pública, um legado que persiste até os dias atuais.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS (1960-1980)

Durante a Ditadura Militar, no âmbito nacional, foram implementadas algumas leis educacionais das quais podemos destacar a Lei nº 5.692/71, que fixou as leis e diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, como vimos anteriormente, e que complementou a LDB de 1961. Ambas significaram um marco importante na educação brasileira, principalmente no ensino básico, pois o regulamentou nacionalmente.

O Estado de Minas Gerais seguindo o modelo da Federação, também procurou ampliar e adequar o seu sistema de ensino, passando a contar com leis e decretos mais específicos para cada nível ofertado e de sua responsabilidade administrativa, na tentativa de fazer oferecer acesso à escola a toda sua população, eliminando o analfabetismo.

No que tange ao ensino primário do estado de Minas Gerais, no ano de 1962 foi instituída a Lei 2610 contendo o código do Ensino Primário, que originou do projeto Lei 1132 do ano de 1960. Essa lei então passa a reger esse nível de ensino e o ensino pré-primário de todo o estado de Minas Gerais, dando as seguintes normas:

Art. 4º - O curso primário é dividido em séries, escalonadas de acordo com graduação especial, correspondendo cada uma a um ano letivo.

Art. 5º - O curso pré-primário é dividido em períodos, também escalonadas segundo graduação especial, correspondendo cada um a um ano letivo.

Art. 6º - Classe é o agrupamento de limitado número de alunos da mesma série ou período, regidos por um só professor.

Art. 7º - Turma é o conjunto de alunos de mais de uma série, regidos por um só professor.

Art. 8º - Quadro de classe é o mapa estatístico em que se retratam a organização e a distribuição das classes do estabelecimento e se relacionam os seus servidores, com as respectivas funções.

Art. 9º - Considera-se unidade escolar o estabelecimento de ensino, qualquer que seja o número de classes ou de turmas de que se constitua.

Art. 10 - Setor escolar é a área a que cada unidade ou conjunto de unidades escolares, quando muito próximas umas das outras, deva atender consideradas a sua capacidade normal de matrícula e a densidade da população escolar adjacente, não podendo, entretanto, essa área abranger círculo de raio superior a 3 (três) quilômetros, tomada como centro a sede do estabelecimento. (Lei 2610, de 08/01/1962).

Esta lei assim cria denominações e divisões quanto ao ensino pré-primário e primário, dando a orientação e especificidade de cada um desses ensinos, o que até o presente momento foi feito apenas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

Uma novidade trazida pela Lei do Código do Ensino Primário (Lei 2610 de 1962), foi o Do Plano de Ampliação e da Escala de Prioridade em seu Capítulo I, que previa a ampliação do ensino primário de modo a atender à *população escolar das cidades, das vilas e da zona rural*, esta seria então apurada de acordo com as estatísticas oficiais. Nesse capítulo, previa-se por meio desses dados estatísticos oficiais, a organização da escala de prioridade para a criação de unidades escolares e construção de prédios para funcionamento das mesmas. Nota-se que o ensino primário passa a ganhar mais atenção legalmente, na tentativa de ampliar essa rede de ensino e atender a população escolar tanto das cidades quanto das vilas e da zona rural que ainda não eram alfabetizadas.

Ampliar a rede de ensino primário e sua oferta, significa uma maior demanda de profissionais docentes para lecionarem nessas instituições, o que deveria na mesma proporção, aumentar a oferta de cursos de formação de professores primários, que neste caso devido ao encurtamento do tempo para tal, o mais adequado seria o curso normal, oferecido a nível de segundo grau.

Em seu Capítulo II, o Código do Ensino Primário (Lei 2610 de 1962), é realizada a classificação dos estabelecimentos de ensino, segundo organização e localização:

Art. 19 - Quando à organização, classificam-se os estabelecimentos de ensino nas seguintes categorias:

- I) Jardim de Infância (J.I.);
- II) Escola Singular (E.S.);
- III) Escolas Combinadas (E.C.);
- IV) Escolas Reunidas (E.R.);
- V) Grupo Escolar (G.E.). (Lei 2610, de 08/01/1962).

De acordo com essa lei, os Jardins de Infância seriam os estabelecimentos de educação pré-primária constituído de um conjunto de classes instaladas em um só prédio e com a matrícula mínima de 240 (duzentos e quarenta) alunos. As Escolas Singulares seriam os estabelecimentos de ensino primário com uma só turma de, pelo menos 40 (quarenta) alunos matriculados, embora de séries diferentes do curso, a cargo de um só professor. As Escolas Combinadas seriam o conjunto de escolas singulares de uma mesma localidade, funcionando no mesmo prédio ou em uma distância de até três quilômetros umas das outras, e pelas quais se distribuam os alunos por séries do curso. As Escolas Reunidas seriam os estabelecimentos de ensino primário constituído pelo agrupamento de, pelo menos 6 (seis) classes em um só prédio, dirigidas por um dos professores e com a matrícula mínima de 240 alunos. Os Grupos Escolares seriam os estabelecimentos de ensino primário constituído pelo conjunto de pelo menos 10 (dez) classes, instaladas em um só prédio, subordinadas a direção especial e com a matrícula mínima de 400 alunos.

O Código do Ensino Primário então possibilitou que diversos tipos de escolas fossem criadas para atende a população, seja das cidades, vila e da zona rural. Sua nomenclatura dependeria do número de alunos que atenderia sem contar com o espaço adequado para tal, podendo essas ter um ou mais professor, que daria aulas de diferentes séries em uma mesma sala, ou para uma única série. O que determinava o quantitativo docente era o número de alunos que a instituição iria atender.

O Capítulo III do Código do Ensino Primário, refere-se à obrigatoriedade desse nível de ensino ao mesmo tempo que exime a sua obrigatoriedade de oferta pelo próprio Estado:

Art. 97 - O ensino primário elementar é obrigatório e gratuito para todos os menores em idade escolar.

Parágrafo único - Eximem da obrigatoriedade:

I - a falta de escola pública num círculo de raio de 3 (três) quilômetros;

II - incapacidade física ou mental comprovada por meio idôneo.

Art. 98 - A responsabilidade pela matrícula e freqüência recairá sobre os pais ou quem os substitua, em relação aos menores que tiverem sob sua autoridade ou guarda, e sobre os empregadores, em relação aos empregados.

Art. 99 - As empresas industriais, comerciais e agrícolas que tenham a seu serviço mais de 100 (cem) pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e respectivas famílias.

Art. 100 - A todo cidadão incumbe o dever de levar ao conhecimento das autoridades competentes a existência de menores em idade escolar que não estejam recebendo ou não tenham recebido o ensino primário. (Lei 2610, de 08/01/1962).

Ao mesmo tempo em que a Lei trata da obrigatoriedade do ensino primário, ou seja, que todo aluno em idade escolar seja frequente na escola, ela mesmo trata de excluir esse direito e a obrigatoriedade quando da ausência de escolas públicas para atender a população local e exclui portadores de doenças físicas, mentais e contagiosas desse espaço, mostrando que a escola continua sendo para uma parcela mínima da sociedade. As empresas bem como os pais e responsáveis por menores (crianças entre 7 e 14 anos), também passam a ter a obrigatoriedade de oferecer o ensino primário, tirando a responsabilidade dos governos municipais, estaduais e federal, que não são obrigados a instalar escolas para atender a população.

Quanto ao Magistério Primário, a Lei 2610 de 08 de janeiro de 1962, em seu Título IX, Capítulo II, seção I, orienta:

Art. 162 - O quadro geral do magistério primário compreende:

I - As carreiras de:

a) professor primário;

b) diretor de grupo escolar.

II - O cargo isolado de inspetor seccional do ensino;

III - As funções gratificadas de:

a) orientador do ensino;

b) auxiliar de diretoria;

c) diretor de escolas reunidas;

d) inspetor escolar municipal;

e) auxiliar de inspeção. (Lei 2610, de 08/01/1962).

Para além do professor, o quadro do magistério primário compreende também os especialistas educacionais, como orientador e inspetor, ou seja, para além dos profissionais que atuariam dentro da sala de aula, mas que se enquadrariam na mesma categoria, tendo cada um seu papel no espaço escolar.

Esta mesma Lei, em seu Título X, trata da investidura dos cargos e funções gratificadas, que em seu Capítulo I refere-se à nomeação para o cargo de professor primário:

Art. 188 - A nomeação para o cargo de professor primário deverá recair em normalista classificado em concurso de provas e títulos, sujeito o nomeado a estágio probatório, na forma desta lei.

Parágrafo único - Fica assegurado ao professor leigo, com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério primário ou pré-primário, qualquer que tenha sido a condição de sua investidura, o direito à inscrição no concurso para determinado quadro local ou parcial, quando nenhum candidato normalista a tenha obtido. (Lei 2610, de 08/01/1962).

Para assumir o cargo de professor primário, seria então exigido o curso normal, porém a mesma lei abre uma exceção no parágrafo único do seu artigo 188, ao permitir que profissionais leigos, ou seja, sem o curso normal, mas que tenham 5 anos de exercício no magistério primário, possuem o direito de concorrerem de modo igual a concursos, quando nenhum candidato normalista tiver inscrito para tal. Em um momento em que a maioria dos docentes primários eram considerados leigos, ou seja, sem formação adequada para exercerem o magistério, torna-se justificável a medida, principalmente com a proposta de ampliação do ensino primário. Se antes já eram ausentes esses profissionais, agora seria mais ainda, e exigir uma formação adequada ordenaria custos e a ampliação dos cursos de formação docente.

No ano de 1962, o governador do Estado José Magalhães Pinto sanciona o Decreto 6564 que dispõe sobre a celebração de convênio para a expansão da rede de ensino elementar oficial, sob a justificativa de uma medida supletiva para a expansão da rede de ensino escolar. Trata-se de um convênio entre o estado e dioceses, associações, fundações, entidades de fins assistenciais, benfeiteiros, religiosas e culturais de qualquer natureza e, ainda, pessoas jurídicas de direito público. Onde essas doariam ou emprestariam prédios para a oferta de ensino gratuito por um prazo mínimo de quatro anos para atendimento de crianças em idade escolar, sem ônus ao Estado. Esse Decreto possui as seguintes exigências:

Art. 4º - A instalação da escola se fará sem ônus para o Estado, mediante assinatura de termo de compromisso que conterá as seguintes exigências:

a) obediência ao disposto no Código do Ensino Primário, legislação esparsa sobre o ensino ainda em vigor, decretos, portarias e avisos baixados pelo Poder Executivo;

- b) fornecimento de mobiliário e aparelhamento adequado, de acordo com os modelos adotados pela Secretaria da Educação nas escolas públicas do mesmo grau de ensino, sua recuperação e conservação;
- c) competência exclusiva do Estado para recrutamento do pessoal indispensável ao funcionamento da escola;
- d) abertura permanente da escola à inspeção e fiscalização da Secretaria da Educação;
- e) proibição da transferência da sede da escola sem a publicação de ato do Secretário da Educação que a autoriza. (Decreto 6564, de 02/05/1962).

Para atender a demanda populacional escolar, o Governo do Estado de Minas Gerais cria mecanismos de parcerias com entidades diversas para a oferta do ensino primário, essas devendo funcionar de acordo com as leis estaduais, porém assume caráter de ensino particular. A organização, os profissionais e a fiscalização seriam por conta do estado, porém os custos com mobiliário e prédio seriam por parte dos parceiros.

Em dezembro de 1964, por meio da Lei 3282, o governo estadual cria o Colégio Normal oficial anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia. O Colégio Normal criado por esta lei somente seria instalado após comprovado seu corpo docente legalmente habilitado, sendo as despesas arcadas por verbas próprias do Estado.

Em 1965 por meio da Lei 3936 de 23/12/1965 o Governo do estado de Minas Gerais declara a criação dos Ginásios Normais Oficiais do município de Uberlândia e de Ituiutaba cujo objetivo de acordo com o Art. 2º, seria: *Os Ginásios Normais Oficiais de Uberlândia e de Ituiutaba se destinam a formar regentes para as classes primárias localizadas em zonas rurais, e funcionarão nos regimes de internato e externato.*

Nota-se que o Governo estadual durante os anos de 1960, sancionou lei e decretos para a criação de escolas normais para formar professores que lecionariam nas escolas primárias, bem como se voltou para a expansão desse ensino tanto no meio urbano quanto no meio rural, na tentativa de atender a população em idade escolar.

O Governo Federal representado pelo Ministério da Educação e Cultura em parceria com o governo do estado de Minas Gerais, aprovam em maio de 1970 o Convênio de Expansão e Melhoria do Ensino Primário (PREMEM). O governo estadual assim, segundo esse convênio, deveria investir valores progressistas anualmente na educação primária, investindo em infraestruturas e formação de professores e na capacitação dos profissionais já atuantes na educação, melhorando o salário desses profissionais, se responsabilizando pela melhoria dos currículos escolares, atendimento da demanda de alunos e acesso das classes mais baixas ao

ensino médio com destaque na rede polivalente. Em contrapartida, o Governo Federal liberaria verbas para a melhoria dessas, auxiliando nos gastos, desde que o estado conseguisse cumprir com suas obrigações e mostrasse resultados. De acordo com essa parceria:

As escolas a serem criadas e construídas integrarão uma variedade de experiências pré-vocacionais nas artes industriais, técnicas comerciais, economia doméstica ou educação para o lar e técnicas agrícolas e as áreas tradicionais de estudo de idiomas, de estudos sociais, matemática, ciências, artes e educação física. Oferecerão ao estudante um número mais variado de matérias dentro das múltiplas linhas do programa escolar planejado de acordo com as reais necessidades da comunidade que demanda o ensino médio. Além disso, o Programa ajudará a oferecer oportunidades de ensino médio a um número maior de jovens através de contribuições efetivas para a melhoria das condições materiais e administrativas destinadas a aprimorar o fluxo de estudantes dentro das escolas. (Resolução 925, de 27/05/1970).

O acordo efetivado entre governo federal e estadual, propõem o acesso de jovens ao ensino médio de modo que este volta-se para o mercado de trabalho, sendo implementadas disciplinas pré-vocacionais aos estudantes do ensino médio, dando maiores oportunidades aos alunos de classe mais baixa. Essa proposta reduziria ainda mais o acesso desses jovens de classes baixas em instituições de ensino superior, ampliando o acesso à educação até o ensino médio apenas por meio de um ensino profissionalizante voltado para o mercado de trabalho.

No ano de 1968, o Estado de Minas Gerais pelo decreto 10.937 dispõem sobre a posse dos professores e regentes do ensino primário, que posteriormente foi revogado pela Lei 7.109 de 13 de outubro de 1977. O decreto passou a ser lei. O primeiro capítulo desta lei trata sobre os objetivos do magistério público no Estado de Minas Gerais:

Art. 1º - O presente Estatuto dispõe sobre o pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, com os seguintes objetivos:

I - estabelecer o regime jurídico do pessoal do Quadro do Magistério;

II - incentivar a profissionalização do pessoal do magistério, mediante a criação de condições que amparem e valorizem a concentração de seus esforços ao campo de sua escolha;

III - assegurar que a remuneração do professor e do especialista de educação seja condizente com a de outros profissionais de idêntico nível de formação.

IV - garantir a promoção na carreira do professor e do especialista de educação de acordo com o crescente aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, independentemente da atividade, área de estudo, disciplina ou grau de ensino em que atuem. (Lei 7109 de 13/10/1977).

A Lei 7.109 de 1977 passa então a estruturar a carreira docente do Estado de Minas Gerais, por meio da estruturação do quadro docente, da valorização dos profissionais da educação considerando seu aperfeiçoamento e tempo de serviço e igualando a sua remuneração aos dos demais profissionais com o mesmo nível de formação. Inicia-se por meio desta lei a valorização dos profissionais da educação do estado de Minas Gerais em termos salariais.

É notório o esforço que o Estado de Minas Gerais e a Federação realizaram em termos legais e a partir do fim dos anos de 1960 e durante os anos de 1970, para estruturarem a carreira docente, sua formação e ao mesmo tempo, o ensino primário. Essas estratégias foram necessárias e emergentes tanto na tentativa de alfabetizar a população brasileira que até então era em grande parte analfabeta, como para auxiliarem a manutenção do poder da elite econômica e política em todo o país, e principalmente como meta para a permanência da ditadura militar por anos a fio.

Porém, ao mesmo tempo em que o Estado de Minas e o poder federal incentivavam a ampliação de escolas, se desresponsabilizavam da criação de mais escolas, muitas vezes dando espaço para que instituições particulares se apropriassem da oferta principalmente dos ensinos de 1º e 2º graus.

A partir dessas conclusões sobre o ensino normal em termos legais tanto na esfera federal como estadual, iremos no próximo capítulo nos deter a esse ensino no que tange ao município de Uberlândia, detectando as influências que este sofreu do governo militar, entre os anos de 1970 e 1980.

3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO CURSO NORMAL

A formação docente para atuação no ensino primário no Brasil perpassou por distintos momentos, desde a não exigência de formação para aqueles professores que atuariam nesse ensino, ou seja, a exigência de o docente apenas ter simples domínio da leitura, da escrita e das operações básicas matemáticas, até o que vivenciamos no tempo presente, a formação mínima exigida em nível superior para aqueles profissionais que queiram lecionar no ensino primário, ou como atualmente é denominado, ensino fundamental I.

A análise desse processo de mudanças é importante nessa dissertação à medida em que se percebe a preocupação governamental tanto com o processo de escolarização dos sujeitos sociais quanto com a formação que esses profissionais professores deveriam ter para se obter um ensino de qualidade acessível a todos, mesmo com seus interesses voltados para aspectos políticos e econômicos exclusivamente.

No ano de 1971 é instituída a reforma dos ensinos primários e secundários, através da Lei nº5.962/71, uma das maiores contribuições do governo militar à educação.

O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.962/71 (Brasil, 1971) modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. (Saviani, 2009, p.147).

Para o autor, essa reforma contribuiu para a redução ainda maior da formação docente que lecionaria no ensino primário, passando essa a ser ofertada por meio de uma formação geral. A Escola Normal daria assim espaço à Habilitação Específica do Magistério (HEM) de

2º grau permitindo que os profissionais que dali saíssem atuassem no magistério do ensino de 1º grau, além de estabelecer um currículo comum mínimo para os ensinos de 1º e 2º graus.

Aqueles que iriam lecionar até a 4ª série, a formação exigida seria HEM com duração de 3 anos somando 2.200 horas, e para aqueles interessados em lecionar até a 6ª série, a formação exigida seria de 4 anos totalizando 2.900 horas, tornando-se preocupante, na medida em que foi reduzida apenas a uma habilitação.

Para as quatro últimas séries do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a lei n. 5.692/71 previu a formação de professores em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). Ao curso de Pedagogia, além da formação de professores para habilitação específica de Magistério (HEM), conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em Educação, aí compreendidos os diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino. (Saviani, 2009, p.147).

Para os demais níveis de ensino (da 7ª série ao 3º ano do 2º grau), a reforma de ensino de 1º e 2º graus previa a formação docente em nível superior por meio de cursos de licenciatura. O curso de Pedagogia ficaria encarregado de formar os professores que iriam lecionar nas escolas de HEM bem como os especialistas educacionais.

Percebemos então que Uberlândia cresceu em termos sociais e econômicos, durante toda a sua trajetória histórica, claro, por intermédio de sua classe política e econômica, que também se esforçou na criação de escolas de primeiro e segundo grau nesse município, pois:

Nessa ótica, o papel dos docentes, professoras e professores, ganhariam especial relevo na constituição moral, na formação das novas gerações. Se os grupos escolares simbolizavam o projeto republicano de escola de massas que papel coube aos colégios secundários que se instalaram na Europa e no Brasil desde o início da época moderna e que no caso brasileiro permaneceram com poucas modificações até a Lei 5692 de 1971. (GATTI e INÁCIO FILHO, 2016, p.2).

Ou seja, se a elite überlandense almejava tanto o progresso e a ordem do município de Uberlândia, deveria assim como as demais regiões brasileiras que vinham se desenvolvendo, como o caso do estado de São Paulo, investir na educação e na instalação de escolas, já que por parte do Estado esse ideal ficou apenas no papel. Essas escolas, no entanto, tinham o intuito de contribuir para a disseminação do projeto de ordem e progresso elitista, marcado também pela transição de uma sociedade rural para urbana, que necessitava de uma população letrada e com o domínio da leitura e da escrita.

Essa transição social significou para além do aspecto desenvolvimentista das cidades a organização do sistema de ensino, por parte do Estado, que até então estavam delegados à ordem religiosa. Afinal, por meio da educação pública seria possível disseminar como ressalta Gatti e Inácio Filho (2016), um projeto político de poder. Porém, para que essa meta fosse possível de ser atingida, era primeiramente necessário pensar em uma formação de professores que disseminariam tal projeto.

Após os anos de 1940 o estado de Minas Gerais se interessou em financiar mesmo que minimamente uma educação pública, pois até esse momento despontava o ensino particular e confessional.

A instrução na cidade de Uberlândia foi uma preocupação de seus habitantes, principalmente por parte da família Carrejo. Por isso mesmo a primeira escola primária de Uberlândia foi instalada em 1835, por Felizberto Alves Carrejo, em sua própria residência, na fazenda da Tenda, local denominado "Povoado dos Carrejos". A partir de então se iniciou a expansão escolar com a fundação da primeira escola provincial pública do distrito de São Pedro de Uberabinha²² que foi instalada, em 1860, pelos professores Antônio Maximiano Ferreira Pinto e D. Honorata Cândida de Paiva Pinto. (GATTI e INÁCIO FILHO, 2016, p.5).

A primeira iniciativa em ministrar um ensino escolar em Uberlândia, veio de sua elite, especificamente da tradicional família Carrejo, que a financiou sem contar com o auxílio dos órgãos públicos, sendo a alavanca para o desenvolvimento educacional do município, que permitiram a instalação das seguintes instituições de ensino:

O primeiro estabelecimento de ensino secundário da cidade foi o Colégio Uberabinhense, inaugurado em 5 de julho de 1897, e dirigido pelo professor Jerônimo Teotônio de Moraes. No ano de 1902, foi fundado o Externato Carvalho sob a direção de João Basílio de Carvalho, estabelecimento direcionado ao ensino primário. Em 1907, deu-se a fundação do Externato Carvalho de Brito dirigido pelo professor Leônicio do Carmo Chaves de Brito, também destinado ao ensino primário. Ainda no mesmo ano foi fundado também o Colégio Bandeirante dirigido pelo professor José Félix Bandeira. Em 1908, foi instalado o Colégio Mineiro sob a direção de José Avelino. Em 1º de janeiro de 1908 foi empossada a primeira diretoria da Santa Casa de Misericórdia, que foi criada por iniciativa do provedor eleito Custódio da Costa Pereira, do Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa e do Major José Gonçalves Valim Piraí. (GATTI e INÁCIO FILHO, 2016, p.6).

²² Nome dado ao município de Uberlândia nos anos de 1860.

Assim como era corriqueiro nas demais regiões brasileiras a participação de investimentos privados tanto na instalação quanto na manutenção de instituições escolares, Uberlândia não fugia a esse fato. Essa cultura permaneceu durante o Regime Militar, que ao mesmo tempo em que exaltava a ampliação do sistema de ensino pregava a redução de gastos e não dispunha de recursos financeiros para investir no sistema de ensino como um todo, que continuou a contar com investimento privados.

No ano de 1964, por meio da Lei nº 3.282 de 14 de dezembro, que cria o Colégio Normal Oficial anexo ao Colégio Estadual Uberlândia, em seu art. 3º traz: “O Colégio Normal criado por meio desta lei só será instalado após aprovada a existência do corpo docente legalmente habilitado”. Assim, era necessário a instituição de seu corpo docente para que de fato fosse efetivada a sua criação.

No ano de 1965 a Lei nº.3.936 de 23 de dezembro é sancionada e cria os Ginásios Normais Oficiais das cidades de Uberlândia e Ituiutaba, destinado a formar regentes para as classes primárias funcionando em regime de internato e externato.

Em outubro do ano de 1968 pela portaria de nº 385/68, o Colégio Estadual de Uberlândia passa a ser reconhecido pelo ensino dos cursos ginásial secundário, colegial secundário e colegial normal, oficializando esse ensino no referido município, de acordo com as normas legais exigidas. Cria-se assim a primeira Escola Normal de caráter público da cidade.

É a partir desse momento de implementação efetiva do Curso Normal na Escola Estadual de Uberlândia, no ano de 1968, que a presente pesquisa se voltou indo até meados dos anos de 1980. Devemos considerar, no entanto, que durante a pesquisa documental na referida instituição, foi possível encontrar diários do curso normal a partir do ano de 1969 e alguns documentos como grade horária do ensino normal entre os anos de 1973 a 1980, o regimento escolar (anos de 1980) e do histórico dos 70 anos da instituição elaborado pela ASES.

3.1 O CURSO NORMAL DA ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA

Para compreender a formação de professores que iriam lecionar em turmas de pré-escolar a 4^a série no município de Uberlândia, contamos com algumas documentações para

análise do período de 1970 a 1980 como diários escolares, grades horárias e regimento interno escolar do respectivo período. Como complemento a essa documentação, realizamos quatro entrevistas, que foram realizadas em conformidade com o questionário (em anexo) previamente elaborado, tendo em vista a necessidade de melhor compreender quais eram os princípios norteadores da formação do curso normal da Escola Estadual de Uberlândia.

Essas entrevistas foram essenciais à complementação da documentação, pois a dificuldade de acesso à esta deixou algumas lacunas. No total foram entrevistados 3 professoras e 1 professor que ministraram aulas no curso normal no período em tela. Desses entrevistados, duas professoras ainda trabalham na escola, 1 como diretora (Yolanda) e a outra na função de vice-diretora do período vespertino (Carmem). Os demais, Adeniron e Maristela já se aposentaram.

Quanto ao período em que os professores entrevistados ministraram aulas no curso normal da Escola Estadual Uberlândia, Yolanda lembra de ter ministrado aulas por volta dos anos de 1989, Carmem entre os anos de 1984 a 1998, Adeniron entre os anos de 1979 a 2002 e Maristela, a partir dos anos de 1980.

Em relação aos princípios específicos da instituição e tendo em vista os fins da educação nacional, os objetivos da Escola Estadual Uberlândia de acordo com seu regimento interno eram:

- a) Possibilitar ao educando oportunidade para o desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;
- b) Favorecer atividades destinadas a afeiçoar o aluno ao trabalho;
- c) Promover estudos visando a adequação de novos métodos à situação ensino-aprendizagem;
- d) Manter o intercâmbio comunidade-escola, dando oportunidade e integração do aluno no seu meio físico e social. (Regimento Interno da Escola Estadual Uberlândia, dos anos de 1980).

O objetivo da escola de acordo com seu regimento interno, seria o de atender a demanda de alunos existentes e suas individualidades, favorecendo a proximidade desse ao mercado de trabalho por meio do intercâmbio entre escola e o meio que estes vivem. O ensino voltado para a formação dos sujeitos trabalhadores é forte e presente na documentação escolar.

Em relação às falas dos entrevistados, quando questionados sobre os princípios do curso normal da Escola Estadual Uberlândia, Adeniron acredita que o curso não oferecia uma base

adequada para os futuros docentes, quanto a sua qualificação, ou seja, ele mesmo acreditava que o curso normal não dava uma base teórica e nem prática que permitisse aos seus alunos atuarem como docente em sala de aula:

Primeiramente o trabalho, uma vez que o curso normal era uma maneira mais rápida de consegui-lo. As alunas do período noturno, em sua maioria, procuravam entrar no mercado de trabalho. Já a maior parte das alunas do diurno buscavam apenas a conquista de um diploma do 2º grau. Embora, particularmente, eu não considerasse que o curso preparava totalmente para o trabalho docente, uma vez que lidar com alunos é muito sério e complexo.

Resposta semelhante à de Adeniron foi da professora Yolanda:

Os princípios básicos estavam voltados em qualificar os alunos para o trabalho. A maioria dos alunos queriam dar aulas e buscavam formação para isso. A turma era constituída de pessoas que muitas vezes já estavam dando aula e vinham buscar qualificação.

Tanto para Yolanda como para Adeniron, o curso normal oferecido pela Escola Estadual Uberlândia não visava preparar um professor qualificado para dar aulas, mas preparar seus alunos para o mercado de trabalho de forma rápida. E a maioria desses alunos buscavam uma formação breve para exercerem uma profissão ou até mesmo para continuar a exercer a profissão docente, já que alguns alunos já atuavam como professores, como diz Yolanda. Essas falas se ligam ao princípio da escola relatado nos seus documentos internos.

Para Carmem, ao contrário do que Adeniron e Yolanda falam, o curso normal oferecia aulas de metodologia e didática, o que permitia aos futuros professores trabalhar com a alfabetização, do pré-escolar até a 4ª série do ensino fundamental. Para essa professora esses conteúdos já possibilitavam uma formação mais sólida aos alunos.

Já a professora Maristela demonstra uma visão mais positiva quanto a formação de professores no curso normal:

No período em que lecionei no magistério, o curso normal proporcionava aos alunos todo conhecimento didático pedagógico, podendo ministrar aulas com segurança. O curso proporcionava também uma formação pessoal em termos de conhecimento, de ser humano. O princípio era oferecer um curso diferente do profissionalizante, diferente de outros existentes na época, podendo oferecer uma profissionalização diferente. (Maristela)

Maristela, em sua fala, enfatiza que o curso normal da Escola Estadual Uberlândia tinha o propósito de ir além de profissionalizar seus alunos para o mercado de trabalho, tendo interesse e o objetivo de formar professores capacitados em termos de conhecimento, que podiam ser notados nas disciplinas ministradas e até na parte didático pedagógica do curso.

No que tange as falas dos entrevistados, duas delas se distinguem e, de certa forma, divergem quanto aos princípios do curso normal da Escola Estadual Uberlândia: Uma voltada para o caráter profissionalizante do curso normal que visava formar uma mão de obra docente em um curto espaço de tempo para atender a necessidade do mercado, já que professores formados para alfabetizarem eram escassos em todo o território nacional. A outra que comprehende o curso normal como uma formação integral, voltada para as questões didáticas, pedagógicas e humanas, capacidades essenciais ao bom professor.

Se por um lado acreditava-se que o curso normal profissionalizava professores para alfabetizarem, por outro ele era visto como uma formação capaz de possibilitar aos futuros professores a exercerem suas funções de forma integral, já que permitia uma formação didático, pedagógica e humana, essenciais para o professor alfabetizador.

Quanto ao currículo da escola normal no colégio estadual Uberlândia, e de acordo com a análise dos diários escolares desse ensino, durante os anos de 1969 e 1972, eram ofertadas as seguintes disciplinas:

Quadro 11: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia (1969)

Ano	Disciplinas Específicas	Disciplinas Gerais
1º ano	Psicologia	Educação Moral e Cívica
	Introdução à Educação	Aritmética
	Didática	Inglês
		Ed. Artística
		Prática de Educação Física
		Teoria de Educação Física
2º ano	Didática Estudos Sociais	Sociologia
	Didática de Ciências	Prática de Educação Física
	Didática da Linguagem	Teoria de Educação Física
	Didática Ciências Matemática	Inglês
		Educação Artística
		Educação Moral e Cívica

		Matemática
		Biologia

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante no ano de 2016 do arquivo escolar.

Quadro 12: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia (1970 a 1972)

Ano	Disciplinas Específicas	Disciplinas Gerais
1º ano	Psicologia	Educação Moral e Cívica
	Teoria da Educação	Ed. Musical
	Didática Teoria e Pratica	Português
	Literatura Infantil	Matemática
	Biologia	Prática de Educação Física
		Teoria de Educação Física
		OSPB (Organização Social e Política Brasileira)
2º ano	Didática Estudos Sociais e Linguagem	Educação Moral e Cívica
	Didática Ciências e Matemática	Educação Física
	Psicologia	Matemática
	Literatura Infantil	Português
	Sociologia	Ed. Musical
3º ano	Didática Estudos Sociais e Linguagem	Ed. Musical
	Didática Ciências e Matemática	Ed. M. Cívica
	Psicologia	Português
	Filosofia	Ed. Física
	Estatística	Matemática

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante no ano de 2016 do arquivo escolar.

Nota-se que entre os anos de 1969 e 1973, o currículo do curso normal perpassava em sua maioria por conteúdos específicos para formação docente, ou seja, essa formação sobressaia a formação do 2º grau.

Quadro 13: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1973 (implementação da Lei 5.692/71)

Disciplinas	1973		
	1º ano	2º ano	3º ano
Área de estudo			
Atividades	CH	CH	CH
Educação Geral			

Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	90	90	120
Educação Artística	30	-	-
Geografia	60	60	-
História	-	60	-
Matemática	120	90	60
Ciências e Programa da Saúde	90	-	-
Biologia e Programa da Saúde	90	-	-
Inglês	60	-	-
Educação Moral e Cívica	30	-	-
Educação Física	60	60	60
Ensino Religioso	30	-	-
Estudos Sociais	-	-	60
Formação Especial			
Biologia	-	120	-
Ciências Físicas e Biológicas	-	-	90
Psicologia	-	120	60
Filosofia	-	-	90
Didática Teoria e Prática	-	-	240
Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau	-	-	90
Estatística	-	-	60

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante o ano de 2016 e do arquivo escolar.

No ano de 1973, momento esse em que iniciaram as modificações no currículo do curso normal da Escola Estadual Uberlândia de acordo com a lei 5.692/71 que organizou o ensino de 1º e 2º graus aos moldes da ditadura militar. Essas estiveram presentes nos diários de classe e no regimento interno da escola, apresentando uma grade curricular para o 2º grau dividida em: Educação Geral (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Artística, Geografia, História, Matemática, Ciências e programa da saúde, Biologia e Programa da Saúde, Inglês, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Ensino Religioso e Estudos Sociais) e em Formação Especial, que seria a habilitação em Magistério (Biologia, Ciências Físicas e Biológicas, Psicologia, Filosofia, Didática Teoria e Prática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e Estatística). Essas disciplinas que compunham a formação especial eram ministradas apenas no 2º e 3º ano do curso de magistério.

Em 1974 houveram algumas mudanças no currículo na tentativa de adapta-lo às exigências da lei 5.692/71. O currículo passou a compor-se de:

Quadro 14: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1974 (implementação da Lei 5.692/71)

Disciplinas	1974		
Área de estudo	1º ano	2º ano	3º ano
Atividades	CH	CH	CH
Educação Geral			
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	90	60	-
Educação Artística	30	-	-
Geografia	60	-	-
História	-	60	-
Matemática	90	60	-
Biologia e Programa da Saúde	90	-	-
Inglês	60	-	-
Educação Moral e Cívica (E.M.C.)	60	-	-
Educação Física	60	60	60
Ensino Religioso	30	-	-
Estudos Sociais	-	-	60
Organização Social e Política Brasileira (OSPB)	-	30	-
Biologia	-	60	-
Física	90	-	-
Química	90	-	-
Formação Especial			
História da Educação	-	90	60
Psicologia	-	60	60
Filosofia	-	-	60
Sociologia	-	60	60
Metodologia (Didática Teoria e Prática)	-	360	230
Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau	-	60	60

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante o ano de 2016 do arquivo escolar.

Gradativamente a Escola Estadual Uberlândia ia adaptando seu currículo do curso normal ao exigido pela lei da reforma do ensino de 1º e 2º grau. No que se refere a formação geral no ano de 1974 foram acrescentadas as disciplinas de biologia, física e química, que se concentravam no 1º ano do curso, deixando para os dois últimos anos as disciplinas voltadas para a formação específica. A disciplina de Educação Física era ministrada nos três anos do curso, sendo essa responsável por moldar corpo e mente dos alunos.

Quadro 15: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1975 (implementação da Lei 5.692/71)

Disciplinas	1975		
Área de estudo	1º ano	2º ano	3º ano

Atividades	CH	CH	CH
Educação Geral			
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	90	60	90
Educação Artística	30	-	-
Geografia	60	-	-
História	-	60	-
Matemática	90	60	-
Biologia e Programa da Saúde	90	-	-
E.M.C e OSPB	60	-	-
Educação Física	60	60	60
Ensino Religioso	30	-	-
Formação Especial			
História da Educação	-	90	60
Psicologia	-	60	90
Biologia	-	60	60
Filosofia	-	-	60
Sociologia	-	60	-
Didática Teoria e Prática	-	180	240
Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau	-	60	60

Dados retirados da grade curricular para habilitação para o magistério da Escola Estadual Uberlândia.

No ano de 1975, é excluído os conteúdos de física e química do currículo do curso de 2º grau com habilitação em magistério. Essas disciplinas inseridas no ano anterior foram extintas e voltaram a compor o currículo no ano seguinte (ver quadro 16). A disciplina de biologia passou a fazer parte do conteúdo de formação especial. Houve a junção das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), sendo essas ministradas apenas no 1º ano do curso.

Quadro 16: Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1976 (implementação da Lei 5.692/71)

MATERIAS		1976		
Educação Geral		1º ano	2º ano	3º ano
ÁREAS	Disciplinas	CH	CH	CH
Comunicação e Expressão	Líng. Portuguesa e Lit. Brasileira	90	90	120
	Literatura Infantil	-	-	30
	Educação Artística	30	-	-
	Inglês	60	-	-
	Geografia	60	-	-
Estudos Sociais				

	História	-	60	-
	EMC	30	-	-
	OSPB	-	30	-
Ciências	Matemática	120	60	90
	Física	120	-	-
	Química	90	-	-
	Biologia e Programa da Saúde	90	-	-
Formação Especial				
Fundamentos da Educação I	Psicologia	-	60	60
	Biologia	-	60	60
Fundamentos da Educação II	História da Educação	-	60	-
	Filosofia	-	-	60
	Sociologia	-	60	
	Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau	-	60	60
	Didática Teoria e Prática – estágio supervisionado	-	150	210
Disciplinas obrigatórias	Educação Física	60	60	60
	Ensino Religioso	30	-	-

Dados retirados da grade curricular para habilitação para o magistério da Escola Estadual Uberlândia.

Durante o ano de 1976 o currículo sofreu mas alterações, sendo divididas em áreas: comunicação e expressão (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Literatura Infantil, Educação Artística e Inglês - essa última sendo a parte diversificada do currículo de Educação Geral), estudos sociais (Geografia, História, DSPB, EMC), ciências (Matemática, Física, Química, Biologia e Programa da Saúde) e formação especial, ministrada apenas nos 2º e no 3º ano do curso, divididas em: Fundamentos da Educação I (Psicologia e Biologia), Fundamentos da Educação II (História da Educação, Sociologia e Filosofia), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e Didática Teoria e Prática incluindo Estágio Supervisionado. Incluía também nesse currículo as disciplinas de ensino religioso e educação física que não compunham nenhum desses eixos, mas que eram disciplinas obrigatórias em todos os níveis de ensino e inclusive no curso normal.

A partir do ano de 1976 até o ano de 1980, o currículo manteve a mesma estrutura, sendo às vezes modificado apenas quanto o ano de oferta de alguma de suas disciplinas e/ou quanto a divisão dessas em temas, mantendo sempre o mesmo formato e estrutura²³.

Quando perguntados a respeito da participação dos alunos e professores na organização do curso normal, os entrevistados relataram que:

Os alunos participavam muito pouco. A organização didático-pedagógica já vinha praticamente toda estruturada da Secretaria de Educação. Aos professores cabia a tarefa de montar os planos de aula, enfim, preparar suas aulas, mas o conteúdo a ser ministrado já vinha todo pronto da Secretaria de Educação e através da coordenação do colégio era passado aos professores. Contando que os conteúdos ministrados estivessem dentro do currículo pré-estabelecido e seguindo o plano da Secretaria de Educação, o professor tinha autonomia para preparar e ministrar suas aulas. Inicialmente existiam coordenadores de área, entretanto, com o passar do tempo o governo estadual cortou alguns cargos do quadro de pessoal, restando por fim apenas os professores e a diretoria. Com isso, o trabalho com os alunos acabou sendo dificultado e cansativo, uma vez que cabia ao professor preparar quase tudo, planos, currículo e aulas. (Adeniron).

Na verdade, naquela época a participação era quase que uma prática inexistente. Os alunos recebiam o conteúdo, que era desenvolvido com uma certa rigidez. A participação na elaboração do plano não existia, eles apenas desenvolviam as atividades propostas no plano. A autonomia dos professores era mínima. Os conteúdos eram engessados e previstos para serem desenvolvidos ao longo de todo o magistério. Não havia uma flexibilização. O conteúdo programático devia constar no plano do professor e ser trabalhado ao longo de todo o curso. (Carmem).

Eles não tinham participação na organização. Não influenciavam em nada [os alunos]. Os professores precisavam seguir as orientações que vinham da Secretaria Estadual de Educação, uma espécie de manual básico que os professores usavam como referência. Primeiro a gente tinha que seguir a orientação que vinha da Secretaria Estadual de Educação, tipo um manual básico que você tinha que ter, mas a gente tinha liberdade de acrescentar o que a gente achasse necessário e o trabalho sempre era realizado, os planos de curso eram montados juntamente com a professora de didática. Cada um com sua disciplina, mas junto com a professora de didática, era feito assim. (Maristela).

²³ Verificar as grades curriculares da Escola Estadual Uberlândia em anexo nesse trabalho.

Os planos eram elaborados segundo o planejamento da Secretaria de Estado. Desde que comecei a trabalhar sempre foram desenvolvidas atividades seguindo exatamente o planejamento. Existia certa autonomia para desenvolver a aula dentro do que havia sido pré-estabelecido pelo planejamento. (Yolanda)

Todos os entrevistados, são unanimes em afirmarem que os alunos e professores não participavam da elaboração do plano curricular, que o mesmo vinha elaborado de uma instância externa à escola, da Secretaria de Estadual de Educação, por meio de um manual básico. Na escola eram montados os planos de curso de cada uma das disciplinas pelos professores responsáveis por cada uma dessas juntamente com o professor de didática do curso normal, baseado sempre no manual básico emitido pela Secretaria de Estadual de Educação. E em seguida cada professor elaborava o plano que lecionaria no curso normal durante suas aulas. Existia um controle por parte dos conteúdos ministrados no curso normal e um cuidado em ensinar esses mesmos pelo corpo docente da Escola Estadual Uberlândia.

Em relação à perspectiva dos alunos após conclusão do curso normal, se destacou em todas as falas o trabalho, ou seja, os alunos ao concluir o curso normal queriam mesmo conseguir um emprego, tendo como finalidade seguirem a carreira docente, conforme destaca o professor Adeniron:

A primeira perspectiva era a conquista do emprego. Ao final de cada curso os estudantes sempre organizavam uma festa de formatura e os professores sempre eram convidados a ser padrinhos da turma, uma vez que eram poucos professores e a convivência com os alunos se dava por 2 ou 3 anos seguidos. Todavia, o curso normal era, em minha opinião, um curso que dava pouca base conceitual para concursos. Os alunos almejavam realmente a sala de aula e o trabalho como professor. (Adeniron).

Esse desejo em conseguir um emprego logo ao sair do curso normal, muitas vezes não se realizava, pois, para lecionar nas escolas estaduais era preciso realizar concursos, e esse professor acredita que o curso não preparava os alunos para a realização dessas provas, o que tornava um empecilho para ingresso na profissão.

Quanto a fala das demais entrevistadas, todas relatam que os alunos após concluir o curso normal almejavam um emprego em alguma escola para dar aulas do pré à 4^a série, alguns já pretendiam fazer uma faculdade, mesmo que uma minoria nunca tenha exercido a profissão após se formarem. E existiam aqueles alunos que mesmo sem o curso normal já trabalhavam em escolas dando aulas, geralmente em escolas particulares.

Na Escola Estadual Uberlândia o curso normal funcionou durante muitos anos em uma escola anexa, devido à grande procura por esse curso. Como a sede já atendia ao número significativo de alunos nos demais níveis de ensino que ofertava, foi preciso improvisar um espaço para as aulas do curso normal noturno, esse cedido pelo poder municipal, local onde funcionava durante o dia uma escola de 1º grau.

Sobre as condições físicas e materiais dessa escola anexa, os professores entrevistados dizem:

As condições eram relativamente boas. Eu trabalhei na direção de uma delas durante seis anos. Não era ruim. Durante o dia era uma escola que funcionavam turma de 1º e 2º graus, e a noite era apenas o magistério. Elas eram tão boas como a escola principal. Quanto ao aspecto físico existia um problema maior, que eram salas muito cheias. Nós tínhamos que trabalhar com 32, 40, 45 e 50 alunos. Ministrar aula para um grupo grande é difícil. As salas eram muito cheias.

Os professores trabalhavam apenas com quadro negro precário e giz. Às vezes eram usados alguns papéis, distribuídos aos alunos. Era só o que tínhamos. Creio que até hoje, a escola estadual continua nas mesmas condições. A rede física é boa, tanto é que o estado parou de construir escolas. Certa vez, em uma reunião com o estado foi informado que a diminuição na construção de escola estava associada a queda de natalidade e de procura. Apesar de a rede física ser boa, o material para o professor trabalhar é péssimo, quadro e giz continuam presentes. (Adeniron).

O professor Adeniron fala da superlotação das salas de aulas para atender a demanda pelo curso normal, já que não havia espaço suficiente na sede e era necessário ter um outro prédio para se ter aulas, a chamada escola anexa. Para ele o espaço físico era relativamente bom, mesmo com turmas lotadas. Quanto ao material esse era precário, sempre faltava algo.

A professora Carmem relata um pouco mais sobre essa escola anexa:

O espaço físico do Enéas Guimarães era menor que o prédio central e oferecia razoáveis condições de estrutura. Eram desenvolvidas as aulas teóricas. As aulas práticas do conteúdo de Educação Física eram desenvolvidas em outro local, uma vez que essas faziam parte do período de estágio.

Naquele período não havia muitos recursos tecnológicos. A escola central possuía um retroprojetor, projetor de slide, quadro negro e giz para o professor trabalhar. Não existia uma cobrança pelas pessoas para melhoria dos materiais. Eles se adaptavam ao que existiam e ao que a estrutura oferecia. Um exemplo disso, o Enéas Guimarães possuía salas muito abafadas e não tinham ventilador. (Carmem).

Para Carmem a estrutura física da escola anexa, onde funciona o curso normal, era também razoável, pois não havia espaço suficiente para realizar todas as atividades como educação física e aulas práticas. Quanto ao material cedido ao professor para ministrar suas aulas, Carmem diz não havia muita tecnologia, nem ventilador tinha nas salas, mas havia giz, slides e retroprojetor na escola que auxiliavam o trabalho docente.

A professora Yolanda ressalva:

As escolas anexas eram no centro, e tínhamos um bem próximo à sede. Eu trabalhei Enéias. Lá eram oferecidas aulas durante o dia e a noite o prédio era cedido para a nossa escola, porque o número de turmas era muito grande. Lembro-me que trabalhava pela manhã, para 2 turmas na sede e o restante a noite no anexo. Lembro que as aulas de laboratório eram na sede, as meninas saiam de lá e iam para a sede, pois lá tinham todos os laboratórios. A educação física também, lá não tinha quadra. Em minha opinião a estrutura da escola era adequada, tanto na sede quanto no anexo. Apesar de não existirem as condições atuais, de material didático, por exemplo, tínhamos um mimeógrafo. (Yolanda).

Nota-se que em toda as falas dos quatro entrevistados que o quantitativo de alunos que procuravam pelo curso normal era consideravelmente grande. O curso normal era oferecido no período noturno nessa escola anexa, pois durante o dia era oferecido os ensinos de pré à 4^a série. Esse espaço, no entanto, não contava com toda a estrutura que o curso normal necessitava, sendo necessário o deslocamento das alunas desse prédio para a sede para a realização de aulas de laboratório e de educação física. Como essas duas instituições eram próximas, isso ocorria de modo tranquilo.

Em relação ao material disponível para trabalhar, todos relatam que não tinham muita coisa, era mesmo o adequado para a época, coisas mais manuais, não tinha uma tecnologia avançada ainda e os materiais que tinham geralmente eram poucos.

Maristela complementa:

Era muito precário, tanto espaço físico quanto questões de material, as meninas não tinham espaço para reunir, as salas eram horrorosas não tinha ventilação. Era uma coisa assim, fisicamente jogada para gente, para não misturar com os do ensino médio. Aí faltava tudo lá e tinha muito aluno, a procura pelo curso era grande. Recreio, intervalo, não tinha espaço para essas coisas. (Maristela).

As condições físicas da escola, segundo Maristela eram precárias de materiais. A escola deixava a desejar quanto ao espaço físico, pois não havia de fato espaço além da sala de aula, apesar do número grande de alunos. Para ela a escola anexa se justificava para não misturar os alunos do curso normal com os alunos do ensino médio.

Quanto a origem socioeconômica, ou seja, sobre as condições sociais e econômicas dos alunos que frequentavam a escola normal, Adeniron os classifica em dois grupos, os que frequentavam a escola no turno da manhã e os que frequentavam no turno da noite:

À noite eram pertencentes as classes c e b, pessoa mais pobres, o povão mesmo. De manhã classe a. Os alunos do noturno visavam emprego, a maioria já trabalha e as vezes ganhavam mais que um professor, mas ser professora era um status. Além de emprego eles queriam um status social, mudar de classe. Ser professor antigamente era muito bom. (Adeniron).

Para o professor Adeniron, os alunos que frequentavam a escola no período da manhã eram mais favorecidos, ou seja, eram alunos que ficavam por conta apenas de estudar, que pertenciam a uma classe socioeconômica mais elevada. Já os que estudavam à noite, em sua grande maioria, já realizavam atividades empregatícia no período da manhã e à noite iam em busca de melhor condição de vida e até mesmo de um status melhor, por isso faziam o curso normal, para serem professores e melhor visados socialmente.

Para a professora Carmem os alunos que frequentavam a escola normal eram advindos de todas as classes socioeconômicas, tinha pessoas de todos os tipos inclusive de todos os estados civis:

Os alunos eram bem heterogêneo. Havia mulheres casadas inclusive, que voltaram a estudar em busca de uma socialização. Tinham as recém-saídas do ensino fundamental que procuravam o magistério querendo uma profissionalização mais rápida, porque elas não tinham como conseguir emprego naquela época e tinham as que pensavam em um curso superior. Eram sempre mulheres que procuravam o curso. (Carmem).

Destaca que além de mulheres já casadas que queriam retomar seus estudos e mesmo poder ter um lugar onde pudessem sair e conversar com pessoas diferentes para se socializarem, existiam também aquelas pessoas que procuravam o curso normal para se profissionalizarem e ingressarem no mercado de trabalho, assim como tinha aquelas que já pensavam em um curso superior, cujo ingresso se dava após a conclusão do ensino médio, e o curso normal era uma

das portas para tal. Essa professora ainda salienta que a procura pelo curso normal era sempre de mulheres.

A professora Maristela afirma:

Para mim era classe média baixa. Era na sua maioria balconista, domésticas, trabalhavam em lojas, era esse nível. A maioria já trabalhava, era um ou outro que ia para lá achando que ia ser mais fácil do que fazer o colegial, que não tinha o objetivo de formar para dar aula. (Maristela).

Para ela os interessados pelo curso normal já exerciam uma profissão durante o dia e queriam sim se formarem para ministrar aulas, tendo um ou outro que ingressava por achar que o curso seria mais fácil que o ensino colegial.

Para a professora Yolanda os alunos do curso normal:

Era diversificado. O magistério era uma formação. O pessoal de manhã não tinha tanto essa necessidade. Se estudavam à noite era porque trabalhavam durante o dia. Existia mais turma à noite. A maioria eram pessoas que trabalhavam. De 10 turmas, 3 eram de manhã. (Yolanda).

De acordo com ela, existiam algumas turmas de manhã, mas bem menos que as do período noturno. Os que procuravam pelo curso eram geralmente pessoas que já exerciam um ofício e que viam no magistério uma formação importante, principalmente os alunos do período noturno, que em sua maioria já trabalhavam.

Sobre o ingresso de ex-alunos do curso normal para ministrarem aulas nesse mesmo ensino, as falas dos quatro entrevistados são condizentes, quando dizem que não houve ou que não se lembram de ter havido caso parecido, pois os professores formados no curso normal poderiam ministrar aulas apenas no ensino de 1º grau.

Muitas deram aulas, outras foram fazer faculdade. Mas dar aula no curso normal não, porque era 2º grau e elas só podiam dar aulas no 1º grau. Ao se formarem elas davam aulas na escola da prefeitura, no próprio estado. Uberlândia era privilegiada, é uma das cidades do estado que mais tem escolas, e sempre teve aulas para elas, nessa época tinha muita aula. (Adeniron)

A professora Carmem completa: “Muitos lecionaram em escolas particulares e alguns conseguiam contratos nas escolas públicas. Eles entravam como professores não habilitados e davam aulas para pré-escolar a 4ª série.”.

Maristela diz que mesmo sem a formação docente “Eu tinha alunos que já trabalhavam em escolinhas sem a formação, escolas particulares.”, alunos esses que estavam fazendo ainda ao curso normal, mas que já exerciam a profissão em escolas particulares da cidade. Em relação a disciplina dos alunos todos os quatro entrevistados tiveram o mesmo consenso.

Posso afirmar que o comportamento era razoavelmente bom. Particularmente nunca tive dificuldade de indisciplina com aluno, talvez por causa da matéria ou pelo fato de eu ser um professor aberto à conversa. Por vezes, quando percebi que os estudantes estavam muito quietos, decidia que inicialmente iria conversar um pouco com os estudantes e assim despertá-los para a aula. Eu conversava e colocava todos eles em seus lugares para começar a aula. Alguns dias eles estavam um pouco dispersos devido ao cansaço, principalmente os alunos do período noturno. Alguns deles eu reconhecia o esforço como verdadeiros heróis. Mesmo estando cansados, se esforçavam nas aulas. No período matutino as coisas eram um pouco diferentes, os alunos estavam descansados, no entanto, sem foco para estudar. Sendo assim, no período da manhã era mais difícil de trabalhar, por conta de questões disciplinares. Apesar dessas situações, quando ocorriam alguns problemas a indisciplina, eram contornados sem maiores problemas. (Adeniron).

O professor Adeniron relata sobre a tranquilidade para relacionar com os alunos daquela época, que bastava apenas uma conversa. Para ele o que era mais difícil era lidar com o cansaço dos alunos do período noturno, pois esses trabalhavam o dia todo e estavam já cansados.

A professora Carmem quanto à disciplina:

Eram turmas fáceis de lidar. Não haviam problemas, pois os alunos possuíam foco nos estudos. Raramente existiam casos de alunos que não gostariam de estar ali ou estavam apenas por considerar o curso fácil. Entretanto, como a maior parte da turma era constituída por mulheres, por vezes uma ou outra passava mal ou tinha que ir embora por pequenos problemas de saúde. (Carmem).

A professora Carmem acreditava que os alunos daquela época eram mais tranquilos e fáceis de lidar, eles tinham foco e sabiam o que faziam ali na escola, não estavam lá para brincar ou passar o tempo. Como a maioria das turmas eram compostas por mulheres, havia vez ou outra, problemas de saúde apenas, que levava essas a irem embora mais cedo.

Para a professora Maristela os alunos “Tinham bom comportamento. Eram alunos/as muito interessados. Apesar de chegarem no curso muito cansados do trabalho, tudo o que era proposto pelo professor eles faziam, sem queixa, sem reclamação, com interesse, buscando evoluir.”.

Para a professora Yolanda:

Os alunos eram bastante comprometidos, não havia desgaste na execução do trabalho e das atividades. Não eram necessárias interrupções nas aulas para chamar atenção dos alunos. Evidentemente, havia conversar paralelas entre os alunos, mas o comportamento deles era muito bom. Os alunos não se dispersavam, todos apresentavam interesse e vontade para conseguir uma formação e profissão. Eram alunos dedicados.

Todos os professores dizem sobre o interesse dos alunos em estarem ali no curso normal, da busca pelo estudo mesmo após um exaustivo dia de trabalho, que não impediam de realizar as atividades propostas pelos professores. Os alunos colaboravam para o andamento das aulas. Como já ressaltado nas falas dos entrevistados, havia sim uma efetiva demanda por uma escola normal em Uberlândia. Para Adeniron:

Até a década de 90 havia sim. Após essa data a procura caiu. No colégio chamado atualmente de Museu, por exemplo, a Escola Estadual, houve uma época que o curso no período da manhã foi fechado, ficando somente o curso noturno. A diminuição na procura foi contínua. Inicialmente a alta demanda se devia às boas condições salariais e de trabalho, entretanto com a diminuição das condições da profissão a procura por cursos como o magistério diminuiu gradativamente. Na década de 80 professores ganhavam razoavelmente bem. Comecei em 1977 até 1989 e consegui adquirir casa e carro próprios. Creio que o fator salarial influenciou muito na queda da procura pelo curso normal. Se o objetivo dos alunos era ter um bom emprego, outras atividades acabaram oferecendo melhores condições que a do professor. (Adeniron).

O professor Adeniron fala sobre a procura pelo curso normal que com o decorrer dos anos foi decaindo, assim como o salário docente, o que gerou a baixa procura por esse ensino levando a Escola Estadual Uberlândia a ministrar seu curso normal apenas no período noturno. A procura por ele diminuiu, porém ainda existia.

Segundo a professora Carmem o curso normal em relação a sua demanda:

Havia. Era um curso bem procurado. Foi uma surpresa quando o curso parou de ser oferecido. O prédio central sempre oferecia no mínimo uma turma de cada ano. Já no anexo haviam mais turmas, pois a procura pelos estudos à noite era grande. Isso facilitava os alunos poderem trabalhar durante o dia. Alguns não trabalhavam com a educação. E todos eram frequentes. A assiduidade era marcante. (Carmem).

Além da procura considerável pelo curso normal Carmem diz que a frequência dos alunos era de se admirar. Para ela a procura pelo turno noturno era maior devido muitos já trabalharem, o que facilitava a conciliação entre trabalho e estudo, mesmo que esse emprego não fosse na área da educação.

A professora Maristela disse que a procura pelo curso normal “Era grande a demanda, tanto de quem queria ser professor mesmo quanto daqueles que achavam que seria mais fácil que o ensino médio.”. Existia assim dois tipos distintos de pessoas que procuravam esse curso, os que queriam realmente se tornar professores e aqueles que acreditavam que esse seria o caminho mais fácil para se ter um diploma.

Na escola em que eu ministrava aulas havia bastante procura, pois era a única escola que ofertava essa modalidade. Aliás, se não me engano a escola Professor José Ignácio também ofertava, entretanto, a Escola Estadual Uberlândia apresentava a maior demanda, tinha um número maior de turmas. Essas turmas eram bastante cheias. Os alunos eram frequentes e, grande parte deles, estava na faixa etária entre 20 e 30 anos. Eram de idade mais elevada que os alunos da escola regular. Principalmente os que estudavam no período noturno. (Yolanda).

A professora Yolanda sublinha que a procura pelo curso ser grande e assim existirem diversas faixas etárias a procura do mesmo, principalmente no período noturno. Ela ressalva que as turmas eram sempre numerosas e os alunos sempre foram frequentes.

O número de alunos que procura do curso normal na cidade de Uberlândia entre os anos de 1970 e 1980 pelas falas dos entrevistados era muito grande, bem como a frequência desses alunos no curso, assim como a diversidade de faixa etária desses. O que nos mostra que os alunos que ainda não tinham cursado o ensino médio viam também no curso normal a oportunidade de completar seus estudos e assim iniciar uma nova profissão.

A Escola Estadual Uberlândia possuía dependência financeira e administrativa com o Estado de Minas Gerais, porém o poder público municipal de acordo com a maioria das falas dos entrevistados, não realizou gestões no sentido de auxiliar a escola normal na cidade. Apenas a professora Yolanda afirma que o município auxiliou ao ceder o prédio da escola anexa, que pertencia e ele onde eram ministradas aulas no período noturno.

Quanto as melhorias nas escolas quando necessário, nas falas dos entrevistados notamos que havia uma burocracia, e que essas melhorias sempre demoravam a chegar de fato:

Normalmente seguia-se uma ordem de hierarquia: coordenador, supervisor, vice-diretor, diretor. Não havia outro caminho para o professor. Muitas vezes as solicitações chegavam no diretor e paravam. Nesses casos, cabia ao diretor ir para a Delegacia de Ensino, para a Secretaria de Educação, no entanto, atender às demandas dependia exclusivamente da Secretaria de Educação. Dessa maneira, por vezes faltava um material no meio do ano, e tínhamos que ficar o resto do ano sem. Existe também uma questão burocrática relacionada ao repasse de verbas. (Adeniron).

Pelo meu entendimento, qualquer melhoria física ficava a cargo da Secretaria de Estado. Os materiais didáticos também eram de responsabilidade da Secretaria de Estado. (Yolanda).

Para a Secretaria Estadual de Educação. Eram preenchidos papéis e questionários e mandados a eles. Apenas ficavam no papel. (Maristela).

Os entrevistados destacam em suas falas tanto a burocracia como a demora em se realizar melhorias na estrutura físicas da escola, pois dependia de verbas do governo do estado para que essas melhorias fossem realizadas, e se tratando da educação verbas não era a prioridade dos governos municipais, estaduais e muito menos federal.

A professora Carmem ao ser perguntada sobre quem era responsável pelas melhorias das escolas quando necessário, voltou sua resposta para a formação continuada oferecida pelo Estado aos professores do curso normal:

No período em que o curso normal funcionou não houveram reivindicações. As melhorias eram ofertadas pelo estado. Nesse sentido, eram oferecidos cursos de capacitação para os professores do magistério, principalmente pelo CEFAM (Centro Estadual de Formação do Magistério). As capacitações eram feitas através de orientações oferecidas por professores capacitados em Belo Horizonte, que ajudavam os professores do curso normal dando orientações sobre a forma com que os conteúdos deviam ser conduzidos, divididos e expostos aos estudantes. Em uma dessas oportunidades, houve uma discussão sobre a disciplina de Língua Portuguesa onde trabalharam-se textos com problemas ortográficos. Naquela época era recorrente que a maioria dos professores atribuíssem grande importância das questões de ortografia e gramática. Me recordo bem desse primeiro passo na língua, para mostrar a importância da coerência do pensamento, do pensamento estruturado ser mais valorizado que a própria grafia, que a própria escrita em si. (Carmem).

Nessa fala podemos notar o controle do Estado de Minas Gerais sobre os conteúdos e maneiras de ensinar dentro do espaço escolar, realizados por meio de capacitações aos profissionais da educação na capital do estado. Essas professoras do município de Uberlândia

e dos demais municípios do estado, se deslocavam para a capital para terem aulas de como e o que ensinar seus alunos em sala de aula.

Perguntados também sobre o legado que o curso normal ofereceu à formação de professores no município de Uberlândia, todos os quatro entrevistados responderam que a escola deixou sim uma importante contribuição.

Com relação ao legado da escola normal ela formou novos elementos, novas professoras, mudou o patamar dessas pessoas, elas atingiram seus objetivos, tiveram oportunidades melhores na vida. Então o legado é muito bom e espero que elas tenham continuidade. Algumas alunas foram para a universidade, algumas foram trabalhar, foram lecionar e hoje muitas são diretoras de escolas. Enfim, o legado é positivo. (Adeniron).

Para o professor Adeniron, o curso normal contribuiu para a formação de novos professores primários e contribuiu para a melhoria de vida dessas pessoas, e que alguns ex-alunos após concluírem o curso buscaram ampliar seus conhecimentos por meio do ingresso em uma universidade se tornando até diretoras de escolas.

Na visão da professora Carmem o curso normal:

Deixou um grande legado. Além de abrir portas para muitos alunos ingressarem nas universidades e na pós-graduação como mestrado e doutorado, permitiu também que eles se interessassem pela carreira acadêmica. A escola recebe hoje ex-alunos que fizeram parte dessa história e que continuam avançando na formação. Acredito que essa base possa se comparar a uma semente plantada, germinada e que rendeu bons frutos. (Carmem).

Para ela o curso normal abriu portas para muitos ingressarem na universidade e seguirem carreira acadêmica e seus estudos. O curso normal contribuiu também para a formação de crianças na medida em que formou seus professores voltando suas atenções para o processo de alfabetização auxiliando também na prática os futuros docentes. Esse ensino foi o início da mudança e que acabou por gerar bons frutos.

A professora Maristela acrescenta:

Formamos profissionais bem competentes na época que trabalhamos. Conseguimos formar cidadãos questionadores, pessoas interessadas em buscar soluções e melhorias. Acredito que suprimos uma necessidade que os alunos/as tinham em melhorar em termos profissionais. (Maristela).

Para os professores entrevistados, a contribuição do curso normal vai além de uma melhoria para o município de Uberlândia, perpassando a melhoria do ensino nas escolas dessa cidade por meio de profissionais competentes e formados para lecionarem do pré-escolar à 4^a série, além de ter contribuído para a realização pessoal desses alunos que buscavam uma profissão ou mesmo uma melhor profissão e uma melhor condição de vida.

Podemos notar a partir das narrativas sobre o curso normal, que este atendeu um número significativo de alunos, já que o município de Uberlândia dispunha de uma demanda e uma procura por este curso até fins dos anos de 1980. A população via a necessidade de se escolarizar mesmo que por meio de um curso profissionalizante o que significava alcançar o ensino de 2º grau e ao mesmo tempo uma formação para uma profissão. A procura por esse curso se deu em sua maioria por mulheres, o que não significa dizer que não houve a matrículas de homens, pois esses mesmo que em menor quantitativo ingressavam nesse curso.

Após a promulgação da lei 5.692/71, o curso de segundo grau da Escola Estadual Uberlândia teve que se adaptar as novas exigências legais, sofrendo desde o ano de 1973 até o ano de 1976 diversas modificações no que se refere às disciplinas ministradas e a carga horária das mesmas.

Quanto ao currículo ministrado no curso normal percebe-se que esse era imposto por uma instância superior (tanto de cunho Estadual como Federal), e seguido à risca pela instituição escolar. O trabalho de todos os professores era acompanhado por meio de seus planejamentos e planos de aula tanto por seus superiores internos (administração escolar) quanto externos (inspetores). Esse controle todo era uma das características do governo militar no que tange principalmente a conteúdos ministrados e disciplinarização dos sujeitos sociais, uma estratégia para se manter no poder.

Podemos notar que na Escola Estadual Uberlândia, estudavam alunos advindos de todas as classes sociais e econômicas, porém esses alunos não se encontravam na escola, pois ali estavam em turnos distintos. O período matutino era exclusivamente formado por alunos de classes mais elevadas, enquanto que o período noturno seus alunos eram de classes mais baixas, pessoas que durante o dia trabalhavam e que durante a noite estudavam, pois era o momento que dispunham para tal.

Dos alunos que se formavam no curso, alguns já realizavam atividades remuneradas no campo educacional mesmo sem ter tido ainda formação para tal, e após formados seguiam essa

profissão, outros encontravam meios de lecionarem em escolas do município ou mesmo do estado, tendo que realizar provas de admissão para ingressarem no segundo. Outros apenas queriam o diploma de 2º grau e não chegavam a dar aulas, esses eram exceções, porém existiam um caso ou outro isolado.

Com a alta demanda pelo curso normal de 2º grau, a Escola Estadual Uberlândia por intermédio do poder municipal conseguiu, para atender o grande número de alunos, um espaço para ministrar aulas noturnas, próximo à sede da escola. Esse espaço, porém, não possuía a estrutura física como a sede. Nele funcionava uma escola no período matutino de 1º grau sob a responsabilidade do município. Assim, em algumas aulas como por exemplo de laboratório e educação física, os alunos eram direcionados à sede.

A ampliação do ensino proposta pela ditadura militar contou com escassos recursos financeiros, principalmente no tocante a estrutura física das instituições escolares que foram sendo criadas. O que repercutiu também no município de Uberlândia, especificamente do curso normal, que necessitou de um prédio emprestado para ministrar aulas noturnas, já que a sede da escola Estadual Uberlândia não comportava o tanto de alunos matriculados nesse período no 2º grau. A escassez de materiais também é presente nas falas dos professores, assim como de reparos e melhorias.

Notamos que apesar das dificuldades em se instalar a escola normal no município de Uberlândia, seja devido à ausência de verbas, de estrutura física e materiais, a referida cidade possuía um número significativo de alunos matriculados em seus três anos de curso, que mantinham frequência assídua, o que representou um atendimento tanto para a escolarização a nível de 2º grau desses sujeitos, quanto para a formação de professores qualificados mesmo que minimamente para lecionarem do pré-escolar a 4ª série.

CONCLUSÕES

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou pelo período da Ditadura Militar, momento esse marcado por repressões de cunho político e social e pelo controle excessivo da sociedade como um todo. O objetivo principal desse momento foi o de evitar revoluções contra o regime imposto e que começaram a atingir outros países, na tentativa de manter o controle da sociedade. Outra grande meta desse governo era o desenvolvimento e o aumento da economia do país, que até então sofria grandes perdas devido ao aumento da inflação. Os reflexos da ditadura no campo social talvez tenham sido os mais sentidos, não por serem eles mais importantes, mas por serem mais visíveis e verificáveis no cotidiano da sociedade. Os cidadãos, privados de sua liberdade, podiam ter a qualquer momento suas casas invadidas, suas correspondências violadas, suas vidas investigadas. A censura estava presente, constantemente, na vida do cidadão: na música, na literatura, na imprensa.

A figura do excedente surgiu em dois locais cruciais para a ditadura: no ensino superior – pois não havia vagas para todos nas escolas públicas, abrindo, assim, um espaço para a iniciativa privada, que, auxiliada pelo governo, passa a suprir a necessidade de vagas no setor público assegurando-as para os alunos pobres – e no mercado de trabalho, que vai criando um exército de reserva, que será prejudicial em todos os aspectos sociais, pois além de enfraquecer os trabalhadores durante suas negociações com os empresários, desmobiliza-os, facilita a oferta de empregos com baixos salários, favorece a exploração do trabalhador. Mas é no período de 1967 a 1973 que a ditadura atinge seu ponto de maior repressão, primeiramente, com o presidente Costa e Silva e o decreto do AI-5, em abril de 1969 e, posteriormente, com o presidente Médici. Dentre os principais pontos do AI-5, podemos citar a inexistência de eleições diretas e a cassação de direitos políticos. A primeira se deu pelo fato delas terem sido transformadas em eleições indiretas, o que significava a exclusão da população do processo de escolha.

Dessa forma, apesar do terror implantado pelo Estado, este toma medidas que, de certa forma, “favorecem” e agradam tais segmentos. Sob a égide do discurso da democracia, da liberdade e da erradicação da miséria social, na realidade, o que se tem é uma intensa exploração da força de trabalho, o aumento das desigualdades sociais pela injusta concentração de renda e a criação de um enorme exército industrial de reserva. No inter-relacionamento entre as ações

de legitimação e repressão do governo, façamos um brevíssimo relato de suas medidas nos seguintes setores: social, econômico, político e educacional.

É nessa ambiência que Uberlândia, durante esse período, se projeta no cenário nacional, bem como é possível notar a existência do controle social na medida em que a classe economicamente favorecida e a classe política da cidade mantinham esforços quanto a manutenção da ordem e do progresso, ou seja, criavam sempre estratégias de manter os espaços delimitados e mantinham esforços quanto ao crescimento econômico do município como para torna-la destaque nacionalmente.

As desigualdades sociais foram nesse período de governo militar se acentuando e a dificuldade de acesso à saúde e educação se agravando cada vez mais. Ao mesmo tempo em que o Governo Militar pretendia uma sociedade desenvolvida economicamente, se via incapaz de realiza-la devido à ausência de recursos financeiros para investir principalmente em educação, o patamar base para se reconstruir a sociedade brasileira tida em sua maioria como analfabeto. Era preciso eliminar os altos índices de analfabetismo e ao mesmo tempo formar uma mão de obra qualificada para atender as novas exigências do mercado de trabalho ainda carente no Brasil.

Esses fatores interferiram também no desenvolvimento do município de Uberlândia, na medida em que este foi crescendo devido ao acentuado processo de êxodo rural. As cidades assim como Uberlândia, não dispunha de atendimento para todos que para ali se transferiram, gerando alguns problemas como loteamentos ilegais, as chamadas favelas, mendicância e vadiagem. Esses fatores contrários ao ideal burguês de ordem e progresso instalado em todo o país pela elite econômica urbana, significaram a existência de marcas e representatividades de outras classes sociais.

A educação passou a ser o subterfúgio do governo para acalmar as esferas sociais principalmente as pertencentes as universidades, que exigiam reformas para o ensino superior e demais níveis de ensino demandando maiores investimentos na educação do país sendo contrários aos acordos firmados entre MEC-Usaid, e favoráveis a erradicação do analfabetismo e a expansão da escola para todos, ou seja, maior acesso da classe trabalhadora à educação, sem deixar de serem favoráveis ao progresso do país.

Percebendo o poder da classe acadêmica e sua grande influência na sociedade como um todo, o governo instaura a tão almejada reforma universitária no ano de 1968 para acalmar os

ânimos e evitar assim atos revolucionários, porém institui uma autonomia falsa as instituições superiores, que ficariam sob vigília do governo.

O Governo passa então a incentivar os cursos profissionalizantes em todo o país, já que esses cursos ao mesmo tempo em que ministram conteúdos da escola regular ainda proporcionavam uma formação voltada para o mercado de trabalho. A escola normal, que formaria os professores do pré-escolar à 4^a série, se inseriu nos moldes da escola profissionalizante, ou seja, os alunos que frequentavam esse curso saíam com o diploma de 2º grau e de magistério, podendo ingressar no mercado de trabalho. Porém, no município de Uberlândia, esses alunos ao se formarem e antes de ingressarem nas escolas estaduais para lecionarem, deveriam ser submetidos a provas aplicadas pelo governo do Estado de Minas Gerais, o que significava que ter posse do diploma não garantiria o ingresso no mercado de trabalho.

O contexto histórico-político do Governo Militar favoreceu o campo educacional na medida em que viabilizou diversas reformas da educação. Foi nesse governo que os ensino de 1º e 2º graus foram reformulados, através da Lei 5.692/71, que veio complementar a LDB 4.024/61. Essa reforma passou a exigir 8 anos de ensino obrigatório para todo cidadão brasileiro contando da faixa etária de 7 aos 14 anos. Esse prolongamento significou a legitimidade do Estado em relação a sociedade sendo uma estratégia de reter a mão de obra excedente no país e camuflar as desigualdades existentes em sua boa intenção de gerar igualdade de oportunidade, já que as classes subalternas não tinham acesso a escolarização, quadro esse incompatível com o ideal de “Brasil-potência” almejado pelo governo militar.

No âmbito do projeto em foco, no entanto, a democratização do ensino não dizia respeito à gestão participativa e transparente da escola, à livre circulação de ideias, ao exercício da cidadania, embora este fosse um dos objetivos da lei 5.692/71, que assumia o significado de uma ampliação de oportunidades de acesso à escola, do aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, da adoção de dispositivos, como a eliminação dos exames de admissão ao ginásio, que facilitassem a melhoria do fluxo escolar, numa tentativa de diminuir as taxas de repetência e evasão.

Assim, os militares vão criando uma nova cultura, de apaziguamento e harmonia, que constitui-se em um campo profícuo para o desenvolvimento da ideologia nacional. Um exemplo dessa preocupação está na exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura, Coronel

Jarbas Passarinho, que acompanha o projeto de lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus enviado ao presidente Médici e ao Congresso Nacional:

A Reforma do ensino de 1º e 2º graus, que deu origem à Lei nº. 5.692/71, tinha sua razão de ser, de acordo com o Estado militar, no momento de desenvolvimento econômico vivido pelo país. Era necessário formar profissionais capazes de atender à demanda do mercado dentro do ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, dentro do exercício democrático controlado pelo governo, posto que emana dele, e proporcionado pela livre competitividade. Assim deveria ser a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros: centralizada no Estado e por ele vigiada.

Esse contexto nacional também pode ser notado no município de Uberlândia no período delimitado, principalmente no que tange ao desenvolvimento e ao progresso, que assim como no restante do país foi disseminado pelas classes políticas e econômicas da referida cidade. Estas por deterem capital financeiro se esforçaram e contribuíram para que se instalassem na cidade uma rede de ensino de primeiro e segundo grau bem como de ensino superior, capaz de atender em primeiro plano seus próprios interesses. Quanto mais a sociedade se capacitasse e se escolarizasse, mais benefícios essas classes teriam, principalmente no que se refere à mão de obra qualificada.

A instalação da Escola Estadual Uberlândia somente foi possível após a cessão do prédio construído pelo setor privado ao governo Estadual. O prédio com sua construção imponente e situado na região central da cidade de Uberlândia, foi construído pela iniciativa privada, que anos mais tarde doou o prédio para o Estado, permitindo a instalação de uma instituição pública para atender o município e a região. Assim, nesse prédio passaram a ser ofertados o ensino de primeiro e de segundo graus públicos, inclusive o curso normal, foco principal dessa dissertação.

O curso normal da Escola Estadual Uberlândia, atendia alunos de todas as classes econômicas e de todas as faixas etárias, ou seja, alunos em idade escolar adequada ao ensino de segundo grau e alunos em idade mais avançada, que viam no curso normal a chance de terminarem seus estudos ou mesmo de se aprender uma profissão ou ter um espaço para convívio social além do espaço familiar.

Esse ensino, assim como os demais, sofreu forte interferência do governo militar e um controle acirrado tanto de seus profissionais quanto de seus alunos, por meio de manuais de ensino que deveriam ser seguidos à risca tanto pelo corpo docente como pelo corpo discente e

pelas disciplinas de Moral e Cívica implementadas nos currículos de todos os níveis de ensino. Todas as instruções advindas de uma instância superior à escola deveriam ser seguidas e todos os passos realizados pela instituição de ensino comunicados a ela. Tanto a escola como seus sujeitos não possuíam nenhuma autonomia quanto a suas ações, nem na elaboração de seus planos de aula e muito menos dos conteúdos a serem ministrados.

O curso normal assim como os demais oferecidos no molde da educação profissionalizante, preparava os futuros profissionais para atuarem no mercado de trabalho, que nesse caso seriam os professores que lecionariam do pré-escolar à 4^a série. O foco principal dessa formação era o trabalho docente, que muitas vezes já vinha sendo realizado em instituições escolares sem a devida formação, pois alguns alunos do curso já trabalhavam dando aulas em escolas da cidade.

Se para uns o curso normal não oferecia uma formação integral aos sujeitos para futuramente darem aulas, para outros ele oferecia uma base tanto metodológica como didática e pedagógica, proporcionando a seus alunos, os e futuros professores, uma formação sólida até então escassa, pois até então grande parte dos professores não tinham a mínima formação para ministrarem aulas.

Assim como era o propósito dos cursos profissionalizantes, muitos dos alunos do curso normal queriam mesmo ao se formarem ingressarem no mercado de trabalho, conseguir um emprego, dar aulas. Assim como também haviam aqueles que o frequentavam a procura de um diploma apenas, por pensarem que este curso seria mais fácil que o ensino de 2º grau regular.

Com passar do tempo o número de pessoas que procuravam o curso normal foi crescendo, e a sede da Escola Estadual Uberlândia já não mais comportava o número de alunos, sendo necessário passar a instalação do curso normal noturno de maior procura para um novo prédio, cedido pela prefeitura municipal. Nesse espaço funcionava no período matutino e vespertino aulas de 1º e 2^a graus. O espaço em si não era adequado e não atendia a todos os requisitos como na sede, sendo ali ministradas apenas aulas teóricas. Esse espaço era conhecido como escola anexa. Além da precariedade do espaço físico, os professores do curso normal se deparavam também com escassez de materiais para trabalhar, fato esse resultado do pouco investimento realizados pelos governos federal e estadual na educação do país.

Os alunos que frequentavam a escola pública naquele período, eram oriundos das diversas classes sociais, desde os mais favorecidos até os menos favorecidos em termos

econômicos, tendo esse primeiro grupo frequentado a escola prioritariamente no período da manhã, enquanto o segundo no período noturno já que durante o dia esses realizavam atividades remuneradas para a manutenção de suas famílias. Existiam também alunas que já eram casadas e que viam no curso normal uma oportunidade de socializar e de se ocupar, para além do ambiente familiar. Existia também alunos pertencentes a classe trabalhadora que via no curso normal uma oportunidade de crescer por meio do estudo profissionalizante conseguindo o diploma de 2º grau e de docente.

Naquele tempo a disciplina era algo comum entre os alunos, o professor não precisava exigir muito, os alunos iam para a escola para estudarem e aprenderem de fato e o professor para ensinar. Os alunos que frequentavam o curso normal eram interessados e sabiam o porquê ali estavam além de serem frequentes nas aulas, o que facilitava o trabalho dos professores e o andamento das atividades da instituição.

Com o passar dos anos, a profissão docente foi decaindo em termos status sociais e financeiros, e com esse declínio a procura pelo curso normal diminuiu e a oferta do curso também, passando a ser ministrado apenas no período noturno. Ser professor já não era mais atrativo em termos de status e nem em termos econômicos, pois os salários foram decaendo deixando de ser atrativo para a sociedade, que ia buscando outras áreas no mercado de emprego.

A ausência de materiais para trabalhar e de estruturas físicas adequadas eram solicitadas sempre à Secretaria Regional de Ensino por meio de documentos escrito. Essas eram encaminhadas para Belo Horizonte e raramente eram solucionadas, devido à ausência de recursos financeiros, fato esse que exemplifica a não priorização da educação no país pelos órgãos governamentais competentes assim como no Estado de Minas Gerais.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores que lecionavam no curso normal e das mesmas enfrentadas em todos os níveis de ensino da rede pública da cidade de Uberlândia no que tange a materiais e espaço físico inadequados, é notório que a formação de professores na referida cidade representou um marco importante, pois além de profissionalizar os professores que dariam aulas do pré-escolar a 4ª série, conseguiu atender um número significativo de pessoas em idade escolar e fora da idade escolar, contribuindo para a implementação da meta do governo federal de escolarização obrigatória de 8 anos, mesmo que não tenha conseguido alcançar toda a população, seja pela ausência de escolas para atender a todos ou mesmo pelo número significativo de evasões e repetências escolares.

Notamos que o processo de escolarização no município de Uberlândia não conseguiu sanar as evasões e repetências de seus alunos e muito menos alcançar a meta de eliminar os altos índices de analfabetismo que tanto assombrava o país e a região. O que para ser alcançado de fato dependeria de investimentos financeiros na área da educação, principalmente a elementar, de todas as esferas governamentais (municipais, estaduais e federais), o que não ocorreu de fato, principalmente pela escassez de escolas para atender a toda a população e região.

A população dos anos de 1970 e 1980 da cidade de Uberlândia tinha interesse em se escolarizar e via na educação a oportunidade de ascensão social e econômica, principalmente aqueles pertencentes às classes menos favorecidas economicamente. O que faltou nesse município assim como nas demais regiões do país, foram investimentos e interesse políticos, tanto na criação de escolas como na formação e manutenção dos professores em seus cargos.

Quanto à formação docente do pré-escolar a 4º série, era grande a escassez de profissionais qualificados para ministrarem aulas nesse ensino. Muitos alunos que ingressavam no curso normal já realizavam atividades docentes sem a formação mínima, ou seja, sem o curso de magistério, apenas com o domínio da leitura e da escrita. A Escola Estadual Uberlândia contribuiu muito para a formação desses profissionais, porém não conseguiu sanar, mesmo juntamente com outras instituições que mais tarde também vieram ofertar o curso normal, a demanda de profissionais para todas as escolas de 1º grau existentes no município e na região.

REFERENCIAS:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>>. Acesso em 13 de julho, 2015.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. **Modernização e Democratização no Brasil: O caso da Escola Estadual de Uberlândia (1920 a 1960)**. Cadernos de História da Educação. v.1. – n°.1. Jan/dez 2002. p.121 a 126. <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/download/319/312> Acesso em 13 de outubro de 2016.

BALÃO, Regina. **Curso de formação de professores primários: vida e morte, a experiência de uma escola estadual – 1964-2004**. São Paulo. Dissertação. 2011. <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28062011-094241/pt-br.php>>. Acesso em 16 de julho de 2015.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

BRASIL. Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. - 13. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (p.422-544).

FERRARO, Alceu Ravanello. KREIDLLOW, Daniel. **O Analfabetismo no Brasil: configurações e gêneses das desigualdades regionais**. Educação & Realidade. v. 29, n. 2 (2004). ISSN: 2175-6236 (online). Acesso: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>

FIRMINO, Antônio Carlos Barbosa. **A Escola Estadual José Inácio De Sousa nas décadas de 1960 a 1980: um projeto Político e Pedagógico contra-hegemônico?** Recife. 2010. Disponível em: http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3802/arquivo251_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso: 25 de julho de 2016

GATTI, Gisele Cristina do Vale. INÁCIO FILHO, Geraldo. **A Escola Estadual de Uberlândia na perspectiva das representações sociais (1929-1950)**. Cadernos de História da Educação. v.1. n°1. jan./dez. 2002. (p.55-58). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/306/295>. Acesso à 20/07/2016.

GATTI, Gisele Cristina do Vale e INÁCIO FILHO, Geraldo. **Instituições escolares, urbanização e estratégias de modernização em Uberabinha, Minas Gerais na Primeira Metade do séc. XX.** Disponível em: http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/7a_5.pdf Acesso à 18/07/2016.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Expansão do Ensino no Triângulo Mineiro (1880-1960)**. Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil. 1997. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm

GERMANO. José W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas: Transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950-1980)**. Uberlândia, 2002.

MACHADO, Maria Clara T. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada (Uberlândia – 1965 a 1980)**. São Paulo. Dissertação. 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual da História oral. 4^a edição. São Paulo: Loyola, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira**. Revista brasileira de história. São Paulo, v.30, n°59, p.237-266. 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1.ed. – São Paulo: Contexto, 2014.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. e SILVA, Wilney Fernando. **Educação, Progresso e Obediência: a formação do professor para o Sertão das Minas Gerais em Meados do século XX**. Cadernos de História da Educação. v.8, nº1. Jan/Jun, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2015.

SILVA, Janaína Ferreira. **Memória e história: algumas reflexões sobre uma escola pública da cidade de Uberlândia-MG**. Acesso a 19 de julho de 2016.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7^a edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (p.203-388).

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES. Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. São Paulo. Tese. 1995.

TANURI, Mari Leonor. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação. 2000. n.14. p. 61-88.

TEIXEIRA, Sérgio. **Programas esportivos no estado militar: ações do “esporte para todos” para a educação popular (1973-1990)**. Uberlândia. Tese. 2015.

ZOTTI, Solange Aparecida. Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial. HISTEDBR, 2006. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_102.html Acesso à 24 de maio de 2016.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Roteiro da Entrevista

Dados Gerais:

Nome:

Idade:

Formação: Grau/ Local

Disciplina que lecionou no curso normal:

Período em que lecionou no curso normal:

Organização Didático Pedagógica:

- 1- Quais foram os princípios que nortearam a formação dos alunos do curso normal do Colégio Museu?
- 2- Em que medida os alunos participavam dessa organização?
- 3- Qual era a autonomia dos professores para estruturarem seus planos de ensino?
- 4- Quais eram as perspectivas dos alunos após a conclusão do ensino normal?
- 5- Como eram as condições físicas das chamadas escolas anexas?
- 6- Quais as origens dos alunos que frequentavam a escola normal, em termos socioeconômicos?
- 7- Alguns dos alunos do curso normal alcançaram o magistério no âmbito da escola normal? Senão, para onde se direcionavam, ou seja, em quais escolas lecionavam?
- 8- Em termos disciplinares, isto é, em relação ao comportamento das alunas como poderiam ser definidos?
- 9- Havia uma efetiva demanda por uma escola normal em Uberlândia?
- 10- O poder público municipal fez gestões no sentido de apoiar as escolas anexas?
- 11- Quais eram as necessidades estruturais dessas escolas?
- 12- A quem eram solicitadas melhorias?
- 13- Em sua avaliação, qual o legado da escola normal à formação de professores em Uberlândia?
- 14- Em sua opinião, qual a principal diferença entre formação daquela época e a de hoje?

ENTREVISTA ADENIRON

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Adeniron Fernandes

Idade: 66 anos

Formação: 3º grau Matemática

Instituição:

Disciplina que lecionou no curso normal: Matemática

Período que lecionou no curso normal: De 1979 a 2002

Pergunta nº 1: Sobre a organização didático pedagógica do curso normal, quais foram os princípios que nortearam a formação dos alunos do curso normal do colégio Museu?

Resposta: Primeiramente o trabalho, uma vez que o curso normal era uma maneira mais rápida de conseguir-lo. As alunas do período noturno, em sua maioria, procuravam entrar no mercado de trabalho. Já a maior parte das alunas do diurno buscavam apenas a conquista de um diploma do 2º grau. Embora, particularmente, eu não considerasse que o curso preparava totalmente para o trabalho docente, uma vez que lidar com alunos é muito sério e complexo.

Não se trata apenas de estar em sala de aula e “brincar” de dar aula. Trata-se da formação inicial da pessoa, principalmente quando se trabalha com crianças. É um momento que se precisa de um indivíduo qualificado e, para isso, julgo os professores do 3º grau serem mais qualificados. Em minha opinião o curso de magistério não forma pessoas qualificadas para tal tarefa. Não dá os elementos necessários para se trabalhar com as crianças. Entretanto, o sistema de ensino permite.

Pergunta nº 2: Em que medida os alunos participavam dessa organização?

Resposta: Os alunos participavam muito pouco. A organização didático-pedagógica já vinha praticamente toda estruturada da Secretaria de Educação. Aos professores cabia a tarefa de montar os planos de aula, enfim, preparar suas aulas, mas o conteúdo a ser ministrado já vinha todo pronto da Secretaria de Educação e através da coordenação do colégio era passado aos professores.

Pergunta nº 3: Qual era a autonomia dos professores para estruturarem seus planos de ensino?

Resposta: Contando que os conteúdos ministrados estivessem dentro do currículo pré-estabelecido e seguindo o plano da Secretaria de Educação, o professor tinha autonomia para preparar e ministrar suas aulas. Inicialmente existiam coordenadores de área, entretanto, com o passar do tempo o governo estadual cortou alguns cargos do quadro de pessoal, restando por fim apenas os professores e a diretoria. Com isso, o trabalho com os alunos acabou sendo dificultado e cansativo, uma vez que cabia ao professor preparar quase tudo, planos, currículo e aulas.

Pergunta nº 4: Quais eram as perspectivas dos alunos após a conclusão do ensino normal?

Resposta: A primeira perspectiva era a conquista do emprego. Ao final de cada curso os estudantes sempre organizavam uma festa de formatura e os professores sempre eram convidados a ser padrinhos da turma, uma vez que eram poucos professores e a convivência com os alunos se dava por 2 ou 3 anos seguidos. Todavia, o curso normal era, em minha opinião, um curso que dava pouca base conceitual para concursos. Os alunos almejavam realmente a sala de aula e o trabalho como professor.

Pergunta nº 5: Como eram as condições físicas das chamadas escolas anexos?

Resposta: As condições eram relativamente boas. Eu trabalhei na direção de uma delas durante seis anos. Não era ruim. Durante o dia era uma escola que funcionavam turma de 1º e 2º graus, e a noite era apenas o magistério. Elas eram tão boas como a escola principal. Quanto ao aspecto físico existia um problema maior, que eram salas muito cheias. Nós tínhamos que trabalhar com 32, 40, 45 e 50 alunos. Ministrar aula para um grupo grande é difícil. As salas eram muito cheias.

Pergunta nº 6. Havia muita procura pelo curso normal?

Resposta: Na época havia muita procura. O interessante é que a procura foi diminuindo até que o curso foi fechado.

Pergunta nº 7. Qual das escolas anexas o senhor trabalhou?

Resposta: Trabalhei na Escola Estadual de Uberlândia. Atualmente chama-se Enéas. As aulas de magistério eram ministradas lá. Existia apenas essa escola anexa de magistério.

Pergunta nº8: Quais as origens dos alunos que frequentavam a escola normal, em termos socioeconômicos?

Resposta: À noite eram pertencentes as classes c e b, pessoa mais pobres, o povão mesmo. De manhã classe a. Os alunos do noturno visavam emprego, a maioria já trabalha e as vezes ganhavam mais que um professor, mas ser professora era um status. Além de emprego eles queriam um status social, mudar de classe. Ser professor antigamente era muito bom.

Pergunta nº9: Os alunos do período noturno já trabalhavam?

Resposta: A maioria trabalhava e alguns até possuíam remuneração maior que a de um professor. No entanto, percebia que ser professora era questão de status para muitas. Sendo assim, além de buscarem emprego as estudantes almejavam status profissional, evolução e mudança de classe social. Atualmente essa concepção sobre a profissão do professor é diferente.

Pergunta nº10: Alguns dos alunos do curso normal alcançaram o magistério no âmbito da escola normal?

Resposta: Sim. Às vezes encontro algumas ex-alunas minhas. Várias ao terminarem o curso normal, foram aprovados no vestibular e entraram na Universidade. Já encontrei com inúmeros professores que dizem ter sido meus alunos e atualmente estão atuando em sala de aula. Outro dia, encontrei com uma ex-aluna que trabalha como diretora em uma escola da cidade. Inclusive, todas as alunas do período noturno trabalhavam e estudavam com bastante sacrifício e com a aprovação no vestibular, cursaram Letras, Pedagogia e foram ministrar aulas, chegando algumas a trabalhar como diretoras em escolas.

Pergunta nº11 Algum aluno após concluir o curso normal chegou a ministrar aula no próprio curso?

Resposta: Muitas deram aulas, outras foram fazer faculdade. Mas dar aula no curso normal não, porque era 2º grau e elas só podiam dar aulas no 1º grau. Ao se formarem elas davam aulas na escola da prefeitura, no próprio estado. Uberlândia era privilegiada, é uma das cidades do estado que mais tem escolas, e sempre teve aulas para elas, nessa época tinha muita aula.

Pergunta n°12: Para onde se direcionavam, ou seja, em quais escolas as alunas que se formavam no curso normal lecionavam?

Resposta: Normalmente elas atuavam em escolas da rede municipal de Uberlândia. A cidade era um dos municípios do estado que mais tinham escolas e, por isso, sempre havia vagas para atuação como professora. Os estudantes egressos do curso normal trabalhavam na prefeitura e também na rede estadual.

Pergunta n°13: Em termos disciplinares, isto é, em relação ao comportamento das alunas como poderiam ser definidos?

Resposta: Posso afirmar que o comportamento era razoavelmente bom. Particularmente nunca tive dificuldade de indisciplina com aluno, talvez por causa da matéria ou pelo fato de eu ser um professor aberto à conversa. Por vezes, quando percebi que os estudantes estavam muito quietos, decidia que inicialmente iria conversar um pouco com os estudantes e assim despertá-los para a aula. Eu conversava e colocava todos eles em seus lugares para começar a aula. Alguns dias eles estavam um pouco dispersos devido ao cansaço, principalmente os alunos do período noturno. Alguns deles eu reconhecia o esforço como verdadeiros heróis. Mesmo estando cansados, se esforçavam nas aulas. No período matutino as coisas eram um pouco diferentes, os alunos estavam descansados, no entanto, sem foco para estudar. Sendo assim, no período da manhã era mais difícil de trabalhar, por conta de questões disciplinares. Apesar dessas situações, quando ocorriam alguns problemas a indisciplina, eram contornados sem maiores problemas.

Pergunta n°14: Havia uma efetiva demanda por uma escola normal em Uberlândia?

Resposta: Até a década de 90 havia sim. Após essa data a procura caiu. No colégio chamado atualmente de Museu, por exemplo, a Escola Estadual, houve uma época que o curso no período da manhã foi fechado, ficando somente o curso noturno. A diminuição na procura foi contínua. Inicialmente a alta demanda se devia às boas condições salariais e de trabalho, entretanto com a diminuição das condições da profissão a procura por cursos como o magistério diminuiu gradativamente. Na década de 80 professores ganhavam razoavelmente bem. Comecei em 1977 até 1989 e consegui adquirir casa e carro próprios.

Creio que o fator salarial influenciou muito na queda da procura pelo curso normal. Se o objetivo dos alunos era ter um bom emprego, outras atividades acabaram oferecendo melhores condições que a do professor.

Pergunta nº 15: O que o poder público municipal fez no sentido de apoiar as escolas anexas?

Resposta: Não. Era o próprio colégio quem criava as escolas anexas, uma vez que, até a década de 90, 80, final de 80, a procura era grande. Os anexos foram criados devido a necessidade de salas de aula e espaço físico. Entretanto, o salário dos professores foi baixando, a procura foi caindo, não havendo mais a necessidade de escolas anexas. No tempo em que eu era aluno, por exemplo, na década de 70, o Estadual na Avenida Benjamin Constant, a escola Messias, o Bueno Brandão era anexos das Escola Estadual Uberlândia. Depois elas foram se tornando individuais e hoje Uberlândia tem escolas demais. A procura no Museu caiu muito, talvez porque seja uma escola central e os alunos atualmente residem em bairros mais distantes. Como essa procura é pequena, as aulas no período noturno estão acabando na maioria das escolas.

Pergunta nº 16: Quais eram as necessidades estruturais dessas escolas anexas?

Resposta: Os professores trabalhavam apenas com quadro negro precário e giz. As vezes eram usados alguns papéis, distribuídos aos alunos. Era só o que tínhamos. Creio que até hoje, a escola estadual continua nas mesmas condições. A rede física é boa, tanto é que o estado parou de construir escolas. Certa vez, em uma reunião com o estado foi informado que a diminuição na construção de escola estava associada a queda de natalidade e de procura. Apesar de a rede física ser boa, o material para o professor trabalhar é péssimo, quadro e giz continuam presentes.

Pergunta nº 17: Para quem eram solicitadas melhorias quando havia necessidade de fazer algo relacionado à estrutura da escola?

Resposta: Normalmente seguia-se uma ordem de hierarquia: coordenador, supervisor, vice-diretor, diretor. Não havia outro caminho para o professor. Muitas vezes as solicitações chegavam no diretor e paravam. Nesses casos, cabia ao diretor ir para a Delegacia de Ensino, para a Secretaria de Educação, no entanto, atender às demandas dependia exclusivamente da Secretaria de Educação. Dessa maneira, por vezes faltava um material no meio do ano, e tínhamos que ficar o resto do ano sem. Existe também uma questão burocrática relacionada ao repasse de verbas.

Pergunta n°18: Em sua avaliação, qual o legado da escola normal à formação de professores em Uberlândia?

Resposta: Em minha opinião por pior que ela esteja ficando, a escola ainda é o caminho. As coisas estão evoluindo, as pessoas estão mudando, a criança está mudando e a escola continua a mesma. Ou ela muda ou ela vai ficar para trás. Mas apesar de tudo, ela ainda é o caminho.

Com relação ao legado da escola normal, ela formou novos elementos, novas professoras, mudou o patamar dessas pessoas, elas atingiram seus objetivos, tiveram oportunidades melhores na vida. Então o legado é muito bom e espero que elas tenham continuidade. Algumas alunas foram para a universidade, algumas foram trabalhar, foram lecionar e hoje muitas são diretoras de escolas. Enfim, o legado é positivo.

Pergunta n°19: Em sua opinião, qual a principal diferença entre formação daquela época e a de hoje?

Resposta: Naquela época a grande maioria das alunas queria crescer, queria status, queriam se formar e um trabalho. Estas seriam suas perspectivas em busca de uma vida melhor. Hoje a escola não oferece mais isso. Os alunos não sabem se chegaram na escola e de lá saíram formadas ou capacitadas. As perspectivas e os sonhos mudaram, os sonhos delas não são mais aqueles nossos, mudaram muito. Nesse aspecto existem grandes diferenças de perspectiva de vida. Atualmente o sonho dos alunos não é apenas conseguir um emprego, existem outras coisas envolvidas.

Os estudantes de hoje buscam fazer parte dessa globalização. Aquele curso não dava essa oportunidade. O mundo mudou, está mudando e está rápido. Vejo ai uma diferença de objetivos.

Então, em comparação com a atualidade existe uma diferença também na parte salarial. Naquela época os professores ganhavam melhor, hoje não ganham mais. Naquela época valia a pena estudar para ser professor, hoje não vale mais. Para se ter uma ideia, naquela época deixei de dar aula na universidade porque no estado a remuneração era melhor.

Então esse é fator decisivo. Muita gente deixa de fazer curso superior para ser professor, muitas vezes por questões salariais. Na minha visão, basicamente essas são as diferenças, daquela época para hoje. Espero que as coisas mudem e vocês que estão lá lutem para isso.

Pergunta n°20: Deseja fazer mais alguma consideração sobre a escola normal?

Resposta: Infelizmente fico triste que a escola normal esteja acabando assim, definhando. Era um caminho bom, a escola é o caminho bom para a pessoa crescer, para subir o patamar, se ela busca um objetivo na vida, é a escola o caminho, por pior que ela esteja ficando, ainda é o caminho.

Espero que ela volte, retorne e vocês que os futuros professores consigam melhorar a situação atual da educação. Ensinem para os estudantes o valor de uma professora, o valor da escola, porque é na escola que se formam políticos, médicos, engenheiros e esses profissionais não podem se esquecer da escola, do professor e principalmente que não se esqueçam de que o médico também teve uma professora.

Os professores devem mostrar para os alunos o seu valor. Ensinar que eles devem fazer alguma coisa pela escola. Uma vez que a mudança não é algo imediato, acontecem a longo prazo e são as crianças de hoje que vão fazer a mudança.

Talvez, a falha do que está acontecendo hoje é do professor, porque ele se preocupou em dar aula, em ensinar matéria, colocar a matéria na cabeça do aluno e esqueceu do lado humano do aluno. Se ensinasse a ele o valor do professor, o valor da escola, o valor do ser humano. Antes do conteúdo tem-se o ser humano para ser olhado.

Então interaja com essas crianças e ensina para ela o valor de vocês para eles crescerem. Um dia, algum desses alunos será um político, um médico, um engenheiro e terão a capacidade de fazer isso. Trabalhar para mudar. Não seja mais uma como nós fomos preocupadas em dar conteúdo e deixar o ser humano de lado. É um caminho bonito, difícil, trabalhoso, mas é gratificante. Vale a pena.

ENTREVISTA CARMEM

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Carmem Lídia Junqueira Bernardes

Idade: 55 anos

Formação: Graduação em Letras e especialização em Linguística.

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia.

Disciplina que lecionou no curso normal: Língua Portuguesa (gramática, literatura, redação e literatura infanto-juvenil)

Período que lecionou no curso normal: De 1984 a 1998

Pergunta nº 1: Sobre a organização didático pedagógica do curso normal, quais foram os princípios que nortearam a formação dos alunos do curso normal do colégio Museu?

Resposta: Eram ofertadas aos alunos aulas de metodologia e de didática para poderem trabalhar a alfabetização, sendo iniciada no pré-escolar até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Pergunta nº 2: Em que medida os alunos participavam dessa organização?

Resposta: Na verdade, naquela época a participação era quase que uma prática inexistente. Os alunos recebiam o conteúdo, que era desenvolvido com uma certa rigidez. A participação na elaboração do plano não existia, eles apenas desenvolviam as atividades propostas no plano.

Pergunta nº 3: Qual era a autonomia dos professores para estruturarem seus planos de ensino?

Resposta: A autonomia dos professores era mínima. Os conteúdos eram engessados e previstos para serem desenvolvidos ao longo de todo o magistério. Não havia uma flexibilização. O conteúdo programático devia constar no plano do professor e ser trabalhado ao longo de todo o curso.

Pergunta nº 4: Quem que elaborava os planos de ensino?

Resposta: Os professores juntamente com a supervisão ou a coordenação de área, quando essa existia.

Pergunta nº 5: Os planos de ensino eram elaborados na própria escola?

Resposta: Sim. Os professores eram reunidos por conteúdos e áreas afins, discutindo as metodologias, as didáticas e a parte prática. Nessa elaboração existia ainda metodologia de Matemática, de Língua Portuguesa, de Geografia, de História, de Ciências e assim por diante.

Pergunta nº 6: Quais eram as perspectivas dos alunos após a conclusão do ensino normal?

Resposta: Os alunos visavam ter um emprego para trabalharem em escola de pré a 4^a série. Outros alunos desejavam ingressar na universidade federal para fazer Pedagogia, Letras, Matemática. Era bastante raro, mas teve caso, por exemplo, de aluno ingressar no curso de Medicina.

Pergunta nº 7: Como eram as condições físicas das chamadas escolas anexos?

Resposta: O espaço físico do Enéas Guimarães era menor que o prédio central e oferecia razoáveis condições de estrutura. Eram desenvolvidas as aulas teóricas. As aulas práticas do conteúdo de Educação Física eram desenvolvidas em outro local, uma vez que essas faziam parte do período de estágio.

Pergunta nº 8: Na sede, como que funcionava as aulas de Educação Física?

Resposta: Na sede tinham duas quadras, sendo uma delas descoberta. Os alunos do magistério utilizavam elas a noite e durante o dia os alunos do pré a 4^a série do Ensino Fundamental.

Pergunta nº 9: Quais as origens dos alunos que frequentavam a escola normal em termos socioeconômicos?

Resposta: Os alunos eram bem heterogêneo. Havia mulheres casadas inclusive, que voltaram a estudar em busca de uma socialização. Tinham as recém-saídas do ensino fundamental que procuravam o magistério querendo uma profissionalização mais rápida,

porque elas não tinham como conseguir emprego naquela época e tinham as que pensavam em um curso superior. Eram sempre mulheres que procuravam o curso.

Pergunta nº 10: A predominância era de mulheres nas aulas?

Resposta: A maioria eram mulheres. Não me lembro de ter dado aula para homens. Encontrei no curso de Pedagogia da UFU, mas no magistério não.

Pergunta nº 11: Alguns dos alunos do curso normal alcançaram o magistério no âmbito da escola normal? Se não, para onde se direcionavam, ou seja, em quais escolas lecionavam?

Resposta: Muitos lecionaram em escolas particulares e alguns conseguiam contratos nas escolas públicas. Eles entravam como professores não habilitados e davam aulas para pré-escolar a 4^a série.

Pergunta nº 12: Em termos disciplinares, isto é, em relação ao comportamento dos alunos, como poderiam ser definidos dentro da escola?

Resposta: Eram turmas fáceis de lidar. Não haviam problemas, pois os alunos possuíam foco nos estudos. Raramente existiam casos de alunos que não gostariam de estar ali ou estavam apenas por considerar o curso fácil. Entretanto, como a maior parte da turma era constituída por mulheres, por vezes uma ou outra passava mal ou tinha que ir embora por pequenos problemas de saúde.

Pergunta nº 13: Havia uma efetiva demanda por uma escola normal em Uberlândia?

Resposta: Havia. Era um curso bem procurado. Foi uma surpresa quando o curso parou de ser ofertado. O prédio central sempre oferecia no mínimo uma turma a cada ano. Já o anexo ofertava mais cursos, pois a procura pelos estudos a noite era grande. Isso facilitava os alunos poderem trabalhar durante o dia. Alguns não trabalhavam com a educação.

Pergunta nº 14: As salas de aula eram bem usadas? Os alunos eram frequentes?

Resposta: Eram frequentes. A assiduidade deles era uma característica marcante.

Pergunta nº 15: O que o poder público municipal fez no sentido de apoiar as escolas anexas?

Resposta: Não me lembro de intervenção do poder público municipal. A escola era estadual e toda a coordenação, aulas, distribuição, locação do prédio eram do estado. Não tinha nenhuma participação do município.

Pergunta nº 16: O município em nada intervivia, eles não ajudavam?

Resposta: Não. Naquele período tínhamos o lanche que era oferecido pelo estado. Os professores eram do estado também.

Pergunta nº 17: Quais eram as necessidades estruturais dessas escolas, tanto anexa quanto à sede?

Resposta: Naquele período não havia muitos recursos tecnológicos. A escola central possuía um retroprojetor, projetor de slide, quadro negro e giz para o professor trabalhar. Não existia uma cobrança pelas pessoas para melhoria dos materiais. Eles se adaptavam ao que existiam e ao que a estrutura oferecia. Um exemplo disso, o Enéas Guimarães possuía salas muito abafadas e não tinham ventilador.

Pergunta nº 18: Para quem eram solicitadas melhorias quando havia necessidade de fazer algo relacionado à estrutura da escola?

Resposta: No período em que o curso normal funcionou não houveram reivindicações. As melhorias eram ofertadas pelo estado. Nesse sentido, eram oferecidos cursos de capacitação para os professores do magistério, principalmente pelo CEFAM (Centro Estadual de Formação do Magistério). As capacitações eram feitas através de orientações oferecidas por professores capacitados em Belo Horizonte, que ajudavam os professores do curso normal dando orientações sobre a forma com que os conteúdos deviam ser conduzidos, divididos e expostos aos estudantes.

Em uma dessas oportunidades, houve uma discussão sobre a disciplina de Língua Portuguesa onde trabalharam-se textos com problemas ortográficos. Naquela época era recorrente que a maioria dos professores atribuíssem grande importância das questões de ortografia e gramática. Me recordo bem desse primeiro passo na língua, para mostrar a importância da coerência do pensamento, do pensamento estruturado ser mais valorizado que a própria grafia, que a própria escrita em si.

Pergunta nº 19: Em sua avaliação, qual o legado da escola normal à formação de professores em Uberlândia?

Resposta: Deixou um grande legado. Além de abrir portas para muitos alunos ingressarem nas universidades e na pós-graduação como mestrado e doutorado, permitiu também que eles se interessassem pela carreira acadêmica. A escola recebe hoje ex-alunos que fizeram parte dessa história e que continuam avançando na formação. Acredito que essa base possa se comparar a uma semente plantada, germinada e que rendeu bons frutos.

Pergunta nº 20: Em sua opinião, qual a principal diferença entre a formação daquela época e a de hoje?

Resposta: Para ser mais precisa na diferenciação eu deveria estar trabalhando com o curso de magistério hoje. Já se passaram quase 20 anos e não sei dizer quais são as prioridades atuais de um curso de magistério. No período em que trabalhei havia uma preocupação muito grande com a formação da criança, principalmente relacionada a alfabetização voltada para seu ingresso no universo da matemática e dos estudos sociais. Os alunos/as desenvolviam trabalhos utilizando cartazes, organização de sala, fichas. Atualmente, não sei se isso ainda é uma prioridade nos cursos.

ENTREVISTA MARISTELA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Maristela Pitil

Idade: 60 anos

Formação: Graduação em Matemática e Ciências Contábeis.

Instituição:

Disciplina que lecionou no curso normal: Matemática

Período que lecionou no curso normal: A partir de 1980

Pergunta nº 1: Quais foram os princípios que nortearam a formação dos alunos do curso normal do Colégio Museu?

Resposta: No período em que lecionei no magistério, o curso normal proporcionava aos alunos todo conhecimento didático pedagógico, podendo ministrar aulas com segurança. O curso proporcionava também uma formação pessoal em termos de conhecimento, de ser humano. O princípio era oferecer um curso diferente do profissionalizante, diferente de outros existentes na época, podendo oferecer uma profissionalização diferente.

Pergunta nº 2: Em que medida os alunos participavam dessa organização?

Resposta: Eles não tinham participação na organização. Não influenciavam em nada.

Pergunta nº 3: Qual era a autonomia dos professores para estruturarem seus planos de ensino?

Resposta: Os professores precisavam seguir as orientações que vinham da Secretaria Estadual de Educação, uma espécie de manual básico que os professores usavam como referência. Primeiro a gente tinha que seguir a orientação que vinha da Secretaria Estadual de Educação, tipo um manual básico que você tinha que ter, mas a gente tinha liberdade de acrescentar o que a gente achasse necessário e o trabalho sempre era realizado, os planos de curso eram montados juntamente com a professora de didática. Cada um com sua disciplina, mas junto com a professora de didática, era feito assim.

Pergunta nº 4: Quais eram as perspectivas dos alunos após a conclusão do ensino normal?

Resposta: Trabalhar como professor na série para qual foi formado que era de 1^a a 4^a série, conhecido hoje como ensino fundamental, mas na época, se não me engano, era chamado de início de primeiras letras.

Pergunta nº 5: Como eram as condições físicas das chamadas escolas anexas?

Resposta: Era muito precário, tanto espaço físico quanto questões de material, as meninas não tinham espaço para reunir, as salas eram horrorosas não tinha ventilação. Era uma coisa assim, fisicamente jogada para gente, para não misturar com os do ensino médio. Aí faltava tudo lá e tinha muito aluno, a procura pelo curso era grande. Recreio, intervalo, não tinha espaço para essas coisas.

Pergunta nº 6: O curso era só noturno?

Resposta: Só noturno.

Pergunta nº 7: Quais as origens dos alunos que frequentavam a escola normal, em termos socioeconômicos?

Resposta: Para mim era classe média baixa. Era na sua maioria balconista, domésticas, trabalhavam em lojas, era esse nível. A maioria já trabalhava, era um ou outro que ia para lá achando que ia ser mais fácil do que fazer o colegial, que não tinha o objetivo de formar para dar aula.

Pergunta nº 8: Essas pessoas que procuravam esse curso normal já trabalhavam?

Resposta: A maioria já trabalhava, era um ou outro que ia para lá achando que ia ser mais fácil do que fazer o colegial, que não tinha o objetivo de formar para dar aula.

Pergunta nº 9: Alguns dos alunos do curso normal alcançaram o magistério no âmbito da escola normal?

Resposta: Eu acredito que alcançaram sim, que concluíram o 2º grau.

Pergunta nº 10: Deram aula no curso normal?

Resposta: Eu acho que sim. Não acompanhei os alunos assim que terminaram o curso. Tinham alunos capacitados para isso. Alguns eu sabia que não iriam concluir. Não me recordo bem, mas tinha gente capacitada para isso. Inclusive na época eu tive alunos que já trabalhavam em escolinhas também sem a formação, mas já trabalhavam nessas escolas.

Pergunta nº 11: Para onde se direcionavam, ou seja, em quais escolas lecionavam as que se formavam?

Resposta: Eu tinha alunos que já trabalhavam em escolinhas sem a formação, escolas particulares.

Pergunta nº 12: Em termos disciplinares, isto é, em relação ao comportamento das alunas como poderiam ser definidos?

Resposta: Tinham bom comportamento. Eram alunos/as muito interessados. Apesar de chegarem no curso muito cansados do trabalho, tudo o que era proposto pelo professor eles faziam, sem queixa, sem reclamação, com interesse, buscando evoluir.

Pergunta nº 13: Havia uma efetiva demanda por uma escola normal em Uberlândia?

Resposta: Era grande a demanda, tanto de quem queria ser professor mesmo quanto daqueles que achavam que seria mais fácil que o ensino médio.

Pergunta nº 14: O poder público municipal fez gestões no sentido de apoiar as escolas anexas?

Resposta: Não tenho conhecimento a respeito disso.

Pergunta nº 15: Quais eram as necessidades estruturais dessas escolas?

Resposta: Acredito que salas adequadas, material didático adequado, professores especializados adequados para preparar os alunos/as. Tínhamos curso. Fizemos curso em Belo Horizonte pelo CEFAM.

Pergunta nº 16: Em relação a esses cursos que vocês fizeram durante as férias, eles contribuíram para a didática de vocês?

Resposta: Contribuíram sim. Sempre trabalhava em equipe. A ideia era ensinar os conteúdos mais focados na teoria, não na prática. Os conteúdos já sabíamos ao chegar lá, mas

participar dos cursos era uma garantia de continuar trabalhando na escola. Gostava muito do curso normal. Trabalhava com essa professora mais experiente, mas por alguns motivos pessoas, ela teve que ser afastada.

Pergunta nº 17: A quem eram solicitadas melhorias?

Resposta: Para a Secretaria Estadual de Educação. Eram preenchidos papéis e questionários e mandados a eles.

Pergunta nº 18: Geralmente as solicitações eram atendidas?

Resposta: Não, apenas ficavam no papel.

Pergunta nº 19: Em sua avaliação, qual o legado da escola normal à formação de professores em Uberlândia?

Resposta: Formamos profissionais bem competentes na época que trabalhamos. Conseguimos formar cidadãos questionadores, pessoas interessadas em buscar soluções e melhorias. Acredito que suprimos uma necessidade que os alunos/as tinham em melhorar em termos profissionais.

Pergunta nº 20: Em sua opinião, qual a principal diferença entre formação daquela época e a de hoje?

Resposta: naquela época instigávamos o aluno a buscar. Eles tinham que procurar soluções, dar de si para efetuar suas transformações. Tínhamos que criar neles um interesse para buscar essas coisas. Os alunos/as eram cobrados. Tinham que saber o mínimo para seguir em frente, pois trabalhar com pessoas era uma responsabilidade grande. Atualmente isso não acontece. O governo não cobra e não oferece nada. Dessa maneira, a escola ficou aquém das expectativas. Do meu ponto de vista, acredito que a maior parte da formação está só no papel, não existem atividades práticas. Atualmente, existe uma grande diferença em relação aos alunos. Eles simplesmente são colocados nas séries posteriores sem que haja uma cobrança ou avaliação. Também tem a questão da internet em que os alunos buscam apenas o que é de seu interesse e não dão a devida atenção aos conteúdos escolares que são ministrados. Não é tanto a questão da disciplina, é mais voltado para a falta de interesse dos alunos. Caso houvesse uma escola normal atualmente, creio que não seria como foi na época, mas seria melhor nessas questões.

ENTREVISTA YOLANDA

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: Yolanda Bernardes

Idade: 66 anos

Formação: Graduação em Pedagogia

Instituição: Universidade Federal de Uberlândia.

Disciplina que lecionou no curso normal: Educação Artística/ Didática da Matemática

Período que lecionou no curso normal: De 1978 a 1997

Pergunta nº 1: Sobre a organização didático pedagógica do curso normal, quais foram os princípios que nortearam a formação dos alunos do curso normal do colégio Museu?

Resposta: Os princípios básicos estavam voltados em qualificar os alunos para o trabalho. A maioria dos alunos queriam dar aulas e buscavam formação para isso. A turma era constituída de pessoas que muitas vezes já estavam dando aula e vinham buscar qualificação.

Pergunta nº 2: Em que medida os alunos participavam dessa organização?

Resposta: A participação dos alunos era ativa. Me lembro das estudantes participando muito das aulas e essa participação até chamava bastante atenção. As exposições de trabalhos e materiais confeccionados contava com o envolvimento de todos, principalmente na questão de metodologia.

Pergunta nº 3: Qual era a autonomia dos professores para estruturarem seus planos de ensino?

Resposta: Os planos eram elaborados segundo o planejamento da Secretaria de Estado. Desde que comecei a trabalhar sempre foram desenvolvidas atividades seguindo exatamente o planejamento. Existia certa autonomia para desenvolver a aula dentro do que havia sido pré-estabelecido pelo planejamento.

Pergunta nº 4: Quais eram as perspectivas dos alunos após a conclusão do ensino normal?

Resposta: Praticamente todos saiam do curso normal e iam trabalhar como professores. Tiveram casos de alunos que se tornaram inspetores escolares, chegando até a trabalhar comigo. Quase todos seguiram na docência, entretanto, algumas poucas alunas acabaram desistindo, se casando e abandonando o curso.

Pergunta nº 5: Como eram as condições físicas das chamadas escolas anexos?

Resposta: As escolas anexas eram no centro, e tínhamos um bem próximo à sede. Eu trabalhei Enéias. Lá eram oferecidas aulas durante o dia e a noite o prédio era cedido para a nossa escola, porque o número de turmas era muito grande. Lembro-me que trabalhava pela manhã, para 2 turmas na sede e o restante a noite no anexo.

Pergunta nº 6: Existiam outras escolas que também funcionavam como anexo?

Resposta: Não me recordo se existiam outras. Sei da escola Enéias pois foi onde atuei por mais tempo. A escola realmente era muito organizada e as condições de estrutura física eram muito boas. Lembro-me de algumas aulas que eram ministradas no laboratório e os alunos do anexo realizavam essas aulas na sede. Além disso, também eram feitas as aulas de Educação Física.

Pergunta nº 7: Quais as origens dos alunos que frequentavam a escola normal em termos socioeconômicos?

Resposta: Era diversificado. O magistério era uma formação. O pessoal de manhã não tinha tanto essa necessidade. Se estudavam à noite era porque trabalhavam durante o dia. Existia mais turma a noite. A maioria eram pessoas que trabalhavam. De 10 turmas, 3 eram de manhã.

Pergunta nº 8: Alguns dos alunos do curso normal alcançaram o magistério no âmbito da escola normal? Se não, para onde se direcionavam, ou seja, em quais escolas lecionavam?

Resposta: Realmente não me lembro. No entanto, me recordo que os alunos precisavam fazer um estágio e por muitas vezes, os alunos já até trabalhavam nas escolas onde iriam cumprir a carga horária do estágio. As atividades do estágio tinham uma carga horária a ser cumprida. Nessas atividades os alunos tinham que fazer planejamento e ministrar aulas.

Como era somente a Escola Estadual de Uberlândia que oferecia o curso normal, creio que outras escolas como a escola Dr. Duarte e a escola Clarimundo Carneiro, que oferecem

turmas de 1^a a 4^a série, todas tinham alunos do curso normal. Por exemplo, o material que a gente dava nas aulas de metodologias, conteúdo ministrado por mim, era preparado, colocado em uma caixa e levado para outras escolas para serem mostrados aos alunos. Esse material era usado nas aulas expositivas.

Pergunta nº 9: *Em termos disciplinares, isto é, em relação ao comportamento dos alunos, como poderiam ser definidos dentro da escola?*

Resposta: Os alunos eram bastante comprometidos, não havia desgaste na execução do trabalho e das atividades. Não eram necessárias interrupções nas aulas para chamar atenção dos alunos. Evidentemente, havia conversar paralelas entre os alunos, mas o comportamento deles era muito bom. Os alunos não se dispersavam, todos apresentavam interesse e vontade para conseguir uma formação e profissão. Eram alunos dedicados.

Pergunta nº 10: *Havia uma efetiva demanda por uma escola normal em Uberlândia?*

Resposta: Na escola em que eu ministrava aulas havia bastante procura, pois era a única escola que ofertava essa modalidade. Aliás, se não me engano a escola Professor José Ignácio também ofertava, entretanto, a Escola Estadual Uberlândia apresentava a maior demanda, tinha um número maior de turmas.

Pergunta nº 11: *As turmas eram geralmente cheias?*

Resposta: Essas turmas eram bastante cheias. Os alunos eram frequentes e, grande parte deles, estava na faixa etária entre 20 e 30 anos. Eram de idade mais elevada que os alunos da escola regular. Principalmente os que estudavam no período noturno.

Pergunta nº 12: *O que o poder público municipal fez no sentido de apoiar as escolas anexas?*

Resposta: O município ajudava com a estrutura da escola, tanto é que o prédio onde funciona a escola Enéias é do município. Como na época eu apenas ministrava aulas, não tendo nenhum cargo de direção, não prestava atenção nessas questões. Entretanto, o atendimento no anexo era muito bom. Eles apresentavam uma equipe entrosada.

Pergunta nº 13: *Quais eram as necessidades estruturais dessas escolas, tanto anexa quanto à sede?*

Resposta: Em minha opinião a estrutura da escola era adequada, tanto na sede quanto no anexo. Apesar de não existirem as condições atuais, de material didático, por exemplo, tínhamos um mimeógrafo. Lembro-me que quando eu assumi a direção da escola em 1997, ainda era tudo manual, a secretaria, os boletins eram todos feitos manualmente. Somente em 1998 saiu uma verba para a aquisição de computadores. Nesse momento a escola começou a se informatizar. Atualmente, os professores contam com bastante recurso, trazem drives, usam multimídia e DataShow. Isso facilita o trabalho. Apesar de que naquela época não ser possível o uso e acesso a estas tecnologias a estrutura física do prédio era adequada.

Pergunta nº 14: Para quem eram solicitadas melhorias quando havia necessidade de fazer algo relacionado à estrutura da escola?

Resposta: Pelo meu entendimento, qualquer melhoria física ficava a cargo da Secretaria de Estado. Os materiais didáticos também eram de responsabilidade da Secretaria de Estado.

Pergunta nº 15: Em sua avaliação, qual o legado da escola normal à formação de professores em Uberlândia?

Resposta: Acho que ela contribuiu muito. Lembro-me que em 1996, após a promulgação da Lei Diretrizes e Bases, houve mudanças com relação ao curso normal passando a ser obrigatório o normal superior. Após a LDB os profissionais tiveram 10 anos para se adequarem às novas regras e conseguir uma formação de nível superior.

Pergunta nº 16: Qual era a diferença desse curso normal superior para o curso normal?

Resposta: Do meu ponto de vista acho que ao pleitearem um curso superior na Universidade Federal de Uberlândia, como se trata de uma graduação haverá mais aprofundamento. Foi a LDB que exigiu o curso normal na época, que hoje equivale ao curso de graduação em pedagogia. Os cursos normais oferecidos hoje, como na escola Renê e mais algumas outras, me parecem ser direcionados às creches e EMEIs, com foco na Educação Infantil.

Pergunta nº 17: Em sua opinião, qual a principal diferença entre a formação daquela época e a de hoje?

Resposta: Acho difícil responder a essa pergunta, uma vez que quem viveu aquela época passou por várias mudanças até os dias atuais. Hoje em dia o aluno tem mais liberdade e naquele tempo isso quase não existia. Por vezes vejo algumas pessoas daquela época reclamar, mas entendo que os estudantes deviam sim ter mais liberdade.

Nesse aspecto, para o professor era mais tranquilo o manejo da aula. Tudo está evoluindo constantemente, hoje os alunos se expressam mais e naquela época nem podiam abrir a boca.

Aqui na escola, eu estou vivendo uma mudança. Quando eu assumi a direção era tudo manual, hoje existe um sistema que chama SIMAD, em que você faz as matrículas e tudo está ligado na rede. A Secretaria de Estado tem todo o controle dos alunos matriculados e de diversas situações dentro da escola. Os diários, o controle de aulas e faltas são todos feitos de maneira informatizada.

Nossos próprios alunos têm conhecimento de inúmeras tecnologias, que apesar de ter também seus aspectos negativos, ajudam bastante na obtenção de informação e no trabalho do professor.

Na minha época, achava que era bom, mas hoje vejo o número de recursos disponíveis e percebo que não podíamos ficar parados no tempo. Na época eu lembrava muito, estava muito feliz com o resultado das meninas, tudo era bem direcionado. Muita gente já trabalhava, já vinham em busca de suas necessidades. Isso facilitava o trabalho docente.

COLÉGIO ESTADUAL DE UBERLÂNDIA

A ASES tem o prazer de apresentar a história dos 70 anos da Escola Estadual de Uberlândia.

Se formos buscar as origens da Escola Estadual Uberlândia vamos encontrá-las pelo ano de 1897. O primeiro estabelecimento de ensino secundário da cidade, dirigido por Gerônimo Teodoro de Moraes, chamava-se Colégio Uberabinhense. Localizava-se na atual praça Tuba Vilela e foi inaugurado em 5 de julho. Em 1908 fundou-se no cruzamento da Av. Afonso Pena com a rua Santos Dumont o Colégio Mineiro, dirigido pelo professor José Avelino. Em 1912, formou-se o Ginásio de Uberabinha, sob a direção do professor Antônio Luiz da Silveira e D. Manuela, sua esposa. Esse estabelecimento, apesar das instalações rudimentares, primou, desde o início, pelo esmero da educação, que oferecia aos alunos.

O Ginásio Uberabinha, porém, não era reconhecido pelo governo federal, obrigando seus estudantes a deslocarem, todo fim de ano, para Ribeirão Preto, para fazer os exames, chamados na época “parcelados”. Lecionaram no Ginásio de Uberabinha, além dos professores Antônio Luiz da Silveira, seu filho, Antônio Luiz da Silveira Júnior, os Srs. Antônio Santa Cecília, o excelente mestre José Martins, o professor Jefferson, entre outros.

O progresso da cidade exigia a ampliação da oferta de vagas nas escolas.

Possivelmente em 1913, foi idealizada por um dos mais conceituados cidadãos, Custódio da Costa Pereira, uma instituição que se denominaria Sociedade pelo Progresso de Uberabinha. “Primeiro movimento cívico da cidade, semente dos grandes empreendimentos da coletividade” como disse Luiz Antônio Rocha e Silva, nosso companheiro da Associação dos Ex-alunos do Colégio Estadual. Ali estavam cidadãos de diferentes ideologias que se preocupavam, essencialmente, em promover o desenvolvimento do município. Eram homens de grande destaque em Uberabinha, entre eles podem ser citados os Srs.: José Carneiro, Clarimundo Carneiro, Arlindo Teixeira, Carmo Giffoni, além de muitos outros, quase uma centena.

A educação foi uma das preocupações dessa sociedade, que planejou a construção de um prédio para a instalação de uma escola. Uma comissão formada pelos Srs. Custódio da Costa Pereira, José Teófilo Carneiro, José Carneiro, José Carneiro, Antônio Rezende Costa, Carlos de Oliveira Marquez e Alexandre Marquez foi a responsável pela execução da obra. Nas fotos a seguir mostramos as figuras do Sr. Custódio da Costa Pereira e queremos,

assim homenagear a todos esses incansáveis cidadãos, com uma visão futurista de desenvolvimento. O local escolhido foi a esquina atual da praça Adolfo Fonseca com a rua Teixeira de Santana, num terreno de quase 5000 m². A planta do prédio foi feita por J. Schate e a construção iniciou-se em 24.09.1919. Na medida em que foi se tornando necessário os sócios integralizaram o capital até conclusão da obra. Isso aconteceu em 1921 e representou, para a época, um empreendimento de grande vulto. A construção custou 364 contos de reis sendo a área construída de mais ou menos 2.500 m². Aqui ilustramos a imponência do nosso museu, em uma foto de 1929.

Um primeiro arrendamento do prédio foi feito, no período de 1922 a 1926, a Antônio Luiz de Oliveira, instalando ali o Ginásio de Uberabinha. A crise econômica que se generalizou por todo o Brasil central em 1922 e 1923, afetou bastante as condições financeiras do estabelecimento o números de alunos internos diminuiu muito. O prof. Antônio da Silveira deixou da direção do Ginásio de Uberabinha, em 1927 e a vaga foi assumida pelo prof. José Avelino, em 1928, pelo prof. José Ignácio de Sousa. O Ginásio continuava sem reconhecimento federal, sujeitando os alunos aos exames parcelados de Ribeirão Preto.

Segundo Tito Teixeira em “Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central”, em 1928 o Presidente Antônio Carlos, por inspiração do senador Camilo Chaves, que representava nossa região no Parlamento Mineiro, resolveu criar no Estado de Minas Gerais alguns ginásios oficiais e escolas normais regionais”, Uberaba reivindicou o curso normal e para Uberlândia foi destinado o Ginásio Mineiro de Uberabinha, em regime de internato e externato nos moldes do ginásio Mineiro de Barbacena. Era o ano de 1928. A associação que havia construído o edifício da praça Adolfo Fonseca, fez doação do mesmo ao Estado de Minas Gerais para instalar o estabelecimento público oficial público de ensino. Os alunos do então Ginásio do Uberabinha continuaram seus estudos no recém criado Ginásio Mineiro de Uberabinha. Foi nomeado Reitor do estabelecimento o Dr. Mário Magalhães Porto, promotor público de nossa comarca, iniciando-se assim o caráter público da atual Escola Estadual de Uberlândia, através do decreto n.º 8 a 58 de 3 de janeiro de 1929. A data oficial de instalação do ginásio é 21 de abril de 1929. OS exames de admissão ao ginásio datam de 15 de maio de 1929.

Apesar das dificuldades encontradas desde o início pelo Dr. Mário de Magalhães Porto, o ensino foi se desenvolvendo normalmente, contando o estabelecimento com um corpo de professores que se destacavam por sua cultura e dedicação. O Dr. Mário Porto, além do cargo de Reitor, ministrava aulas de História da Civilização e Geografia, o prof. João Martins Coelho, ensinava Latim, O prof. Luiz Gonzaga Cardoso Rangel, Português; a língua

inglesa estava a cargo do prof. José Felinto, a francesa, do prof. Antônio Lobo Leite Pereira, e a alemã do prof. Günther Brunne; Aritmética, Algébrica e Trigonometria tinham como professor Antônio Vieira e Desenho, o engenheiro Vitorino Semola. Ainda em 1929 foram substituídos os professores: de inglês, pelo prof. Thomas G. Collins, Francês, pelo prof. Alfredo Macedo. Aritmética, Algébrica e Trigonometria, pelo prof. Luiz Rocha e Silva, engenheiro que além do magistério, prestou inestimáveis serviços à cidade; o Latim passou a ser responsabilidade do prof. José Aparecido Teixeira, Português do professor Antônio Macedo Costa de competência ímpar, quem passou pelas mãos dele nunca deixou de saber a língua Pátria. O prof. Eurico Silva, escritor, poeta, lecionava Desenho, e, foi quem permaneceu o maior tempo no colégio - 37 anos -; o prof. Nelson Cupertino, lecionava História em plena juventude, 1930 iniciava uma carreira de longos anos de preciosos ensinamentos; os médicos: Domingos Pimentel Ulhôa ("Ciências Physicas e Naturaes"), veio a ser o primeiro diretor da escola de medicina da UFU. Euclides de Freitas ("Physica e Chimica"), mais tarde, prefeito da cidade, e ainda Moisés de Freitas (Geografia), Pedro Bernardo Guimarães (História da civilização do Brasil). A prof^a. Yonne Faria, começou a ensinar inglês com apenas dezoito anos e permaneceu por vários anos na escola como uma exímia professora. E tantos outros... São nomes primeiros anos, mas seguiram-se a eles muitos outros que prolongariam por demais a lista. Agora, na comemoração dos setenta anos dessa escola, estão ainda vivos os professores Yonne Faria Balparda e Euclides Gonzaga de Freitas. Há que se mencionar também os nomes dos dois funcionários que exerceram, por anos a fio, a missão e inspecionar os alunos e zelar pela disciplina dentro do recinto: os Srs. João Alves dos Santos e Osório José da Cunha (seu Zico) e posteriormente em 1935, o querido Sr. Jerônimo Pires.

Todos -professores e funcionários- se empenharam em oferecer aos alunos não só o saber, a instrução, mas a formação de valores. Em fins de 1929, com a mudança do nome da cidade, para Uberlândia, o estabelecimento passou a chamar-se Ginásio Mineiro de Uberlândia.

Em junho de 1930, "quando a propaganda revolucionária havia saído das conferências secretas para a consciência de um povo escravizado por um governo prepotente", como o disse muito bem o autor Tito Teixeira, Uberlândia foi o vértice de um dos comandos da revolução deflagrada em outubro. O Ginásio Mineiro representou um papel importante, pois nele se instalou o quartel general das forças revolucionárias do Triângulo Mineiro, sob o comando do senador Camilo Chaves, Comandante em Chefe, e do então Capitão José Persilva, oficial do 5º Batalhão da Força Pública de Minas Gerais. O Dr. Mário Magalhães Porto, diretor do colégio, tribuno eloquente,

4

dava estímulo e entusiasmo aos aquartelados e logo se tornou um ídolo das tropas. Ali estavam, além das forças integrantes do comando de operações em Uberlândia, constituídas dos reservistas convocados, um batalhão masculino com 50 voluntários. Foram organizados na cidade um batalhão feminino e um serviço médico; cabia às forças reunidas em Uberlândia conter o inimigo em frente às pontes e portos nas fronteiras do Estado.

A vida da cidade se transformou totalmente, pois, o Triângulo Mineiro era uma ponta de lança entre os estados “inimigos”, São Paulo e Goiás; para disciplinar os aumentos de preços das mercadorias de primeira necessidade o comando das operações decretou um congelamento de preços.

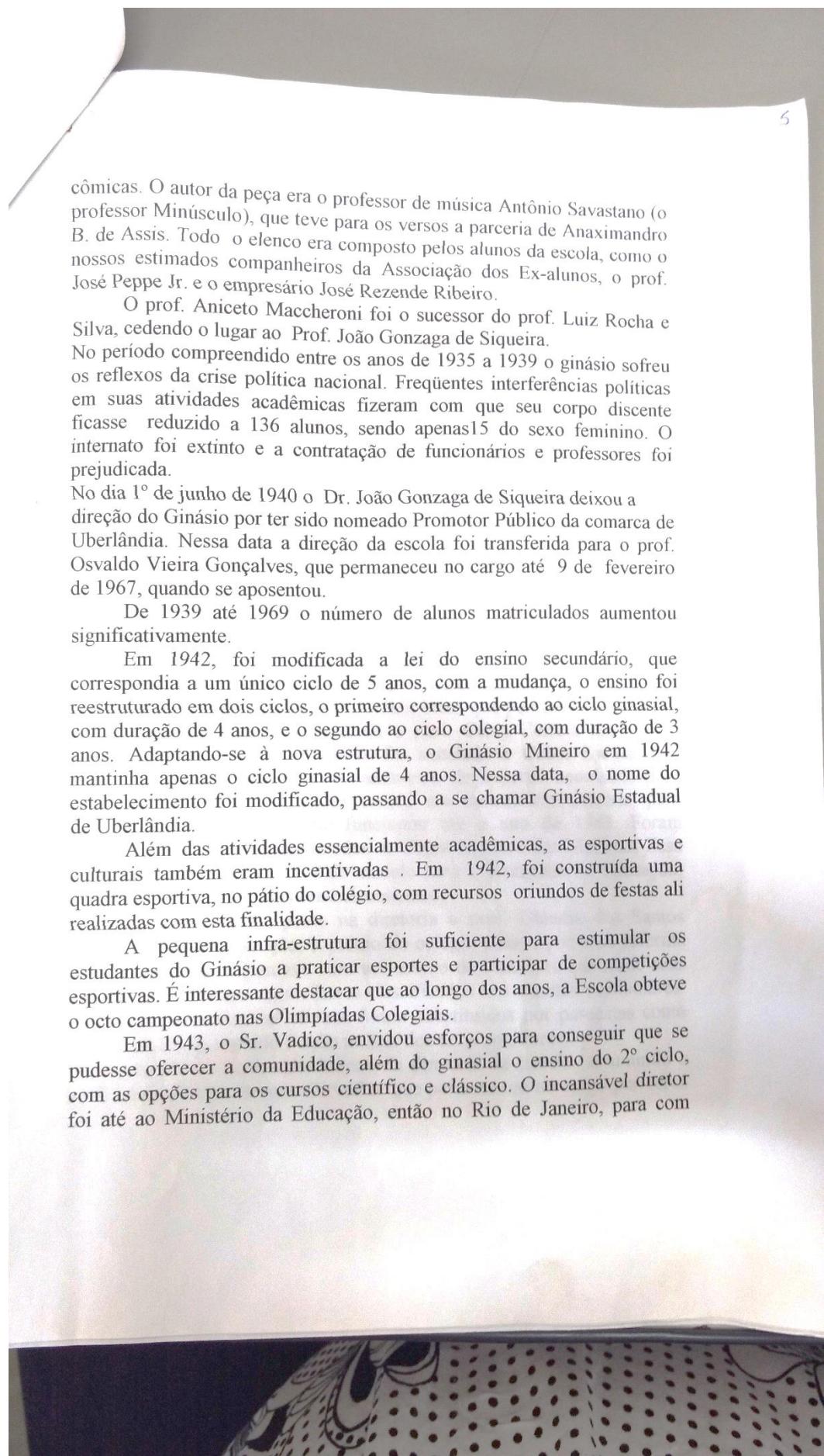
Muito importante para a época e para a preservação da história foi a criação de um jornal, o Diário da Revolução, cujo primeiro número saiu no dia 9 de outubro de 1930, tendo como redatores os professores do Ginásio José Antônio Teixeira, Nelson Cupertino, Nelson Porto e Eurico Silva.

Com todas essas alterações na vida da cidade, as atividades acadêmicas do Ginásio Mineiro foram bastante prejudicadas. Por isto mesmo, o governo federal baixou, no fim do ano, um decreto determinando a aprovação total dos alunos matriculados, independentemente de provas e exames. Daí gerada a expressão “passou por decreto”, aplicada a alunos de pouco rendimento na escola e com chances de reprovação.

Após o período de ocupação militar, em 1931, foram reiniciadas as atividades acadêmicas. Nessa época o prof. Mário Porto desenvolveu relevante esforço no tocante à reorganização da escola e à melhoria do ensino, e o número de alunos de ambos os sexos matriculados era mais de 200.

Nova interrupção na vida acadêmica do Ginásio ocorreu a partir do mês de julho deste ano, em consequência da Revolução Constitucionalista iniciada por São Paulo. O edifício do Ginásio Mineiro foi outra vez ocupado, agora, por tropas estaduais e federais, por três meses. Como resultado desta ocupação, o prédio e o material didático foram bastante danificados, prejudicando a qualidade do ensino no ano seguinte. Ainda assim o Ginásio teve uma evidente ascensão, a julgar pelo aumento do número de matrículas - mais de 300 alunos.

O prof. Mário de Magalhães Porto, “educador e sonhador impenitente por um Brasil melhor”, deixou a reitoria do estabelecimento em 1935. Substituiu-o o engenheiro Luiz Rocha e Silva, que ficou por um ano no cargo. Neste ano foi realizada na escola uma festa memorável, com a montagem de uma peça teatral, apresentada entre coreografias e cenas



cômicas. O autor da peça era o professor de música Antônio Savastano (o professor Minúsculo), que teve para os versos a parceria de Anaximandro B. de Assis. Todo o elenco era composto pelos alunos da escola, como o nossos estimados companheiros da Associação dos Ex-alunos, o prof. José Peppe Jr. e o empresário José Rezende Ribeiro.

O prof. Aniceto Maccheroni foi o sucessor do prof. Luiz Rocha e Silva, cedendo o lugar ao Prof. João Gonzaga de Siqueira. No período compreendido entre os anos de 1935 a 1939 o ginásio sofreu os reflexos da crise política nacional. Freqüentes interferências políticas em suas atividades acadêmicas fizeram com que seu corpo discente ficasse reduzido a 136 alunos, sendo apenas 15 do sexo feminino. O internato foi extinto e a contratação de funcionários e professores foi prejudicada.

No dia 1º de junho de 1940 o Dr. João Gonzaga de Siqueira deixou a direção do Ginásio por ter sido nomeado Promotor Público da comarca de Uberlândia. Nessa data a direção da escola foi transferida para o prof. Osvaldo Vieira Gonçalves, que permaneceu no cargo até 9 de fevereiro de 1967, quando se aposentou.

De 1939 até 1969 o número de alunos matriculados aumentou significativamente.

Em 1942, foi modificada a lei do ensino secundário, que correspondia a um único ciclo de 5 anos, com a mudança, o ensino foi reestruturado em dois ciclos, o primeiro correspondendo ao ciclo ginásial, com duração de 4 anos, e o segundo ao ciclo colegial, com duração de 3 anos. Adaptando-se à nova estrutura, o Ginásio Mineiro em 1942 mantinha apenas o ciclo ginásial de 4 anos. Nessa data, o nome do estabelecimento foi modificado, passando a se chamar Ginásio Estadual de Uberlândia.

Além das atividades essencialmente acadêmicas, as esportivas e culturais também eram incentivadas. Em 1942, foi construída uma quadra esportiva, no pátio do colégio, com recursos oriundos de festas ali realizadas com esta finalidade.

A pequena infra-estrutura foi suficiente para estimular os estudantes do Ginásio a praticar esportes e participar de competições esportivas. É interessante destacar que ao longo dos anos, a Escola obteve o octo campeonato nas Olimpíadas Colegiais.

Em 1943, o Sr. Vadico, envidou esforços para conseguir que se pudesse oferecer a comunidade, além do ginásial o ensino do 2º ciclo, com as opções para os cursos científico e clássico. O incansável diretor foi até ao Ministério da Educação, então no Rio de Janeiro, para com

sucesso, obter autorização para o funcionamento do 2º ciclo, de 3 anos, e consequentemente o ginásio passou para o “status” de colégio. Um decreto do presidente Getúlio Vargas, oficializou esse ato na data de 9 de março de 1944, gerando a mudança do nome, do Ginásio para Colégio Estadual de Uberlândia.

A criação do curso colegial deu grande impulso à educação em Uberlândia, e o Colégio Estadual em pouco tempo foi se transformando em um dos maiores e mais destacados de toda a rede oficial do Estado. A excelente qualidade do ensino ministrado, era evidenciada pelo sucesso dos seus alunos, que conquistavam lugares de destaque nos exames de habilitação em todas as escolas do país.

Outro avanço marcante na história do colégio foi a instalação de cursos noturnos, em 1946, o que contou com o esforço do Dr. Rondon Pacheco, ex-aluno do ginásio. Para atender ao aumento da procura por vagas, na década de 60 foram instalados anexos do colégio em grupos escolares da cidade. Em 1966, várias classes funcionaram nas instalações do colégio Bueno Brandão, inclusive o recém criado curso normal que diplomou sua primeira turma em 1967.

Uma atenção especial foi sempre dada às comemorações das datas cívicas. Desde 1940, por muitos anos o Colégio saiu à rua em desfile cívico na data da independência de nossa pátria.

Com a aposentadoria do prof. Oswaldo Vieira Gonçalves, em fevereiro de 1967, foi empossado o prof. Saint Clair Neto que permaneceu no cargo por um curto período. Em seguida o prof. Celso Correia dos Santos assumiu a direção. Nesta ocasião foi instalada a Caixa Escolar que ajudava o aluno carente com fornecimento de material necessário para seus estudos. Foi montado na escola um consultório dentário para atendimento dos alunos, que funcionou até o ano de 1988. Foram equipados os laboratórios e criados os Departamentos das Matérias. Essa foi uma inovação que serviu de modelo para a Secretaria da Educação, que o estendeu aos demais estabelecimentos.

Em 1972 tomou posse na diretoria a prof. Gláucia dos Santos Monteiro. Sob sua direção, o prédio do colégio passou por uma reforma geral. O colégio despontava com um ensino de excelente qualidade seus alunos egressos eram os melhores classificados nos exames vestibulares. Nessa época, os desfiles cívicos foram substituídos por passeatas como consequência do repúdio à ação militar dos anos anteriores.

Em 1979 - nova substituição na diretoria da Escola, assumindo a prof. Lúcia Helena Borges Carvalho, que permaneceu no cargo por cerca

de um ano. Neste ano houve a comemoração do jubileu de ouro da Escola.

Em 1980 tomou posse como diretora a prof^a. Sânia Mameri Ferreira. Data desta época as eleições diretas para os cargos de diretor e vice-diretor da Escola.

No período compreendido entre 1985 e 1989 a diretoria da Escola esteve a cargo da prof^a. Arlete Lopes. De 1989 até 1997 a prof^a. Dilma Segatto dirigiu a escola. Na sua gestão foi criada a associação da escola, por iniciativa de um grupo de ex alunos liderados pelo Dr. Adib Jatene. Em 1997 sendo nomeada para ocupar o cargo de superintendente regional de ensino, a prof^a. Dilma transferiu o cargo para a prof^a. Iolanda de Leva Bernardes, que permanece na direção.

Vale destacar que várias ações visando a manutenção da qualidade do ensino, foram empreendidas por estas diretoras nos últimos anos. E apesar das grandes dificuldades ocasionadas pela deficiência política do ensino público, praticada pelos últimos governos, a Escola Estadual Uberlândia tem cumprido seu papel com dignidade.

Parabéns a toda comunidade que ao longo destes 70 anos, edificaram esta grandeza.

ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 0.5.6.0.

R E G I M E N T O E S C O L A R

UBERLÂNDIA - MINAS GERAIS

ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 0.5.6.D.

flB

REGIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 0.5.6.D.
CONFORME RESOLUÇÃO 146/72 DE 22.06.72 DO CONSELHO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO E DETERMINAÇÕES DA LEI 5 692 DE 11.08.71 QUE
FIXA AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Uberlândia - 0.5.6.D., com sede em Uberlândia, Minas Gerais, localizada à Praça Adolfo Fonseca nº 141, foi criada pelo Decreto-Lei nº 8 958 de 03 de janeiro de 1 929 pelo Governo do Estado.

Ministra ensino de 1º (5ª a 8ª séries) e de 2º graus , conforme disposição da Lei nº 5 692 de 11 de agosto de 1 971.

Recebeu as seguintes denominações: Gynnasio Mineiro de Uberabinha, com matrícula inicial de 97 (noventa e sete) alunos; Ginásio Mineiro de Uberlândia (outubro de 1 929); Colégio Estadual de Uberlândia (1 944); Escola Estadual Uberlândia - 0.5.6.D. (1 973).

Em 14 de dezembro de 1 964, foi criado pela Lei nº 3 282, o Curso Normal Oficial e o Grupo Escolar Anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia. O Grupo Escolar, recebera anteriormente as seguintes denominações: Classes Anexas à Escola Estadual Normal do Colégio Estadual de Uberlândia e Escolas Reunidas Anexas ao Colégio Estadual de Uberlândia.

Em 1 965 foi construído um prédio na Praça Tubal Vilela nº 76 que passou a atender maior número de alunos sob a mesma Direção.

Em 1 972 para atender a 5 980 alunos, foi alugado um prédio à rua Tiradentes nº 77, com 12 salas de aulas.

A partir de 1 973, foi implantado gradativamente a reforma do ensino, de acordo com a lei 5 692 de 11 de agosto de 1 971.

A população estudantil, não comportada por estes quatro prédios, se distribuiu em mais 5 (cinco) Grupos Escolares, localizados em diferentes lugares da cidade, em regime noturno (classes de 1º grau de 5ª a 8ª séries) e com a denominação de Classes Anexas ao Colégio Estadual de Uberlândia.

Em 1 973, por ato do Sr. Governador do Estado, através do Decreto nº 15 249, de 09 de fevereiro de 1 973, as Classes Anexas

AB3

desvincularam-se do Colégio Estadual de Uberlândia e passaram a integrar os Grupos Escolares onde funcionavam, completando o Ensino de 1º Grau (1ª a 8ª série). Neste ano o prédio da Praça Adolfo Fonseca nº 141 (sude) passou por completa reforma, sendo inauguradas as novas instalações no dia 06 de junho de 1973.

O prédio da Praça Tubal Vilela nº 76, passou também a constituir-se unidade independente, de 1º grau, através do Decreto nº 15 240 de 09.02.1973, integrando-se à Escola Estadual "Bueno Brandão - 1º Grau".

Em 1974, o curso Normal Oficial e o Grupo Escolar Anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia passaram a denominar-se Escola Estadual Anexa à Escola Estadual Uberlândia T.1.2.

Em 1975, a Escola Estadual Uberlândia - 0.5.6.D., funcionou atendendo alunos da 1º e 2º graus, em todas as séries, nos prédios situados à Praça Adolfo Fonseca nº 141, à Rua Duque de Caxias nº 50, (prédio cedido), na Unidade Escolar "Messias Pedreira", Bairro Erlan e à Praça Dr. Duarte nº 33.

Ainda em 1975, pela resolução nº 1 410/75 S.E.E., a Escola Estadual Uberlândia - 0.5.6.D., recebeu autorização para ministrar as habilitações profissionais, a nível do 2º grau: Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas e Desenhista de Decoração.

Em 1977, por não atender mais as solicitações do mercado de trabalho, a Escola deixou de ministrar habilitação Desenhista de Decoração.

Em 1980 a Escola Estadual Anexa à Escola Estadual Uberlândia T.1.2. passou a constituir-se unidade independente com a denominação de Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães 1.2.0.B. pelo Decreto nº 20 870 de 10.10.80.

Em 1984, o Curso de Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas foi extinto, passando a Escola a oferecer o Curso de 2º grau sem habilitação e o 2º grau com habilitação em Magistério.

Atualmente funciona em dois prédios: um próprio, do Estado à Praça Adolfo Fonseca - 141, e outro em prédio cedido pela Prefeitura Municipal (turno noturno), sito à Praça Dr. Duarte, 58.

TÍTULO I
DOS FINS E OBJETIVOS

CAPÍTULO I
DOS FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 1º - A Educação Nacional, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivos de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a qualquer preconceitos de classe ou de raça.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO

Art. 2º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao Educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Art. 3º - O ensino do 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e método, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.

Art. 4º - O ensino do 2º grau destina-se à formação integral do adolescente.

Nº 3

**CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA ESCOLA**

Art. 5º - Tendo em vista os fins da Educação Nacional os objetivos específicos desta Escola são:

- a) possibilitar ao educando oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;
- b) favorecer atividades destinadas a afeiçoar o aluno ao trabalho;
- c) promover estudos visando a adequação de novos métodos à situação ensino-aprendizagem;
- d) manter o intercâmbio comunidade-escola, dando oportunidade à integração do aluno no seu meio físico e social.

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**CAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO
SEÇÃO I
DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 6º - A estrutura organizacional da Escola será composta pela Direção Geral, Vice-Direção, Secretaria, Serviços Pedagógicos, instituições docentes e discentes, órgão colegiado.

Art. 7º - A direção e a administração geral da Escola Estadual Uberlândia - 1º e 2º Graus, estará constituída por um Diretor Geral e tantos vice-Diretores quantos permitirem os dispositivos legais que regem a matrícula.

**SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA**

Art. 8º - Compete ao Diretor:

- I - Convocar e dispensar servidores para compor o Quadro de Pessoal da Escola, obedecidas as normas legais vigentes;

- 106
- II - Estabelecer um horário de funcionamento da respectiva unidade de ensino e o horário de trabalho dos servidores;
 - III - Lavrar e encaminhar para registro os atos relativos à vida funcional dos servidores, inclusive termo de posse;
 - IV - Aplicar pena de repreensão aos professores, especialistas da educação e demais servidores em exercício na Escola e recorrer à Diretoria do DRE sempre que aplicar essa penalidade, após ouvir o Colegiado;
 - V - Indicar entre os professores os Vice-Diretores na forma da legislação em vigor;
 - VI - Superintender a disciplina escolar;
 - VII - Promover eleições dos membros do Colegiado, que por esse processo devem integrá-lo, anualmente, na Assembléia Geral do ano;
 - VIII - Convocar as reuniões do Colegiado, presidi-las e fazer executar resoluções nelas tomadas;
 - IX - Assinar ou visar os quadros de freqüência, bem como despachar todos os papéis que lhes forem sujeitos;
 - X - Expedir circulares relativas aos direitos e deveres dos professores, alunos e funcionários e às atividades gerais da Escola;
 - XI - Representar o estabelecimento perante as autoridades constituidas, órgãos oficiais e solenidades cívicas;
 - XII - Organizar o Quadro de Pessoal da respectiva unidade Estadual de Ensino, observada a legislação;
 - XIII - Ordenar as despesas de pronto pagamento dentro das verbas consignadas à Escola e prestar contas aos órgãos competentes, na forma e prazos por este fixados;
 - XIV - Organizar a esca de férias de todo o pessoal da Diretoria, e funcionários administrativos;
 - XV - Rescindir contratos de locação de prédios, destinados ao uso da respectiva Unidade Estadual de Ensino;
 - XVI - Tomar em casos graves e urgentes, as medidas indicadas pelas circunstâncias, embora não previstas neste Regimento, dando imediata ciência ao órgão competente;
 - XVII - Ter sempre em vista, no exercício de suas funções, a finalidade educativa da Escola, velando pela fiel observância da leis e deste Regimento.

Art. 9º - Compete ao Vice-Diretor:

- I - Auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções;
- II - Substituir o Diretor em seus impedimentos e faltas eventuais, investindo-se da autoridade a ele atribuída;
- III - Aplicar as sanções disciplinares de sua competência, previstas neste Regimento, ao corpo discente de seu turno;
- IV - Velar pela assiduidade dos professores, funcionários administrativos e alunos, adotando as medidas disciplinares e cabíveis no caso de faltas não justificadas e nos casos de desídia no cumprimento do dever, cientificar o Diretor;
- V - Enviar ao Departamento de Pessoal os pontos de freqüência dos funcionários e professores do seu turno, deviamente assinados;
- VI - Supervisionar a disciplina escolar e fazer observar os preceitos da boa ordem e dignidade entre os membros dos corpos docente e administrativo de seu turno;
- VII - Distribuir o pessoal administrativo de acordo com as conveniências do serviço;
- VIII - Organizar o horário das disciplinas e atividades do Estabelecimento em seu turno de trabalho;
- IX - Acompanhar as atividades sociais, culturais, cívica e esportivas dos alunos em seu turno;
- X - Participar das reuniões do Colegiado, quando convocado;
- XI - Organizar reuniões, com os professores de seu turno, para avaliação do trabalho realizado;
- XII - Tomar, em casos graves e urgentes, as medidas indicadas pelas circunstâncias, embora não previstas neste Regimento, dando imediata ciência ao Diretor;
- XIII - Exercer as demais atribuições que lhe couberem, nos termos do Regimento e quaisquer outras que decorrerem da natureza do cargo;
- XIV - Ter sempre em vista, no exercício de suas funções, a finalidade educativa da Escola, velando pela fiel observância das leis deste Regimento.

CAPÍTULO II
DO COLEGIADO
SEÇÃO I
DAS FINALIDADES

Art. 10º - O Colegiado como instrumento auxiliar de administração, terá funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos de vida da escola, bem como nos que se referem ao relacionamento entre a escola e a comunidade e terá por finalidade:

- a) viabilizar a prática democrática, através da participação da comunidade escolar;
- b) criar condições que assegurem a unidade da ação pedagógica no âmbito da escola;
- c) promover a integração da comunidade e escola, para que esta corresponda às exigências sociais.

SEÇÃO II
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 11º - O Colegiado da Escola Estadual Uberlândia será constituído pelos elementos componentes do corpo técnico-administrativo e técnico-pedagógico eleitos anualmente:

- a) Diretor;
- b) 1 Vice-Diretor eleito pelos seus pares;
- c) 1 Supervisor Pedagógico eleito pelos seus pares;
- d) 1 Orientador Educacional eleito pelos seus pares;
- e) Secretaria Geral e mais um elemento da Secretaria eleito pelos seus pares e Tesoureiro da Caixa Escolar;
- f) Professores efetivos de 1º e 2º graus, eleitos na proporção de um (1) para cada grupo de cinco (5) ou fração por área;
- g) Professoras contratados de 1º e 2º graus, eleitos na proporção de um (1) para cada grupo de cinco (5) ou fração por área;
- h) Contínuos Serventes efetivos eleitos na proporção de um (1) para cada grupo de cinco (5);
- i) Contínuos Serventes contratados eleitos na proporção de um (1) para cada grupo de cinco (5);
- j) Um Assistente de Turno eleito pelos seus pares;

Nº 3

k) Pais e alunos, três (3) por turno eleitos pelos seus pais, sendo que no Curso Noturno haverá mais 3 para a representação das salas que funcionam no prédio anexo;

l) Alunos do 1º e 2º graus cinco (5) por turno eleitos entre os representantes pelos seus pais sendo que haverá mais 5 no 2º grau para representação de alunos do prédio anexo;

Art. 12º - A presidência do Colegiado caberá ao Diretor com direito ao voto Minerva. Este voto será dado em caso de empate nas deliberações.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na falta ou impedimento do Diretor caberá a presidência ao membro do Colegiado com maior tempo de atuação na Escola; com direito apenas ao voto de Minerva como presidente.

Este membro deverá pertencer ao Quadro do Magistério,

Art. 13º - Os demais elementos da comunidade escolar poderão participar das reuniões do Colegiado sem direito à voto.

Art. 14º - Caso um membro seja afastado por qualquer motivo, a vaga do seu lugar deverá ser preenchida pelo par mais votado na escala a que pertence.

§ 1º - O afastamento provisório ou definitivo do Colegiado, deverá ser solicitado pelo membro em questão, através de ofício, encaminhado ao presidente, justificando os motivos dessa iniciativa.

§ 2º - Os pedidos de afastamento provisório e demissão deverão ser arquivados em pasta própria, após analisados e deferidos pelo presidente.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 15º - Compete ao Colegiado, entre outras as seguintes atribuições:

- a) estudar e propor ao Órgão competente medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino geral;
 - b) estudar e aprovar modificações no Regimento Escolar dentro do prazo de legislação vigente;
 - c) decidir as penalidades disciplinares, quando solicitadas pela Direção cuja competência lhe é atribuída por esse Regimento e aplicá-las quando for o caso;
 - d) analisar e aprovar os currículos e calendários a nível de estabelecimento, de acordo com as normas previstas na legislação vigente;
 - e) deliberar quanto à melhor forma para o cumprimento do Módulo 2;
 - f) analisar e aprovar os planos de assistência ao educandário propostos pela Caixa Escolar;
 - g) apreciar a prestação de contas da Caixa Escolar, à vista do parecer emitido pelo Conselho Fiscal, encaminhando-a com seu parecer em seguida, à aprovação do Órgão competente;
 - h) propor medidas para conservação, restauração e ampliação do prédio escolar;
 - i) encaminhar parecer ao órgão competente, caso o Diretor deixe de cumprir os deveres que lhe são atribuídos;
 - j) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Diretor;
 - k) deliberar naquilo que lhe compete em grau de recursos;
 - l) resolver, os casos omissos no Regimento Escolar, dentro de sua competência;
 - m) referendar a indicação do vice-diretor;
 - n) pronunciar sobre dispensa de ofício do servidor, motivado por interesse do serviço;
- § 1º - Cada membro do Colegiado poderá propor, em seu próprio nome ou em nome de seus pares, tumbas para compor a pauta das reuniões mensais.
- § 2º - As resoluções do Colegiado serão tomadas pela maioria dos presentes através do voto.

SEÇÃO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 16º - O Colegiado reunir-se-á ordinariamente:

- a) uma vez por bimestre;
- b) semestralmente, em Assembléia Geral que constará do Calendário como dia letivo;

Art. 17º - O Colegiado reunir-se-á extraordinariamente:

- a) quando convocado pelo Diretor para fins previstos neste Regimento ou pela maioria absoluta de seus membros, à vista de requerimento dirigido a ele, com especificação do motivo da convocação;
- b) quando convocado pelo Diretor, sempre que este julgar necessário para a adoção de medidas de caráter excepcional.

Art. 18º - A convocação para reuniões ordinárias do Colegiado deve ser feita com antecedência mínima de 48 horas, através do ofício, nele constando sua pauta, e horário da primeira e segunda convocações.

Art. 19º - Somente se realizarão as reuniões que constarem com a presença da maioria de seus membros, em 1ª convocação e com 1/3 (um terço) de seus membros em segunda convocação, decorridos 30 (trinta) minutos do horário estabelecido da primeira convocação.

Art. 20º - O membro eleito que faltar a três reuniões consecutivas sem justificativa, perderá seu mandato com direito a substituto.

Art. 21º - As atas das reuniões serão lavradas, em livro próprio, pela Secretaria da Escola, ou, em seu impedimento, por um membro do Colegiado, com a aprovação da maioria dos presentes.

Art. 22º - Na ausência eventual do Diretor, a convocação de reuniões ordinárias do Colegiado deverá ser feita por um dos Vice-Diretores, membro do Colegiado.

CAPÍTULO III
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

103
Art. 23º - Os serviços administrativos serão executados pela:

- a) Secretaria
- b) Tesouraria e Contabilidade
- c) Serviços Gerais

SEÇÃO I
DA SECRETARIA

Art. 24º - A Secretaria terá por finalidade:

- a) a organização dos serviços de escrituração escolar;
- b) a execução e controle das normas administrativas da Escola.

Art. 25º - Os serviços da Secretaria serão executados por: um Secretário e tantos auxiliares quantos permitirem as disposições legais.

Art. 26º - Compete ao Secretário:

- I - Atender às solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento;
- II - Manter atualizada toda documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade;
- III - Realizar trabalhos de datilografia;
- IV - Responsabilizar-se, na área de sua competência, pelo cumprimento da legislação de ensino e disposições regimentais;
- V - Instruir, informar e decidir sobre expediente e escrituração escolar submetendo à apreciação superior os casos que ultrapassam sua área de decisão;
- VI - Zelar pela conservação de material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu setor de trabalho;
- VII - Desempenhar outras funções compatíveis com a natureza do cargo que lhe foram atribuídas pelo Diretor.

SEÇÃO II
DA TESOURARIA E CONTABILIDADE

Art. 27º - São atribuições do Tesourero e Contabilista:

- I - Estabelecer e manter um sistema de atualização física dos bens patrimoniais cadastrados, registrando as suas valorizações e apreciações;
- II - Exercer a tomada do inventário físico anual dos bens patrimoniais;
- III - Registrar a cessão, permuta e baixa de material permanente;
- IV - Proceder à coleta dos dados necessários à elaboração da proposta orçamentária do Estabelecimento;
- V - Participar da elaboração da programação financeira;
- VI - Efetuar o pagamento de despesas autorizadas;
- VII - Elaborar balancetes mensais e anuais.

Art. 28º - O número de funcionários para serviço de Tesouraria e Contabilidade será provido de acordo com a legislação em vigor.

SEÇÃO III
DOS SERVIÇOS GERAIS

Art. 29º - A Escola Estadual Uberlândia 1º e 2º Graus, terá os serviços de conservação e limpeza e zeladoria.

Art. 30º - Os funcionários dos serviços previstos no artigo anterior serão admitidos em consonância com as exigências legais.

Art. 31º - As atribuições do pessoal responsável pelos serviços gerais serão delegados pela Administração em conformidade com as necessidades do próprio Estabelecimento.

TÍTULO III
DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

CAPÍTULO I
DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
SEÇÃO I
DAS FINALIDADES

Art. 32º - O Serviço de Orientação Educacional tem por finalidade promover o ajustamento escolar, pessoal e social do aluno, através da orientação sistemática.

SEÇÃO II
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 33º - O Serviço de Orientação Educacional será composto por Orientador Educacional legalmente habilitado e recrutado na forma da Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: - A atuação do Serviço de Orientação Educacional far-se-á em harmonia com a Direção, Serviço de Supervisão, corpo docente, família e comunidade.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 34º - Compete ao Orientador Educacional:

- I - Planejar, executar e avaliar, sistematicamente, a ação educativa, juntamente com o corpo técnico-administrativo e docente da Escola;
- II - Participar efetivamente como elemento integrador das atividades educativas promovidas pela escola visando à melhoria qualitativa do ensino;
- III - Desenvolver um programa de atividades que facilite o crescimento pessoal, social e encaminhamento profissional do aluno;
- IV - Levantar as variáveis que interferem no processo ensino-aprendizagem e divulgar resultados de investigações relevantes, ao aprimoramento do processo como um todo;

- V - Promover o ajustamento pessoal do aluno visando melhorar sua produtividade nos estudos e domais situações através de orientação grupal e individual;
- VI - Orientar os professores na observação dos interesses e características gerais da personalidade dos alunos;
- VII - Orientar a montagem do fluxo escolar;
- VIII - Empenhar-se por uma crescente aproximação entre a família e a Escola;
- IX - Facilitar o bom relacionamento entre escola e comunidade;
- X - Desincumbir-se de todas as atividades que, por sua natureza se situam no âmbito da sua competência.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
SEÇÃO I
DAS FINALIDADES

Art. 35º - O Serviço de Supervisão tem por finalidade planejar, controlar e avaliar as atividades pedagógicas desenvolvidas no Estabelecimento.

SEÇÃO II
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 36º - O Serviço de Supervisão será constituído por Supervisor Pedagógico, legalmente habilitado e recrutado na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: - A atuação do Serviço de Supervisão dar-se-á em harmonia com a Direção, Serviço de Orientação Educacional, Coordenação do Ensino e corpo docente.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 37º - Compete ao Supervisor:

- I - Planejar, executar e avaliar sistematicamente a ação pedagógica juntamente com o corpo técnico administrativo e docente;
- II - Assistir as atividades docentes, visando a manutenção de padrões de desempenho e correção de possíveis desvios.

- III - Organizar, executar e divulgar as pesquisas e experiências pedagógicas;
- IV - Rever, anualmente, o Plano Curricular e o Calendário Escolar;
- V - Orientar o trabalho docente, colaborando na elaboração de instrumentos e sua aplicação, fazendo o estudo e o registro dos resultados;
- VI - Orientar e organizar cursos de atualização para o corpo docente;
- VII - Promover reuniões, orientando os trabalhos dos coordenadores do ensino;
- VIII - Desincumbir-se de outras atividades que por sua natureza recaiam no âmbito de sua competência.

CAPÍTULO III
DO SERVIÇO DE COORDENAÇÃO
SEÇÃO I
DAS FINALIDADES

Art. 38º - O Serviço de Coordenação terá por finalidade planejar, controlar e avaliar as atividades docentes em cada disciplina.

PARÁGRAFO ÚNICO: A atuação do Serviço de Coordenação se dará em harmonia com a Direção, Serviço de Supervisão Pedagógica, Serviço de Orientação Educacional e corpo docente.

SEÇÃO II
DA CONSTITUIÇÃO

Art. 39º - O Serviço de Coordenação será composto por elemento legalmente habilitado e escolhido pelos professores do mesmo conteúdo curricular e de conteúdos afins, obedecendo a legislação vigente.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA

Art. 40º - Compete ao Coordenador do Ensino:

- I - Orientar o corpo docente, em sua disciplina, em relação ao Planejamento do curso, bimestral e da unidade;

- MFB
- II - Visar, ao final de cada bimestre, os diários do classe;
 - III - Orientar o professor na elaboração dos testes e trabalhos de avaliação;
 - IV - Analisar, junto com o professor, o resultado do rendimento escolar do aluno;
 - V - Acompanhar a execução dos planejamentos e sugerir re-planejamento quando necessário;
 - VI - Estabelecer, junto com o professor, critérios para a seleção de pré-requisitos a serem trabalhados quando for necessário;
 - VII - Fazer análise do livro didático a ser adotado na disciplina, junto ao professor;
 - VIII - Estabelecer, com o professor, os horários do planejamento na Escola e acompanhar a sua aplicação;
 - IX - Desincumbir-se de outras atividades que por sua natureza recaiam no âmbito da sua competência.

CAPÍTULO IV DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS COMPLEMENTARES

Art. 41º - Os serviços pedagógicos complementares estimularão a melhoria da situação ensino-aprendizagem na Escola, através de assistência ao corpo docente.

Art. 42º - Os serviços pedagógicos funcionarão ou poderão funcionar, organizados e constituídos na própria Escola, ou mediante convênios ou contratos com outras entidades, serviços e instituições de acordo com a Direção do Estabelecimento.

Art. 43º - Os serviços pedagógicos complementares estarão vinculados ao serviço de Supervisão e Coordenação.

SEÇÃO I DA BIBLIOTECA

Art. 44º - A Biblioteca, órgão auxiliar e integrante no processo educacional, terá como finalidade dar assistência aos corpos docente e discente, na pesquisa bibliográfica.

Nº 3

Art. 45º - A Biblioteca será constituída com recursos provenientes do Estado, da própria Escola ou por doação de terceiros.

Art. 46º - A organização e funcionamento da Biblioteca serão determinados pela Direção do Estabelecimento atendendo às necessidades da Escola.

Art. 47º - A contratação de funcionários especializados para o trabalho na Biblioteca, e a determinação das respectivas atribuições obedecerá a legislação vigente.

Art. 48º - À Bibliotecária compete:

- I - Organizar os catálogos e os fichários;
- II - Zelar pela conservação do acervo bibliotecário;
- III - Manter em dia o registro de obras recebidas;
- IV - Classificar e catalogar o material bibliográfico;
- V - Fornecer aos alunos e professores o acervo bibliotecário necessário a seus trabalhos escolares;
- VI - Fazer o levantamento mensal do movimento de consultas;
- VII - Orientar e dirigir o movimento de consultas;
- VIII - Levantar o inventário das obras;
- IX - Orientar as atividades do aluno na sala de leitura;
- X - Zelar pelo uso adequado de todo o material da Biblioteca, mantendo-o em condições de utilização permanente e controlar rigorosamente o empréstimo de todo o material da Biblioteca.

TÍTULO IV
DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO
CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES

Art. 49º - O serviço de assistência ao educando terá por finalidade prestar assistência ao aluno carente, com vistas a assegurar condições de eficiência escolar e colaborar para o satisfatório funcionamento da escola.

CAPÍTULO II
DAS INSTITUIÇÕES

Art. 50º - O Estabelecimento, juntamente com a comunidade escolar, manterá:

- I - A Caixa Escolar regida por regulamento próprio, cujo funcionamento se dará em conformidade com a legislação vigente;
- II - Cantina Escolar que será subordinada ao Regimento da Caixa Escolar;
- III - Associação de pais e mestres.

SEÇÃO II
DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

Art. 51º - O atendimento a alunos em situação especial terá por finalidade solucionar as necessidades particulares dos alunos, previstas em legislação específica (Decreto-Lei nº 1 044 de 24/10/69; Lei nº 6 202 de 17/04/75; Decreto nº 69 450 de 01/11/71 e Lei nº 715 de 01/07/69).

SEÇÃO III
DO APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL

Art. 52º - Esta Escola incentivará o aperfeiçoamento do pessoal do magistério e administrativo empregando-se junto aos órgãos competentes no sentido de propiciar as condições para o referido aperfeiçoamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Tal aperfeiçoamento será feito através de cursos, desde que não venham prejudicar as atividades normais da Escola.

SEÇÃO IV
DO ESTÁGIO CURRICULAR

Art. 53º - O Estágio Curricular é obrigatório para as habilitações profissionais de 2º grau oferecidas por esta Escola.

Art. 54º - O exercício comprovado de ocupação corresponde à habilitação cursada pelo aluno, desde que por tempo igual ou superior ao previsto para o respectivo estágio curricular, pode ser considerado a ele equivalente.

103
Art. 55º - A carga horária destinada ao estágio curricular no ensino de 2º grau, é fixada pela Escola de acordo com a natureza e os objetivos da habilitação, observado o mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária mínima fixada para as matérias profissionalizantes.

Art. 56º - O estágio curricular só poderá ser realizado após cumprido, pelo menos, 2/3 (dois terços) da carga horária mínima fixada para as matérias profissionalizantes da respectiva habilitação.

Art. 57º - O aluno do curso profissionalizante que não tiver cumprido o estágio curricular, no decorrer do mesmo terá o prazo máximo de 2 (dois) anos para fazê-lo.

TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA DO ENSINO

Art. 58º - O ensino de 1º grau desta Escola compreende apenas as quatro últimas séries (5ª a 8ª) com duração mínima de 750 horas.

Art. 59º - O ensino de 2º grau terá a duração mínima de 2 520 horas para o curso sem habilitação, 2 820 horas para o curso de Magistério de 3 (três) séries e 3 570 horas para o curso de Magistério de 4 (quatro) séries.

Art. 60º - Será adotado o regime anual em atendimento às peculiaridades da Escola, observada a legislação em vigor.

Art. 61º - Na organização do tempo escolar, no ensino de 1º e 2º graus, serão observados:

- I - Ano letivo de 180 (cento e oitenta) dias para 5ª a 8ª séries e 2º grau;
- II - Semana letiva de 5 (cinco) dias;
- III - 750 horas anuais de atividades, mínimo, para 5ª a 8ª séries;

- MB
- IV - 840 horas de atividades, no mínimo, nas 3 (três) séries do 2º grau, sem habilitação;
 - V - 870 horas de atividades, no mínimo para o curso profissionalizante do Magistério (Professor do Pró e la a 4º série);
 - VI - 25 (vinte e cinco) aulas semanais para as quatro últimas séries do 1º grau;
 - VII - 28 (vinte e oito) aulas semanais para o 2º grau sem habilitação;
 - VIII - 29 (vinte e nove) aulas semanais para o 2º grau com habilitação de Magistério;
 - IX - Aulas com duração de 50 (cinquenta) minutos, permitida a conjugação de dois módulos, exceto para as aulas da Educação Física.

Art. 62º - A organização das classes se fundamentará em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo da aprendizagem, resguardadas as determinações legais vigentes.

TÍTULO V
 DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA
 CAPÍTULO I
 DA ESTRUTURA DO ENSINO
 CAPÍTULO II
 DOS CURRÍCULOS E PROGRAMAS
 SEÇÃO I
 DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR

Art. 63º - Os currículos terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais, aos planos do estabelecimento e às diferenças individuais do aluno.

Art. 64º - As matérias e os conteúdos específicos serão relacionadas em quadro anexo a este Regimento, devendo a elaboração do mesmo obedecer a legislação específica.

- Art. 65º - Os objetivos das matérias e do Processo Educativo em geral, ajustar-se-ão aos fins estabelecidos em Lei visando:
- I - Em Português, ao cultivo da linguagem que enseje ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica da sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa como expressão da Cultura Brasileira;
 - II - Em Estudos Sociais, ao ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento.
 - III - Ciências, ao desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico e de suas aplicações;
 - IV - Em Matemática, ao desenvolvimento do raciocínio lógico, a partir do desenvolvimento de habilidades de observação, relação, reflexão, análise e síntese que permitam ao educando uma melhor visão do mundo.
 - V - A preparação para o trabalho, tem como objetivo maior a formação integral do aluno, e será ministrada sob a forma de atividades destinadas a afeiçoá-lo ao trabalho.

SEÇÃO II DOS PROGRAMAS

Art. 66º - Sempre que a experiência o indicar, e com a finalidade de atender às conveniências didático-pedagógicas, os programas poderão sofrer reajustamentos, adaptando-se ao nível do desenvolvimento dos alunos e à evolução do meio social.

Art. 67º - Caberá aos professores, a adaptação dos programas, assistidos pela Supervisão Pedagógica e Coordenação.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a efetivação de medida e visando concorrer para a real execução dos programas propostos, deverá o Serviço de Supervisão e Coordenação incentivar a realização de atividades, tais como: excursões, visitas a museus e indústrias, entrevistas, promoção de feiras e exposições e outras.

JB

TÍTULO VI
 DO REGIME ESCOLAR
 CAPÍTULO I
 DO ANO LETIVO
 SEÇÃO I
 DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 68º - O Calendário Escolar será elaborado pela Escola, devendo o Colegiado conjugar os interesses dos diversos grupos da comunidade escolar.

Art. 69º - O Calendário desta Escola tem por finalidade, a provisão dos dias letivos e períodos destinados à realização das atividades curriculares que são:

- a) o ínicio e término do ano escolar;
- b) os dias letivos;
- c) os dias destinados à realização das Assembléias da Comunidade Escolar;
- d) os períodos destinados à chamada escolar e à matrícula;
- e) os períodos de planejamento e reciclagem dos professores;
- f) os períodos destinados aos estudos de recuperação;
- g) os recessos, os feriados e as férias;
- h) as programações culturais, cívicas e pedagógicas da Escola e do Município.

§ 1º - O Calendário Escolar será encaminhado à DRE, 60 dias antes do início do período letivo.

§ 2º - A especificação referida deverá resguardar os mínimos relativos à duração do ano letivo e carga horária anual.

CAPÍTULO II
 DA MATRÍCULA

Art. 70º - A matrícula será feita por séries nos períodos previstos no Calendário Escolar, observadas as exigências legais.

Art. 71º - É assegurado ao aluno o direito à renovação automática da matrícula, no mesmo grau, devendo o pai ou responsável - vol ou o maior de 18 anos, confirmá-la, os quais deverão tomar conhecimento do teor deste Regimento.

Art. 72º - Terá sua matrícula cancelada o aluno que sem justificativa deixar de comparecer à Escola até o 10º dia letivo.

PARÁGRAFO ÚNICO: Antes de efetuar o cancelamento da matrícula nos termos do artigo anterior, a Direção desta Escola tomará as providências cabíveis para levar o aluno e seus responsáveis ao cumprimento da obrigação escolar.

Art. 73º - A matrícula não será aceita ou poderá ser cancelada em qualquer época do ano por iniciativa da direção do estabelecimento ou do responsável pelo aluno, quando:

- I - Ficarem comprovadas, através de laudo médico, condições inadequadas de sanidade física e mental do aluno;
- II - For obtida através de documentos falsos, ou decorrentes de má fé, caso em que o responsável ficará ainda sujeito à responsabilidade civil e penal;
- III - O aluno praticar infrações graves devidamente comprovadas após ouvir o Colegiado.

Art. 74º - Esta Escola divulgará por todos os meios possíveis o Edital de matrícula, nos termos da legislação em vigor.

Art. 75º - Em casos excepcionais, a critério da diretoria, poderão ser aceitas matrículas, fora do período previsto no Calendário Escolar.

Art. 76º - A aceitação da matrícula do aluno transferido de outra habilitação profissional na mesma escola, será permitida em qualquer época do ano.

§ 1º - No ensino do 2º grau, a aceitação da matrícula fica condicionada à existência de vaga.

§ 2º - A matrícula do aluno transferido deve ser efetivada observando-se as normas estabelecidas pelo Sistema de Ensino e as determinações deste Regimento.

Art. 77º - Será permitida a matrícula no ensino do 2º grau do aluno que haja concluído, com aprovação integral, no ensino de 1º grau em estabelecimento regularmente criado, instalado, autorizado e reconhecido, ou ainda, mediante certidão da concussão de estudos equivalentes, legalmente reconhecidas.

Art. 78º - Poderá matricular-se na série conveniente, sem Histórico Escolar, o candidato que dentro da faixa etária de obrigatoriedade escolar, haja alcançado, por via não sistemática, preparo suficiente para continuação do ensino de 1º grau.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aluno poderá matricular-se em qualquer das séries iniciais até a 5ª, desde que não ultrapasse, de um ano a série correspondente à sua idade, e após avaliação procedida pela escola em que se matricular.

Dependência
Art. 79º - Esta Escola admitirá que o aluno seja matriculado com dependência de um ou dois conteúdos curriculares, na 7ª e 8ª séries do 1º grau e a partir da 2ª série do 2º grau, desde que preservada a seqüência do currículo.

§ 1º - No ensino do 1º grau é vedada a dependência em Português, Matemática e Educação Física.

Art. 80º - No regime de dependência, fica o aluno sujeito à mesma carga horária anual, e às formas de verificação do rendimento escolar e dos estudos de recuperação, previstos neste Regimento Escolar, para o conteúdo do que depende.

Art. 81º - É vedada a matrícula no ensino do 2º grau ao aluno com dependência de 1º grau.

Art. 82º - A primeira matrícula do aluno nesta Escola será instruída com a apresentação dos seguintes documentos:

- I - Xerox certidão do registro civil;
- II - Histórico ou declaração escolar (com validade de 30 dias);
- III - Atestado médico, para fins da Educação Física;
- IV - 1 foto 3x4.

Art. 83º - Em nenhuma hipótese será negada matrícula por motivo de raça, sexo, condição social, convicção política e religião.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta Escola admitirá a matrícula do aluno reprovado em até dois conteúdos curriculares da última série do ensino do 1º grau ou do 2º grau, para cursar durante todo o ano, apenas estes conteúdos.

Art. 84º - Quando o nº de candidatos for superior ao nº de vagas, esta Escola atenderá prioritariamente:

- os filhos de professores e especialistas da Rede Estadual de Ensino, do funcionários públicos estaduais e ex-combatentes;
- os alunos carentes de recursos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Colegiado, desta Escola estabelecerá os critérios que asseguram o cumprimento do disposto na alínea "b" deste artigo.

Art. 85º - Para matrícula no 2º grau, esta Escola exigirá comprovante de conclusão do ensino de 1º grau ou de estudos equivalentes.

CAPÍTULO III DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 86º - A transferência do aluno de um para outro estabelecimento de ensino, far-se-á pelo núcleo comum, com observância de princípios e normas fixadas em Lei, e será permitida em qualquer época do ano.

Art. 87º - A transferência será requerida pelo aluno, se maior ou pelo seu responsável, quando menor.

Art. 88º - Na concessão da transferência não será exigida declaração de vaga.

Art. 89º - Esta Escola aceitará transferência dependendo da existência de vaga.

Art. 90º - Será vedada a transferência de aluno sujeito a estudos de recuperação, salvo nas hipóteses de mudanças para outro município ou de desistência de recuperação para repetição de série.

Art. 91º - Do Histórico Escolar destinado à transferência constarão:
 I - Identificação do Estabelecimento;
 II - Identificação do aluno;
 III - Currículos das séries ou períodos concluídos;

- 103
- IV - Resultados de aproveitamento em escala numérica de 0 a 100 pontos;
 - V - Horas de trabalho escolar efetivamente ministradas;
 - VI - Número de faltas por matérias;
 - VII - Declaração expressa de aprovação, reaprovação, dispensa ou recuperação;
 - VIII - Assinatura do Diretor e do Secretário.

Art. 92º - Será vedada a matrícula sem apresentação da documentação de transferência.

PARÁGRAFO ÚNICO: Excepcionalmente, esta Escola aceitará a matrícula mediante apresentação de Declaração provisória de transferência, válida somente por 30 dias.

Art. 93º - As transferências de alunos de escolas do estrangeiro aplicam-se as disposições legais vigentes.

CAPÍTULO IV DA FREQUÊNCIA

Art. 94º - A freqüência será apurada a partir da data da efetivação da matrícula e para efeito de promoção, o aluno deverá cumprir o mínimo estabelecido pela legislação vigente..

Art. 95º - O processo de apuração da assiduidade ficará a cargo dos professores, que deverão fazer o registro diário da freqüência dos alunos nos Diários de Classe, que deverão ser transcritos pelo Secretário na ficha individual do aluno.

TÍTULO VII DA AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUA UTILIZAÇÃO DIDÁTICA CAPÍTULO I DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 96º - A avaliação do trabalho escolar visará especialmente, acompanhar o desenvolvimento do aluno e o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem.

Art. 97º - A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do rendimento e a apuração da assiduidade.

Art. 98º - A avaliação contínua do trabalho escolar do aluno, onde se observará a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, possibilitará a verificação:

- I - da adequação dos currículos ou a necessidade de sua reformulação;
- II - da validade dos recursos didáticos adotados;
- III - da necessidade de se adotarem medidas de recuperação;
- IV - do ajustamento psico-social do aluno;
- V - dos aspectos a serem reformulados no planejamento escolar.

Art. 99º - No início do ano letivo, far-se-á a diagnose da aprendizagem, cujo resultado servirá para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa.

Art. 100º - Os processos de avaliação deverão medir, de preferência, a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, as habilidades e automatismos adquiridos, evitada a aferição de dados apenas memorizados.

Art. 101º - Deverão participar de avaliação, todas as pessoas diretamente envolvidas no processo ensino-aprendizagem.

§ 1º - Vários instrumentos de medida poderão ser utilizados (testes, trabalhos individuais ou em equipes, observações e outros), devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico, adotado.

§ 2º - Os instrumentos de avaliação serão elaborados pelos professores, e com a participação do coordenador e supervisor de acordo com o currículo desenvolvido.

§ 3º - A auto-avaliação do aluno poderá ser adotada, por constituir instrumento importante ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem.

B

Art. 102º - A avaliação será contínua e cumulativa, devendo ser expressa em pontos e conceitos, para conhecimento dos alunos e seus responsáveis, ao final de cada bimestre letivo.

Art. 103º - Na avaliação do aproveitamento do aluno serão adotados:

- I - sistema de créditos cumulativos;
- II - atribuição de conceitos.

Art. 104º - Serão distribuídos 100 (cem) créditos anuais.

§ 1º - Os 100 (cem) créditos terão a seguinte distribuição:

1º bimestre - 20 (vinte) créditos

2º bimestre - 20 (vinte) créditos

3º bimestre - 30 (trinta) créditos

4º bimestre - 30 (trinta) créditos

O = 100
B - 80 a 99
R - 60 a 79
I abaixo de 60

§ 2º - Serão os seguintes os conceitos a serem distribuídos: Ótimo (O); Bom (B); Regular(R); Insuficiente (I).

§ 3º - A distribuição dos créditos de cada bimestre ficará a cargo dos professores, em conformidade com o supervisor pedagógico.

§ 4º - Nenhuma avaliação a que for submetido o aluno poderá ter o valor superior a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos do bimestre, exceção feita às disciplinas com apenas uma aula por semana.

§ 5º - Na distribuição dos créditos de cada bimestre deverá ser observada a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Art. 105º - Os conteúdos tratados sob a forma de disciplina, para efeito da promoção, considerar-se-á a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

Art. 106º - Os conteúdos tratados sob a forma de atividades e ou Projetos Integrados para efeito da promoção, considerar-se-á a avaliação por conceitos e apuração da assiduidade, na forma da lei.

B
 Art. 107º - Serão conjugadas na promoção do aluno a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

Art. 108º - Será considerado aprovado, por meio de créditos cumulativos, o aluno que alcance:

I - Freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) créditos acumulados em cada conteúdo específico;

II - Freqüência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) e inferior a 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento mínimo de 81% (oitenta e um por cento) dos créditos acumulados, em cada conteúdo específico.

PARÁGRAFO ÚNICO: O aluno que não alcançar os mínimos estabelecidos nos ítems I e II, mas com freqüência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), será submetido a estudos de recuperação.

Art. 109º - Esta Escola expedirá diplomas e certificados de conclusão de curso, após o cumprimento total do currículo e da respectiva carga horária, conforme as exigências legais.

Art. 110º - Não poderá ser expedido certificado de conclusão de curso ao aluno com dependência.

CAPÍTULO IV DOS ESTUDOS DE RECUPERAÇÃO

Art. 111º - Os estudos de recuperação tem por objetivos:

I - Rever e corrigir as distorções verificadas no processo ensino-aprendizagem;

II - Proporcionar ao aluno novas oportunidades de aprendizagem;

III - Corrigir e superar deficiências verificadas no desempenho escolar do aluno.

112º
Art. 112º - A Escola oferecerá novas oportunidades de aprendizagem, sob a forma de estudos de recuperação a serem realizados:

I - Ao longo do processo ensino-aprendizagem, conforme a organização didática adotada na área de estudos ou disciplina;

II - Ao final de cada semestre distribuídos em 08 dias, reservados para tanto no calendário escolar.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os estudos de recuperação terão uma duração mínima de 16 (dezesseis) dias de atividades letivas, previstas no Calendário Escolar.

Art. 113º - Aos alunos de freqüência insuficiente, serão propiciados ao longo do período letivo e nos momentos oportunos, atividades apropriadas ao desenvolvimento da aprendizagem programadas para o respectivo conteúdo curricular.

PARÁGRAFO ÚNICO: O desempenho satisfatório nas atividades a que se refere este artigo implicará compensação de faltas, com a devida ressalva nos registros escolares.

Art. 114º - Os estudos de recuperação em cada conteúdo curricular ministrados durante o período letivo, destinam-se a alunos de aproveitamento e freqüência insuficientes.

Art. 115º - Será promovido após os estudos de recuperação o aluno, que alcance:

I - A média anual mínima de 60 pontos e freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - O mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de freqüência nos conteúdos em que a assiduidade for requisito único para promoção.

Art. 116º - Para cada conteúdo curricular, objeto dos estudos de recuperação, serão destinados o mínimo de 20% da carga horária prevista para o conteúdo durante o período letivo, assim distribuídos:

I - 08 dias em cada semestre serão reservados aos estudos de recuperação;

16

II - O restante da carga horária será destinado à realização de atividades complementares, acompanhadas dos roteiros de orientação das atividades propostas, visando um melhor aproveitamento nos conteúdos curriculares e um desempenho satisfatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão atribuídos créditos / hora às atividades citadas no item II, desde que realizadas satisfatoriamente.

Art. 117º - Os resultados obtidos pelos alunos após os estudos de recuperação, serão consignados nos registros de sua vida escolar da seguinte maneira: anulando-se os pontos obtidos no semestre e considerando-se apenas os pontos obtidos nos estudos de recuperação.

Art. 118º - A Escola proporcionará após o cumprimento dos 180 dias letivos e os 16 (dezessete) dias de recuperação periódica aos alunos de 5^a a 8^a série do ensino de 1º grau e do ensino de 2º grau, que obtiveram durante o ano letivo, 40% (quarenta por cento) dos créditos, nova oportunidade em 02 conteúdos compreendendo duas etapas:

I - Na primeira, o aluno recebe com a orientação do professor, um roteiro de estudos e a indicação do material de trabalho e de pesquisa;

II - Na segunda, o aluno retorna à escola antes do início do ano escolar subsequente prévisível em calendário, para ser submetido a avaliação final, no valor de 100 créditos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Será promovido após a nova oportunidade, o aluno que obtiver o mínimo de 60 créditos.

Art. 119º - Compete aos Conselheiros de Classe relacionar os alunos em situação especial, que devem ser submetidos a essa nova oportunidade, bem como aprovar os planos de estudos elaborados pelos professores.

PARÁGRAFO ÚNICO: A ocorrência e decisões tomadas nos Conselhos de Classe serão registradas em atas.

Art. 120º - Nesta modalidade os resultados obtidos pelos alunos, serão consignados nos registros de sua vida escolar da seguinte maneira: anulando-se todos os créditos obtidos anteriormente e considerando-se apenas o resultado obtido em 2ª oportunidade.

Art. 121º - As atividades de recuperação terão a duração máxima correspondente a 06 (seis) horas aula por dia, observado o máximo de 13 (três) horas aula diárias por conteúdo.

Art. 122º - Os estudos de recuperação requerem o envolvimento e a participação efetiva de todo o pessoal em exercício na Escola.

Art. 123º - É vedada a recuperação de alunos estranhos ao estabelecimento, salvo nos casos de comprovada mudança de município.

CAPÍTULO V DAS ADAPTAÇÕES

Art. 124º - O ajustamento de estudos de alunos procedentes de outra escola, com currículo diverso do estabelecido neste Regimento, efetuar-se-á de forma que o prosseguimento dos estudos se processasse satisfatoriamente para seu aproveitamento.

Art. 125º - A adaptação do aluno ao novo currículo, tem o objetivo de ajustá-lo ao plano de estudo desta Escola e far-se-á mediante um dos seguintes processos conforme o caso:
 I - Aproveitamento de estudos;
 II - Complementação de estudos;
 III - Suplementação de estudos.

CAPÍTULO I DO PESSOAL DOCENTE E ADMINISTRATIVO

Art. 126º - O pessoal a serviço da Escola será constituído de docentes, Especialistas de Educação e Pessoal Administrativo.

Art. 127º - A admissão do pessoal ficará sujeito às exigências legais vigentes.

Art. 128º - O pessoal docente e administrativo terá seus direitos assegurados segundo a legislação pertinente, de acordo com o regime de sua admissão e ato que o regulou.

Art. 129º - Constituem deveres do pessoal docente e administrativo o desempenho de todas as atividades que, por sua natureza, sejam inerentes à função que exercem.

Art. 130º - Constituem deveres do pessoal docente:

- I - Elaborar e executar os programas, planos e atividades da Escola no que for de sua competência;
- II - Cumprir e fazer cumprir os horários e calendários escolares;
- III - Ocupar-se com zelo, durante o horário de trabalho, no desempenho das atribuições de seu cargo;
- IV - Manter e fazer com seja mantida a disciplina em sala de aula e fora dela;
- V - Comparecer às reuniões para as quais for convocado;
- VI - Participar de todas as atividades da Escola;
- VII - Manter-se pedagogicamente atualizado;
- VIII - Zelar pelo bom nome da unidade de ensino;
- IX - Respeitar alunos, colegas, autoridades de ensino, funcionários administrativos, de forma compatível com a missão de educador;
- X - Cumprir as atribuições específicas do cargo, relativas ao Módulo 2, conforme a legislação vigente.

Art. 131º - Constituem deveres dos serviciais:

- I - Acatar os ordens da direção do estabelecimento quanto ao horário e distribuição do serviço;
- II - Desempenhar tarefas do interesse do serviço, a critério da direção da Escola;
- III - Comportar-se com urbanidade e respeito no trato com o diretor, professores, alunos, pais e colegas;
- IV - Comparecer à reunião quando convocado pela direção;
- V - Apresentar-se decentemente vestido, limpo e calçado;
- VI - Receber e transmitir recados;
- VII - Zelar pela conservação do prédio, mobiliário escolar e material didático;

- MAB
- VIII - Colaborar na disciplina do estabelecimento;
 - IX - Prestar assistência especial aos alunos que, durante o período de aula, se ausentarem das classes;
 - X - Colaborar nas festas e solenidades promovidas pela Escola;
 - XI - Não tratar de assuntos estranhos ao serviço ou receber visitas durante o horário escolar;
 - XII - Atender com presteza às professoras, ao interesse da Escola;
 - XIII - Colaborar na distribuição da merenda escolar e auxiliar nos trabalhos de cantina, de acordo com as determinações do diretor;
 - XIV - Ao serviço designado pelo diretor para os trabalhos da cantina, incumbe preparar devidamente a merenda dos alunos;
 - XV - Zelar pela boa ordem e higiene da cozinha.

CAPÍTULO II DO PESSOAL DISCENTE

Art. 132º - O pessoal discente desta Escola, compreende todos os alunos matriculados nas diversas séries do curso.

Art. 133º - Constituem direitos do Pessoal Discente:

- I - Organizar e participar de associações e grêmios, com finalidade educativa, podendo votar e ser votado;
- II - Recorrer às autoridades escolares quando julgar prejudicados os seus direitos;
- III - Ser tratado com urbanidade e respeito por todo o pessoal da Escola;
- IV - Merecer assistência educacional de acordo com suas necessidades e as possibilidades da Escola;
- V - Pedir revisão de provas de recuperação, caso se sinta prejudicado, mediante requerimento ao diretor, num prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 134º - São deveres do Pessoal Discente:

- I - Contribuir, no que lhe couber, para o prestígio da Escola;

- 26
- II - Desempenhar, a contento, todas as atividades escolares em que se exigir a sua participação;
 - III - Abster-se de atos que pertubem a ordem, ofendam os bons costumes ou constituem desacato às Leis, às autoridades escolares ou aos Professores e Funcionários;
 - IV - Observar as normas regimentais do seu conhecimento ditadas pela Escola.

TÍTULO IX DAS INSTITUIÇÕES DOCENTES E DISCENTES

Art. 135º - Os membros dos corpos docente e discente se organizarão em associações, grêmios ou clubes, com finalidades específicas, que serão determinadas nos respectivos estatutos.

Art. 136º - As instituições terão atribuições sociais, culturais e recreativas que se destinam à consecução dos objetivos específicos da Escola.

Art. 137º - As instituições docentes terão como finalidade envolver os professores nos assuntos relativos aos alunos e à Escola, tendo em vista seu papel no processo ensino-aprendizagem e sua participação na comunidade escolar.

Art. 138º - As instituições discentes deverão oferecer oportunidades de socialização com a finalidade de desenvolver atividades de cooperação, iniciativa e senso de responsabilidade.

TÍTULO X DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 139º - Será aplicável pelo pessoal docente e administrativo o regime disciplinar com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e a consecução dos objetivos propostos.

Art. 140º - As penalidades a se aplicarem ao pessoal docente e administrativo serão as previstas na legislação pertinente, de acordo com o regime de admissão a que esteja submetido.

Art. 141º - As medidas de ressocialização a serem aplicadas quando necessárias, para o restabelecimento da disciplina guardarão restrita correspondência com as causas do comportamento do aluno e suas condições psicológicas, não devendo, preferentemente, assumir caráter punitivo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O uso dos estímulos positivos será preferível às medidas restritivas.

Art. 142º - Aos alunos serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I - Advertência oral;
- II - Advertência escrita;
- III - Suspensão de aulas de 01 a 03 dias, comunicando aos pais o motivo da mesma, quando se tratar de aluno menor.

Art. 143º - A aplicação de restrições mais rigorosas caberá ao Colegiado da Escola.

Art. 144º - Nos casos em que se fizer necessário o afastamento do aluno, a Direção da Escola deverá convocar os pais ou responsáveis para o conhecimento da situação em busca de soluções adequadas.

Art. 145º - Se a permanência do aluno na Escola for considerada inconveniente, o Colegiado poderá aplicar como penalidade máxima, a sua exclusão, por transferência, de acordo com a lei.

Art. 146º - É vedado ao Professor suspender o aluno de aula e aplicar-lhe penalidades físicas.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 147º - Das decisões da Escola, caberá recursos aos órgãos superiores.

Art. 148º - Os casos omissos neste Regimento Escolar serão resolvidos pela Direção e Colegiado da Escola em consonância com a legislação em vigor.

Escola Estadual Überlândia 1º e 2º Graus.
 Decreto de Criação nº 8958 de 03/01/1929
 Habilitação: Magistério de 1º Grau - 1ª à 4ª Séries.
 Grade Curricular e Carga Horária - Curso: 1º e 2º Graus.

	Disciplina	1973						
		Sér. 5ª	Sér. 6ª	Sér. 7ª	Sér. 8ª	Sér. 1ª	Sér. 2ª	Sér. 3ª
	Atividades	CH						
Educação Geral	Ling. Port. e L. t. Brasi.							
	Ling. Portuguesa	120	150	150	150	90	90	120
	Ed. Artística	30	-	-	-	30	-	-
	Geografia	90	60	60	60	60	-	-
	História	60	90	60	90	-	60	-
	Matemática	90	120	120	120	120	90	60
	Ciênc. e Prog. Saúde	-	90	90	120	90	-	-
	Biol. e Prog. Saúde	-	-	-	-	90	-	-
	Inglês	60	60	-	-	60	-	-
	E.M.C.	30	30	60	60	30	-	-
	Francês	-	-	60	60	-	-	-
	Ed. Física	60	60	60	60	60	60	60
	Ensino Religioso	30	30	30	30	30	-	-
Formação Especial	Est. Sociais	-	-	-	-	-	-	60
	Artes Plásticas	30	*	-	-	-	-	-
	Desenho	60	60	-	-	-	-	-
	Biologia	-	-	-	-	-	120	90
	Ciênc. Físicas e Biol.	-	-	-	-	-	120	60
	Psicologia	-	-	-	-	-	-	90
	Filosofia	-	-	-	-	-	-	240
	Didática T. Prát.	-	-	-	-	-	-	-
	Estrut. e Func. do Ens. de 1º Grau	-	-	-	-	-	-	90
	Estatística	-	-	-	-	-	-	60
	Total de horas anuais por Série:					780	600	

Uberlândia (MG) , 14 de Junho de 1977

Glaucia Santos Monteiro
 Diretora.

Leida Cândida dos Reis
 Sec. ria

Escola Estadual Uberlândia 1º e 2º Graus
 Decreto de Criação nº 8958 de 03/01/1929
 Curso: 1º e 2º Graus
 Habilitação: Magistério de 1º Grau - 1ª à 4ª Séries.
 Grade Curricular e Carga Horária

	Disciplina		1974					
	Área de Estudo	Sér. 5º	Sér. 6º	Sér. 7º	Sér. 8º	Sér. 1º	Sér. 2º	Sér. 3º
	Atividades	CH						
Educação Geral	Ling. Portuguesa	120		150	150	-	-	-
	Ling. Port. e Lit. Brasil.			-	-	90	60	-
	Ed. Artística	60		-	-	30	-	-
	Inglês	-		60	-	60	-	-
	Francês			60	60	-	-	-
	Geografia	90	90	-	90	60	-	-
	História	90	90	90	90	-	60	-
	E.M.C.	-	-	60	-	60	-	-
	O.S.P.B.	-	-	-	60	-	30	-
	Matemática	120	120	120	120	90	60	-
	Biol. e Prog. Saúde	-	-	-	-	90	-	-
	Biologia	-	-	-	-	-	60	-
	Física	-	-	-	-	90	-	-
	Química	-	-	-	-	90	-	-
	Ciênc. e Prog. Saúde	120	120	120	120	-	-	-
Formação Especial	Ensino Religioso	30	30	30	30	30	-	-
	Ed. Física	60	60	60	60	60	60	-
Total de horas anuais por série:								
900								

Uberlândia (MG), 14 de junho de 1977

Glaucia Santos Monteiro

Diretora

Leida Cândida dos Reis

Diretora

etaria.

Glaucia Santos Monteiro

Diretora.

Leida Cândida dos Reis

Secretaria.

Escola Estadual Uberlândia 1º e 2º Graus.
 Decreto de Criação nº 8958 de 03/01/1929
 Habilitação: Magistério de 1º Grau - 1ª à 4ª Séries.
 Grade Curricular e Carga Horária - Curso: 1º e 2º Graus.

	Disciplina	1975						
	Área de Estudo	Sér. 5º	Sér. 6º	Sér. 7º	Sér. 8º	Sér. 1º	Sér. 2º	Sér. 3º
	Atividades	CH						
Educação Geral	Ling. Port.	120	120	120	150	-	-	-
	Ling. Port. e Lit. Brasil.	-	-	-	-	90	60	90
	Ed. Artística	60	60	30	-	30	-	-
	Geografia	90	90	90	90	60	-	-
	História	60	60	60	90	-	60	-
	E.M.C.e O.S.P.B.	60	60	30	60	60	-	-
	Matemática	120	120	120	120	90	60	90
	Ciênc.e Prog. Saúde	90	90	90	90	-	-	-
	Biologia e Prog. Saúde	-	-	-	-	90	-	-
	Ed. Física	60	60	60	60	60	60	60
Formação Especial	Ensino Religioso	30	30	30	30	30	-	-
	Ed. para o Lar	30	30	60	90	-	-	-
	Artes Industriais	30	-	-	-	-	-	-
	Did. Mórbida e M.pt.	-	30	90	-	-	180	240
	Psicologia	-	-	-	-	-	60	90
	Biologia	-	-	-	-	-	60	60
	Hist.da Educação	-	-	-	-	-	60	-
	Sociologia	-	-	-	-	-	60	-
Total de horas anuais por Série:								

Uberlândia (MG) , 14 de junho de 1977

Glaucia Santos Monteiro
Diretora.

Leida Cândida dos Reis:
Secretaria.

ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 1º E 2º GRAU, 2º GRAU - 6.4
 Curriculo de 2º grau - 1976
 Habilitação: Magistério de 1º grau - 1ª a 4ª série

G. Monteiro

Gláucia Santos Monteiro - Diretora

MATERIAS		1º série		2º série		3º série		TOTAL DE HORAS
ÁREAS	DISCIPLINAS	CR	CM	CR	CH	CR	CH	
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	.Língua Portuguesa e Lit.Brasileira	(3)	90	(3)	90	(4)	120	300H.
	.Literatura Infantil	-	-	-	-	(1)	30	30H.
	.Educação Artística	1	30	-	-	-	-	30H.
	.Inglês *	2	60	-	-	-	-	60H.
ESTUDOS SOCIAIS GERAL	.Geografia	2	60	-	-	-	-	60H.
	.História	-	-	(2)	60	-	-	60H.
	.O.S.P.B.	-	-	1	30	-	-	30H.
	.E.M.C.	1	30	-	-	-	-	30H.
EDUCAÇÃO CIÊNCIAS	.Matemática	4	120	(2)	60	(3)	90	270H.
	.Física	4	120	-	-	-	-	120H.
	.Química	3	90	-	-	-	-	90H.
	.Biologia e Programa de Saúde	3	90	-	-	-	-	90H.
FORMAÇÃO ESPECIAL	-Fundamentos da Educação I -Psicologia -Biologia	-	-	2	60	2	60	120H.
	-Fundamentos da Educação II -História da Educação -Sociologia -Filosofia	-	-	2	60	2	60	120H.
	-Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau	-	-	2	60	2	60	120H.
	-Didática Teórica e Prática, incluindo Estágio Supervisionado	-	-	5	150	7	210	360H. 900H.
ENSINO RELIGIOSO	1	30	-	-	-	-	-	30H.
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	60	2	60	2	60	180H.	
TOTAL	26	780	25	750	25	750	2280H.	

CR = Créditos (nº de aulas semanais) 1º série: 26 - 2º e 3º séries: 25

1º série: 780H. - 2º e 3º séries: 750H.

CH = Carga horária anual

Módulos = 50 minutos - 36 semanas

O = Formação Especial I (Instrumental) 420H.

□= Formação Especial II (Profissionalizante) 900H.

TOTAL 1320H.

Resumo: EG = 960H. FE = 1320H. Preponderância = 460H.

OBSEVAÇÃO: A Educação Moral e Cívica da 3º série será ministrada como atividade

* = Parte diversificada do currículo de EG
 1º série-Língua Portuguesa e Lit.Brasileira, e Ed.Artística estão integradas.
 3º série-Língua Portuguesa e Lit.Brasileira e Lit.Infantil estão integradas.

E.P.C; EST; UBERLÂNDIA 1º e 2º GRAUS - 1977
HABILITAÇÃO: MAGISTÉRIO DE 1º GRAU.

MATERIAS		1ª série		2ª série		3ª série		TOTAL DE HORAS	
AREAS	DISCIPLINAS	CR	CM	CR	CH	CR	CH		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Ling. Port. e Lit. Brasileira	3	90	3	90	3	90	270	
	Lit. Infantil	1	30	-	-	-	-		
	Ed. Artística	1	30	-	-	-	-		
	Inglês	2	60	-	-	-	-		
ESTUDOS SOCIAIS GERAL	Geografia	2	60	-	-	-	-	60	
	História	-	-	2	60	-	-		
	E.M.C.	1	30	1	30	1	30		
	O.S.P.B	-	-	-	-	1	30		
EDUCAÇÃO CIÊNCIAS	Matemática	4	120	2	60	2	60	240	
	Física	4	120	-	-	-	-		
	Química	3	90	-	-	-	-		
	Biologia	2	60	-	-	-	-		
	Prog. Saúde	1	30	-	-	-	-		
FORMAÇÃO ESPECIAL	- FUNDAMENTOS DA EDUC I								
	. Psicologia								
	. Biologia								
	- FUNDAMENTOS DA EDUC II								
	. Hist. da Educação								
	. Sociologia								
	. Filosofia								
	. Estrut. e Funcional- mento de 1º Grau								
ENSINO RELIGIOSO	- Dia Teórica e Prática in- cluindo est. supervisão.								
	1								
EDUCAÇÃO FÍSICA		2	60	2	60	2	60	180	
TOTAL		26	780	26	780	26	780	2.340	

CR = Créditos (nº de aulas semanais) 46 26

780

CH = Carga horária anual

Módulos = 50 minutos 36 semanas

= Formação Especial (Instrumental) 480

= Formação Especial II (Profissionalizante) 900

TOTAL 1.380

1.380

Resumo: EG = 960 h FE = 1.380 Preponderância = 1.420h

OBSERVAÇÃO: A Educação Moral e Cívica da 3ª série será ministrada como atividade

* = Parte diversificada do currículo de EG

ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 1º E 2º GRAUS
CURRÍCULO - 2º GRAU - 1978

HABILITAÇÃO: Magistério de 1º Grau -

1º a 4º série Decreto de criação nº 2252/78

Nº de Autorizações:

27/12/78

MATERIAS		1º SÉRIE		2º SÉRIE		3º SÉRIE		TOTAL DE HORAS
ÁREAS	DISCIPLINAS	CR	CH	CR	CH	EF	CH	
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	90	(3)	90	(3)	90	270h
	Literatura Infantil*	-	-	-	-	1	30	30h
	Educação Artística	1	30	-	-	-	-	30h
	Inglês	2	60	-	-	-	-	60h
								390h
ESTUDOS SOCIAIS	Geografia	2	60	-	-	-	-	60h
	História	-	-	(2)	60	-	-	60h
	E.M.C.	1	30	1	30	1	30	90h
	O.S.P.B.	-	-	-	-	1	30	30h
								240h
CIÊNCIAS	Matemática	4	120	(2)	60	(2)	60	240h
	Física	4	120	-	-	-	-	120h
	Química	3	90	-	-	-	-	90h
	Biologia	2	60	-	-	-	-	60h
	Programa de Saúde	1	30	-	-	-	-	30h
								540h
FORMAÇÃO ESPECIAL	Fundamentos da Educação I	-	-	(2)	60	(2)	60	120h
	Psicologia	-	-	(2)	60	(2)	60	120h
	Biologia	-	-	-	-	-	-	60h
	Fundamentos da Educação II	-	-	(2)	60	-	-	60h
	História da Educação	-	-	(2)	60	-	-	60h
	Sociologia	-	-	(2)	60	-	-	60h
	Filosofia	-	-	-	-	(2)	60	60h
ENSINO RELIGIOSO	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau	-	-	(2)	60	(2)	60	120h
	Didática Teórica e Prática incluindo Estágio Supervisionado	-	-	(5)	150	(7)	210	360h
								900h
ENSINO RELIGIOSO		1	30	1	30	1	30	90h
EDUCAÇÃO FÍSICA		2	60	(2)	60	(2)	60	180h
TOTAL		26	780h	26	780h	26	780h	2340h

CR = Créditos (nº de aulas semanais)

26
780h

CH = Carga horária anual

Módulos = 50 minutos - 36 semanas

O = Formação Especial I (Instrumental) 480h

□ = Formação Especial II (profissionalizante) 900h

TOTAL 1380h

Resumo: EG = 960h FE = 1380h Preponderância = 420h

Observação: * = Parte diversificada do currículo de EG

Este currículo será ministrado apenas para os 2ºs e 3ºs anos.

Pimentel

G. Montanari

Biretaria

ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 1º E 2º GRAUS
CURRÍCULO - 2º GRAU - 1979
HABILITAÇÃO: Magistério de 1º Grau

1º a 4º série N° de Autorização:
Dec. de criação nº 3282 de 17/12/64

MATERIAS		1º série		2º série		3º série		TOTAL DE HORAS
ÁREAS	DISCIPLINAS	CR	CH	CR	CH	CR	CH	
EDUCAÇÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	90	3	90	3	90	270h
	.Gramática	2	60	2	60	2	60	180h
	.Redação	-	-	-	-	1	30	30h
	Literatura Infantil*							
	Ed. Artística							
	.Desenho	2	60	-	-	-	-	60h
	.Música	-	-	1	30	-	-	30h
	.Teatro	-	-	-	-	1	30	30h
	Inglês	2	60	-	-	-	-	60h
								660h
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Geografia	2	60	-	-	-	-	60h
	História	-	-	2	60	-	-	60h
	Ed. Moral e Cívica	1	30	1	30	1	30	90h
	O.S.P.B.	-	-	-	-	1	30	30h
								240h
	Matemática	3	90	3	90	3	90	270h
	Física	1	30	-	-	-	-	30h
	Química	1	30	-	-	-	-	30h
	Biol. e Prog. de Saúde	3	90	-	-	-	-	90h
								420h
FORMAÇÃO ESPECIAL	Fundamentos da Educação I	2	60	2	60	2	60	180h
	.Psicologia	-	-	2	60	2	60	120h
	.Biologia							
	Fundamentos da Educação II	-	-	2	60	-	-	60h
	.História da Educação	-	-	2	60	-	-	60h
	.Sociologia	-	-	-	-	2	60	60h
	.Filosofia	-	-	-	-	-	-	
	Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º grau	-	-	-	-	2	60	60h
	Didática Teórica e Prática incluindo Estágio Supervisionado	3	90	5	150	5	150	390h
								930h
ENSINO RELIGIOSO		1	30	1	30	1	30	90h
EDUCAÇÃO FÍSICA		2	60	2	60	2	60	180h
T O T A L		28	840	28	840	28	840	2520h

CR = Créditos (nº de aulas semanais)

28h

CH = Carga horária anual

840h

Módulos = 50 minutos - 36 semanas

360h

○ = Formação Especial I (Instrumental) 360h

Glaucia Santos Monteiro
Glaucia Santos Monteiro

□ = Formação Especial II (Prófissionalizante) 930h

T O T A L 1290h

Resumo: EG = 1230h FE = 1290h Preponderância = 60h

Observação: * = Parte diversificada do currículo de EG

O Ensino Religioso será ministrado como atividade na 2º e 3º séries.

Este currículo será ministrado, em 1979, apenas para as 1º e 2º séries.

Atenção

ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA - 1º E 2º GRAU
CURRÍCULO - 2º GRAU - 1979
HABILITAÇÃO: Magistério de 1º Grau
1º a 4º série

Nº de Autorização:
Dec. da Criação nº 3282 de
14/12/64

MATERIAS		1º série		2º série		3º série		TOTAL DE HORAS
ÁREAS	DISCIPLINAS	CR	CH	CR	CH	CR	CH	
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO GERAL	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	90	③	90	-	-	180h
	.Gramática	-	-	-	-	②	60	60h
	.Redação	-	-	-	-	②	60	60h
	Literatura Infantil*	-	-	-	-	1	30	30h
	Educação Artística	1	30	-	-	-	-	30h
	Inglês	2	60	-	-	-	-	60h
								420h
EDUCAÇÃO SOCIAIS	Geografia	2	60	-	-	-	-	60h
	História	-	-	②	60	-	-	60h
	Ed. Moral e Cívica	1	30	1	30	1	30	90h
	O.S.P.B.	-	-	-	-	1	30	30h
								240h
CIÊNCIAS	Matemática	4	120	②	60	③	90	270h
	Física	4	120	-	-	-	-	120h
	Química	3	90	-	-	-	-	90h
	Biologia	2	60	-	-	-	-	60h
	Programa de Saúde	1	30	-	-	-	-	30h
								570h
FORMAÇÃO ESPECIAL	Fundamentos da Educação I	-	-	2	60	2	60	120h
	.Psicologia	-	-	2	60	2	60	120h
	.Biologia	-	-	2	60	-	-	60h
	Fundamentos da Educação II	-	-	2	60	-	-	60h
	.História da Educação	-	-	2	60	-	-	60h
	.Sociologia	-	-	-	-	2	60	60h
								120h
Filosofia		-	-	2	60	2	60	120h
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau		-	-	5	150	7	210	360h
Didática Teórica e Prática incluindo Estágio Supervisionado		-	-	-	-	-	-	900h
ENSINO RELIGIOSO		1	30	1	30	1	30	90h
EDUCAÇÃO FÍSICA		2	60	②	60	②	60	180h
TOTAL		26	780	26	780	28	840	2400h

CR = Créditos (nº de aulas semanais) 26h

CH = Carga horária anual 1º e 2º séries 780h

3º série: 840h

Módulos = 50 minutos - 36 semanas

○ = Formação Especial I (Instrumental) 540h

□ = Formação Especial II (Profissionalizante) 900h

TOTAL 1440h

Resumo: EG = 960h FE = 1440h Preponderância = 180h

Observação: * = Parte diversificada do currículo de EG
Este currículo será ministrado em 1979 apenas para a 3º série.

G. Monteiro
GLÁUCIA SANTOS MONTEIRO
Diretora

Atenciosamente
[Signature]